

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LEANDRO BUSSOLOTTO

**DA PERCEPÇÃO À REPRESENTAÇÃO: O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR
DOS OLHARES SOBRE A CIDADE**

Porto Alegre, RS

2020

LEANDRO BUSSOLOTTO

**DA PERCEPÇÃO À REPRESENTAÇÃO: O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR
DOS OLHARES SOBRE A CIDADE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Roselane Zordan Costella

Porto Alegre, RS

2020

LEANDRO BUSSOLOTTO

**DA PERCEPÇÃO À REPRESENTAÇÃO: O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR
DOS OLHARES SOBRE A CIDADE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Ligia Beatriz Goulart
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Nelson Rego
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Nestor André Kaercher
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Leonardo Pinto dos Santos
Universidade Federal do Pará

Orientadora Prof.^a Dra. Roselane Zordan Costella
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 10 de junho de 2020

CIP - Catalogação na Publicação

BUSSOLOTTO, LEANDRO
DA PERCEPÇÃO À REPRESENTAÇÃO: O ENSINO DE GEOGRAFIA
A PARTIR DOS OLHARES SOBRE A CIDADE / LEANDRO
BUSSOLOTTO. -- 2020.
115 f.
Orientadora: ROSELANE ZORDAN COSTELLA.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2020.

1. GEOGRAFIA. 2. ENSINO. 3. APRENDIZAGEM. 4.
REPRESENTAÇÃO. 5. CIDADE. I. COSTELLA, ROSELANE
ZORDAN, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pela vida, e por permitir a realização desta pesquisa com saúde e forças para superar os obstáculos encontrados ao longo do percurso.

À minha família, esposa Ana Paula e nosso presente de Deus, Murilinho, por toda a paciência e compreensão durante os dias em que eu busquei isolar-me socialmente para ler e escrever. Pelo carinho e amor que me fez fortalecido.

À minha mãe Ana pela preocupação, pelas palavras de força e pelos lanches deliciosos preparados toda vez que deslocava-me à Porto Alegre. Ao meu pai Sérgio, pelo exemplo de luta. As belas lembranças que deixastes iluminam a minha caminhada. Meu eterno mestre, a tua presença permanecerá para sempre em meu coração e principalmente em meus pensamentos. Com todo o meu amor e gratidão pela educação recebida e por tudo que vocês fizeram por mim ao longo da minha vida.

Aos meus irmãos Evandro e Graziela por compreenderem minha ausência em certos momentos, e que com seus jeitos particulares sempre estiveram ao meu lado.

Um agradecimento especial à minha orientadora Prof^ª Dr^ª Roselane Zordan Costella por acreditar na minha proposta, pelo seu olhar atento à minha inquietação e pelas reflexões que me fizeram descentrar e compreender a percepção do aluno. Sem dúvidas foi o que significou e deu corpo à pesquisa. Também pela atenção, incentivo e dedicação do seu tempo ao meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Nelson Rego pela acolhida logo nos primeiros dias de mestrado, pela preocupação com a pesquisa, por aceitar o convite para compor a banca de qualificação e de defesa, mesmo estando afastado por motivos de saúde. Pelos conselhos, pela presteza e carinho que sempre me recebeu.

À Prof^ª Dr^ª Lígia, pela humildade, pelo apreço à pesquisa, pelas leituras atentas e críticas salutareis ao trabalho. Também pela disponibilidade em participar da banca de qualificação e de defesa, e principalmente pelo carinho e incentivo.

Ao Prof. Dr. Léo, colega do grupo de orientandos da profe Rose, por aceitar o convite para a banca de defesa, pela leitura atenta ao trabalho, pelas sugestões e contribuições prudentes à pesquisa. Também aos demais colegas e orientandos da Prof^ª Rose, pelo apoio, pelas trocas de conhecimentos e aprendizagens em grupo.

Ao Prof. Dr. Nestor por colocar-se à disposição como avaliador suplente na

qualificação, por participar como titular da banca de defesa, e principalmente pelas contribuições ao trabalho. Novas perspectivas são sempre bem vindas.

Quero agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade, aos professores do curso pela competência e qualidade do ensino proporcionado, e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia/POSGEA pela atenção dispensada sempre quando solicitados.

À direção das escolas pesquisadas, por acolherem a proposta de campo. Também aos professores de Geografia que cederam espaço em suas aulas, e aos alunos das turmas investigadas, por se disponibilizarem à esta pesquisa.

A estes dedico o meu trabalho. Desejo poder ter sido merecedor do esforço dedicado por vocês em todos os aspectos.

Agradeço a todos de coração.

E pai, saudades eternas!

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e a refletir”

(FOUCAULT, 1998)

RESUMO

DA PERCEPÇÃO À REPRESENTAÇÃO: O ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DOS OLHARES SOBRE A CIDADE

O exercício de percepção e representação da cidade no ensino de Geografia pode ser uma possibilidade importante no processo de construção do conhecimento geográfico em sala de aula. Nesse sentido, propõe-se, como objetivo geral da pesquisa, analisar a percepção e representação da cidade de Bento Gonçalves em alunos do 9º ano do ensino fundamental, e a contribuição dessas manifestações para a Geografia escolar. Para tal realização, utiliza-se de levantamento bibliográfico, aplicação de questionário e de uma atividade de imaginação intitulada “Imagina Bento, Propondo a Nossa Cidade”. Esta última, com um viés utópico, buscou proporcionar momentos de debates, discussões e sugestões de melhorias, oportunidade em que os alunos puderam ensinar uns aos outros, refletindo coletivamente alguns processos da cidade. De modo geral, o estudo demonstrou um certo distanciamento no pensar do professor e no pensar do aluno – ficando nítido na forma de pensar a cidade, mas poderia se encaixar em outros tantos temas. Chamou a atenção para a prática docente, destacando que, antes de abordar o conteúdo, seja refletido em como trabalhá-lo diante de olhares tão distintos e analisado se, de fato, é possível trabalhar da mesma forma com escolas em contextos sociais diferenciados. Por conseguinte, destacou a importância de buscar no aluno o início de tudo, planejar ações pedagógicas que priorizem os seus espaços de vivência e interações entre aluno-aluno e aluno-professor. Isso ajudará ao professor não apenas ensinar cidade, mas tudo em Geografia ou em qualquer outro componente curricular. Enfim, considerar a percepção e representação do espaço vivido como alternativa à Geografia escolar é mais do que levar em conta a realidade particular; é, de fato, valorizar o saber do aluno, se importar com a construção do conhecimento subjetivo, e, da mesma forma, dar sentido ao conteúdo trabalhado em sala de aula.

Palavras-chave: Geografia. Ensino. Aprendizagem. Representação. Cidade.

RESUMEN

DE LA PERCEPCIÓN A LA REPRESENTACIÓN: LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA CONTENIDA EN LAS MIRADAS DE LA CIUDAD

El ejercicio de percepción y representación de la ciudad en la enseñanza de Geografía puede ser una posibilidad importante en el proceso de construcción de conocimiento geográfico en el aula. En este sentido, se propone, como objetivo general de la investigación, analizar la percepción y representación de la ciudad de Bento Gonçalves en estudiantes del 9º grado de primaria, y la contribución de estas manifestaciones a la Geografía escolar. Para este propósito, se utiliza una investigación bibliográfica, una lista de preguntas y una actividad imaginativa titulada "Imagina Bento, Proponiendo a nuestra ciudad". Este último, con un sesgo utópico, buscó proporcionar momentos de debates, discusiones y sugerencias para mejoras, una oportunidad en la que los estudiantes pudieran enseñarse mutuamente, reflejando colectivamente algunos procesos en la ciudad. En general, el estudio demostró cierta distancia en el pensamiento del maestro y en el pensamiento del alumno, siendo claro en la forma de pensar sobre la ciudad, pero podría encajar en muchos otros temas. Llamó la atención acerca de la práctica docente, enfatizando que, antes de abordar el tema, debe reflexionar acerca de cómo trabajar con él de maneras tan diferentes y analizar si, de hecho, es posible trabajar de la misma manera con las escuelas en diferentes situaciones sociales. También, enfatizó la importancia de mirar al estudiante para el comienzo de todo, planificar acciones pedagógicas que prioricen sus espacios de vida e interacciones entre estudiante-estudiante y estudiante-maestro. Esto ayudará al maestro no solo a enseñar la ciudad, sino todo en Geografía o cualquier otro tema del curso escolar. Finalmente, considerar la percepción y la representación del espacio vivido como una alternativa a la Geografía escolar es más que tener en cuenta la realidad particular; es, de hecho, valorar el conocimiento del estudiante, cuidar la construcción del conocimiento subjetivo y, de la misma manera, dar significado al contenido trabajado en el aula.

Palabras clave: Geografía. Enseñanza. Aprendizaje. Representación. Ciudad.

SUMÁRIO

APRESENTANDO A PESQUISA	8
1 BENTO GONÇALVES A PARTIR DE SEUS ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS	16
1.1 OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS	16
1.2 DA COLÔNIA DONA ISABEL A BENTO GONÇALVES	18
1.2.1 O TURISMO COMO RACIONALIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL	21
1.2.2 PARA ALÉM DA MÍDIA, A CIDADE REAL	24
1.3 UM OLHAR DA JANELA DO MEU QUARTO – QUE CIDADE ESTÁ ALÉM DAS CORTINAS?.....	29
2 DA PERCEPÇÃO À REPRESENTAÇÃO	34
2.1 PERCEBENDO O MUNDO: “ÀS VEZES A CIDADE QUE EU VEJO QUASE NINGUÉM VÊ”	34
2.2 O QUE AS REPRESENTAÇÕES NOS FALAM?	39
3 ENSINO DE GEOGRAFIA E ALGUMAS INTERFACES	45
3.1 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NOS SUJEITOS DA PESQUISA	45
3.2 NOS CAMINHOS DO ENSINO GEOGRÁFICO - A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES	49
3.3 CONSCIENTIZAÇÃO E CIDADANIA, PRIVILÉGIOS DA GEOGRAFIA?	55
3.4 LEITURAS SOBRE O LUGAR	59
4 O CAMINHO ESCOLHIDO	63
4.1 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS	65
4.1.1 A COLETA DE DADOS	66
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
5.1 AS ESCOLAS	69
5.2 O QUE É CIDADE NA CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS	70
5.3 A QUEM PERTENCE A CIDADE	72
5.4 DIREITO À CIDADE	73
5.5 SOBRE SE CONSIDERAR CIDADÃO OU NÃO	75
5.6 MEIO DE LOCOMOÇÃO MAIS UTILIZADO	77
5.7 COMO É BENTO GONÇALVES PARA VOCÊ?	79
5.8 O LUGAR PREFERIDO	81
5.9 O LUGAR QUE NÃO AGRADA	83

5.10 “IMAGINA BENTO, PROPONDO A NOSSA CIDADE”	84
5.10.1 ESCOLA A	87
5.10.2 ESCOLA B	88
6 - PARA (NÃO) CONCLUIR	91
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE	105
APÊNDICE A – PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO DA CIDADE	106
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	107
APÊNDICE C – TERMOS DE CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES.....	108

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DE BENTO GONÇALVES A NÍVEL NACIONAL.....	9
FIGURA 2 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DE BENTO GONÇALVES (RS).....	17
GRÁFICO 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE BENTO GONÇALVES -1999 A 2015, EM MILHÕES DE REAIS.....	21
QUADRO 1 - DADOS DO TURISMO EM BENTO GONÇALVES (2009 - 2014).....	22
TABELA 1 - RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, SEGUNDO O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE), TOTAL E POR BLOCOS, (RS) - 2015.....	25
TABELA 2 - ASSASSINATOS POR ANO EM BENTO GONÇALVES.....	27
FIGURA 3 - BENTO GONÇALVES TEM UMA DAS MAIORES TAXAS DE HOMICÍDIOS NO RS.....	28
FIGURA 4 - VISTA PANORÂMICA DE BENTO GONÇALVES, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL	29
QUADRO 2 - CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DE BENTO GONÇALVES, POR DÉCADAS.....	30
FIGURA 5 - ILUSTRAÇÃO 9 - AVANÇO DA MALHA URBANA SOBRE A COBERTURA VEGETAL PERIFÉRICA (BENTO GONÇALVES - RS).....	32
FIGURA 6 - MAPA IMPRESSO DE BENTO GONÇALVES - RS.....	85
FIGURA 7 - REPRESENTAÇÃO CONTENDO AS PROPOSTAS PARA UMA CIDADE MELHOR.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BG	Bento Gonçalves
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE/RS	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

APRESENTANDO A PESQUISA

Com o trabalho que ora se apresenta, pretendo pensar uma alternativa para ensinar sobre a cidade utilizando-me da Geografia, trilhando caminhos para construir o conhecimento geográfico em torno do objeto cidade. Mas, antes desta tarefa, apresento um pouco da trajetória de pensamentos e inquietações que antecedem a investigação. Basicamente eu estabelecerei duas variáveis como motivações para o desenvolvimento do trabalho: A quem pertence a cidade? e Como se dá a aprendizagem no aluno? É essa interação que buscarei estabelecer ao longo do texto.

Podemos dizer que o início do terceiro milênio trouxe uma série de expectativas, incertezas, desafios e mudanças para a humanidade em geral, e nesta linha de pensamento ajusto o meu foco para a cidade gaúcha de Bento Gonçalves (figura 1), onde ousou colocar que, para os seus moradores, não foi diferente. Digo isso devido ao espaço urbano local vir passando por um intenso processo de remodelação, iniciando a era que se apresenta com uma “enxurrada” de novos e impactantes elementos. Elementos esses que, por suas dimensões verticais, aos poucos vão saltando aos olhos da população – pelo menos de boa parte, à qual me incluo. Refiro-me aqui especificamente à construção descontrolada de edifícios.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE BENTO GONÇALVES A NÍVEL NACIONAL



Elaborado pelo autor a partir do portal ArcGIS (2020).

Tal processo aconteceu e acontece de forma tão desequilibrada em algumas áreas desta ex-pacata cidade, que realmente passou a me desestabilizar. As mudanças no cenário urbano que daí decorreram, muitas inesperadas, passaram a gerar questionamentos internos e dúvidas que diariamente invadem a minha mente, a exemplo: A quem de fato pertence a cidade? Quem tem direito a ela? Quem pode decidir o que construir e onde construir nela? Será que as pessoas são pensadas no seu processo de desenvolvimento?

Enquanto para alguns moradores o ato de construir novos e imponentes edifícios – seja para fins comerciais ou de moradia – possa parecer algo inofensivo e natural ao desenvolvimento urbano, eu não consigo conceber tal processo desconectado da lógica perversa do capitalismo urbano, sendo conduzido e decidido por um grupo de agentes que não representa a massa de habitantes. É inevitável, portanto, que produzam a cidade sem dialogar com a população, sem pensar na qualidade de vida e bem-estar geral, e desprezando ainda memórias, culturas e identidades. Essa situação de certa forma tem me angustiado. Penso que a transformação da cidade deve passar pela opinião da população em geral – ela tem o direito

de participar do planejamento. Para isso, contudo, é preciso efetivamente se envolver nas decisões referentes à mobilidade e à organização urbana. É inadmissível relegar a terceiros as decisões sobre o espaço que habitamos pois, se a ele pertencemos, também é verídico que ele nos pertence.

Mas o que fazer para que as decisões referentes à nossa forma de viver não caiam exclusivamente nas mãos daqueles que não nos representam? É possível combater tal situação? Creio que sim, e a conscientização é o caminho – onde a escola tem muito a contribuir. Aliás, menciono a escola, mas dentro dela o professor é a peça-chave na luta contra a cultura do silêncio e a formação de indivíduos disciplinados.

[...] a escola, no interior do modo de produção capitalista tem cumprido, desde sua origem, uma função estratégica, seja para garantir o controle dos corpos dóceis, nos termos propostos por Michel Foucault ou na reprodução das condições objetivas e subjetivas das relações capitalistas de produção, como indicam as pesquisas desenvolvidas por Pierre Bourdieu. (GIROTTI, 2018, p. 03).

Por isso, a contribuição do professor entra na direção de uma formação escolar mais reflexiva, que estimule o olhar dos sujeitos para as entrelinhas dos processos que os circundam; que os ajude a exporem as suas reivindicações, para que, porventura, tenham condições de torná-las realidade.

A vontade de participar dessa missão tem sido também um dos motivos que me levaram a cursar Licenciatura em Geografia e seguir o ofício de professor, junto ao inconformismo com as desigualdades sociais no mundo e o desejo de contribuir ativamente, em algum grau, na construção de um mundo melhor. Contudo, estava consciente de que, antes de qualquer coisa, era preciso aprofundar o meu conhecimento acerca da formação e organização das sociedades, e sobre as relações de poder existentes entre os indivíduos e o espaço. Para fornecer os subsídios que dariam conta dessa demanda, confiei na Geografia.

Enquanto professor, penso que o despertar do sujeito às grandes questões que envolvem a sociedade perpassam pela educação, e inevitavelmente pela escola – longe de querer discutir qual é o verdadeiro papel dessa instituição –, ela acaba tendo um grau de importância na preparação da criança para o mundo, na educação para a vida. Teoricamente, lá deveria ser o lugar para descortinar a realidade e observar os fenômenos não apenas de modo superficial, mas com profundidade, para compreender o que está além do óbvio e do

visível. É a própria escola que contém a possibilidade de ofertar aos estudantes uma educação que os converta em cidadãos críticos e ativos. (GIROUX, 1990). É nesse contexto que a Geografia entra como um importante recurso, com significativo potencial a contribuir à formação cidadã. Ressalto que a ideia não é atribuir a missão exclusivamente à escola ou à Geografia. Mas, como descreve Cavalcanti (2010), o próprio currículo escolar aponta a Geografia como indispensável na formação da cidadania participativa e crítica, e no auxílio ao aluno para pensar e atuar na realidade a que pertence. Acerca da questão, a Base Nacional Comum Curricular também traz algumas considerações:

Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fático (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania. (BNCC, 2017, p. 358).

O documento, mesmo que de forma branda, evidencia a contribuição da Geografia para o exercício da cidadania, destacando que os acontecimentos próximos do aluno precisam ser levados em conta no processo de aprendizagem e construção do conhecimento. Possibilitar espaços para que o aluno possa expor os seus sentimentos e percepções em relação ao lugar estreita a ligação para com a formação cidadã. Assim, reconhecer-se integrante, pertencente a um determinado espaço fará com que ele se sinta responsável, engajando-se com maior facilidade na conservação ou transformação do mesmo. Em outras palavras, tornar-se-á ativo e participante no meio em que vive. A BNCC (2017, p. 362) ainda destaca que:

[...] essas noções ganham dimensões conceituais mais complexas, de modo a levar os estudantes a estabelecer relações mais elaboradas, conjugando natureza, ambiente e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões socioeconômicas e políticas. [...] Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum.

Mais uma vez indica-se que a Geografia, com sua gama de conceitos, tem que estar articulada ao cotidiano dos sujeitos. É esta a condição que favorecerá não só a construção dos

saberes em aula, mas auxiliará a formação de sujeitos mais participativos – já que o sentimento de pertencer a uma realidade faz dele (o aluno) alguém ligado afetivamente a um determinado lugar.

Dando sequência ao relato desta trajetória, as constatações mencionadas impulsionaram-me a procurar subsídios teóricos para promover um diálogo entre *cidade e ensino de Geografia*. E assim, o caminho percorrido desde os primeiros devaneios em relação às mudanças ocorridas na cidade de Bento Gonçalves a partir da verticalização, as reflexões, até o desejo de levar esses processos para as aulas de Geografia, seguiram gerando dúvidas, incertezas e questionamentos, a saber: Como mobilizar o aluno em sala de aula para a construção do conhecimento geográfico? Buscar o seu olhar em relação à cidade pode ser uma forma de despertar o seu interesse para com o objeto? Abordar ações e impactos ocorridos no espaço vivido do aluno pode ser uma alternativa para um ensino de Geografia mais reflexivo? Como estimular a reflexão crítica dos alunos a partir de um processo urbano tão “comum” como é a verticalização? Apenas ela, de forma isolada, pode servir de objeto pedagógico para a construção do conhecimento geográfico?

De antemão também é válido dizer que, aqui, o estudo da cidade no processo de construção dos saberes geográficos não pretende criar um movimento de resistência à modernização da mesma, mas sim fazer uma advertência para a maneira como a sua construção vem sendo conduzida, atendendo apenas aos anseios de um pequeno grupo. E se a grande massa da população não participa ativamente de tal processo, o resultado só pode ser esse: uma cidade não pensada de fato para pessoas.

Quando comecei a observar o modo como a verticalização se desenvolvia em Bento Gonçalves, logo imaginei que integrá-la aos conteúdos propostos para as aulas de Geografia permitiria o surgimento de uma, dentre outras tantas possibilidades, para pensar a construção de conhecimentos geográficos a partir da cidade. Afinal, levar em conta os fenômenos que nela ocorrem e os impactos à população local seriam oportunidades para conceder novos significados ao espaço de vivência, contribuindo para o desenvolvimento de atributos necessários também a uma consciência global, isso porque a compreensão do mundo só é possível a partir do estudo do lugar (CALLAI, 2002), e nessa condição reitero a necessidade de o professor preocupar-se diretamente com o aluno, sua aprendizagem, e capacidade de observar criticamente os fenômenos que acontecem em seu entorno.

É de grande importância considerar que a (des)organização da cidade acontece numa íntima relação ser sociedade-natureza. Relação essa que transita por um momento delicado, exigindo uma nova postura, um maior envolvimento para com a sustentabilidade. Atento a essa questão, Amâncio (2005) explicita que uma sociedade somente se tornará sustentável quando estiver capacitada a observar minuciosamente as relações sociais e de produção, bem como os usos dos recursos advindos da natureza. Indiretamente o autor reivindica que cada sujeito se torne uma espécie de agente cuidador do espaço ao qual pertence. Porém, isso acontecerá se os indivíduos forem instigados desde cedo, durante a infância e adolescência, pois na fase adulta se esbarra em maior resistência à incorporação de novos valores. Novamente se preconiza a participação da escola em tal processo, já que se encontra em jogo também uma formação ética e moral em relação ao meio natural.

Todo o movimento relatado até agora contribuiu de alguma forma para a pesquisa que pretendo desenvolver. Por isso cheguei ao mestrado com a ideia de levar à sala de aula estudos concernentes à verticalização de Bento Gonçalves, para que servissem de objeto pedagógico às aulas de Geografia – isso por considerar os impactos deste fenômeno provocações significativas acerca do espaço de vivência – e conduzir o aluno a refletir o seu lugar com consciência, o que lhe dará condições de refletir muitos outros lugares além do vivido.

Todavia, a partir dos diálogos ocorridos no início da minha orientação, passei a perceber que o que me incomodava tanto talvez nem fosse notado pelos estudantes com que pretendo trabalhar – uma vez que esta é uma realidade já posta para eles. Esse momento exigiu que tudo fosse repensado, incluindo os objetivos da pesquisa. Mesmo assim, continuei na busca por literaturas que ajudassem a entender melhor o processo de construção da cidade, até para atenuar minha inquietação. Eis que encontro alguns trabalhos do geógrafo Yi-Fu Tuan (1980; 2005), os quais deram luz à minha caminhada; o autor apresenta os distintos modos de perceber o lugar e os inúmeros fatores que podem influenciar a percepção. Por outro lado, devo confessar que a trajetória desta escrita também resultou dos desequilíbrios gerados em discussões acadêmicas.

Em suma, não tenho certeza se os meus alunos enxergam a cidade como eu a enxergo, não sei se a verticalização os incomoda como incomoda a mim, não tenho certeza se as memórias deles estão próximas ou distantes da minha. Assim, diante de tantas incertezas,

defino e apresento o **tema** desta investigação, como: Percepção e representação da cidade no ensino de Geografia. E para expressar o **problema**, questiona-se: Como os alunos da educação básica percebem e representam a cidade? E qual a importância dessas manifestações para o processo de ensino de Geografia? Dessas indagações emergiram os seguintes objetivos da investigação. Como **objetivo geral**, proponho analisar a percepção e a representação da cidade de Bento Gonçalves, RS, em alunos do 9º ano do ensino fundamental, e a contribuição dessas manifestações para o ensino de Geografia. Por fim, para dar conta da análise proposta, colocam-se os seguintes **objetivos específicos**:

- Apresentar Bento Gonçalves a partir dos seus aspectos geográficos e históricos.
- Descrever os conceitos de “percepção” e “representação” e suas principais características.
- Refletir sobre a construção do conhecimento no ensino de Geografia.
- Investigar como os alunos de 9º ano do ensino fundamental pensam a cidade.

A motivação que sustenta esta pesquisa é o seu viés de conscientização, no sentido mais freireano do termo, tido como pano de fundo. Diante da atual e desfavorável conjuntura política brasileira, em que a educação é atacada pelos interesses neoliberais, torna-se urgente o debate aberto em sala de aula acerca dos fenômenos que nos cercam, ou, nos dizeres de Freire (1980), uma aproximação crítica da realidade, para que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Assim, merece atenção investigar como os estudantes de diferentes contextos sociais concebem os espaços (cidade e não cidade) a partir dos seus lugares e momentos de percepção e representação, relacionando este entendimento à aprendizagem em sala de aula, e fazendo emergir a noção de cidadania. É preciso considerar, ainda, que a noção de cidadania perpassa pela importância do indivíduo em conhecer o espaço em que está inserido e as relações que nele acontecem, onde poderá desenvolver a capacidade de nele intervir e transformá-lo em prol de uma melhor organização social.

Organizei e apresentei a pesquisa da seguinte forma: No capítulo um, procuro demonstrar a geografia de Bento Gonçalves, sua localização, relevo, hidrografia, clima e demografia. Nesse contexto, abordo aspectos voltados à sua historicidade, desde a Colônia Dona Isabel à formação atual. Apresento ainda um panorama do seu desenvolvimento econômico, estabelecendo um contraponto entre o prestígio adquirido em razão da indústria

do turismo e o aumento da violência e criminalidade nos últimos anos – fato que também coloca a cidade nas manchetes. Por fim, realizo uma breve reflexão acerca do processo de remodelação do espaço central bentogonçalvense a partir da verticalização.

No capítulo dois dedico-me a compreender os conceitos de “percepção” e “representação” e suas principais características na observação do lugar, bem como a influência do lugar na percepção e representação da cidade – aproximando a discussão aos distintos olhares sobre a cidade. O autor que aqui recebe destaque é o geógrafo Yi-Fu Tuan, o qual permite ampliar a reflexão sobre os fatores que poderiam influenciar a percepção do meio. A partir dos pressupostos apresentados pelo mesmo autor, ainda transito pelos conceitos de *Topofilia* e *Topofobia*, pois, segundo ele, ao perceber determinado espaço o sujeito atribui preferência ou não pelo mesmo. Outra obra que recebe destaque é *O lugar do olhar*, do geógrafo humanista Paulo Cesar da Costa Gomes, que possibilita a compreensão da direção do olhar e como a interpretação espacial de imagens depende do lugar do olhar, ou, mais precisamente, do ponto de vista. Além de percorrer conceitos de percepção à representação para saber como acontece o conhecimento do mundo exterior, destino também uma seção para abordar a importância da representação no ensino de Geografia.

Já no capítulo três, estabeleço uma reflexão teórica sobre a construção do conhecimento e o ensino de Geografia. Para essa tarefa, o aporte teórico principal veio de Costella (2003; 2008; 2012; 2013; 2015; 2016) e Kaercher (1996; 1998; 2003; 2007). De modo similar, procuro relacionar as noções de consciência crítica e formação cidadã, dando ênfase ao potencial da Geografia para esse papel, com base em Freire e Cavalcanti.

Por fim, destino o capítulo quatro para relatar os caminhos metodológicos percorridos. Evidencio que esta é uma pesquisa de cunho qualitativo pautada na perspectiva fenomenológica e que, para o seu desenvolvimento, foram utilizadas as seguintes técnicas e procedimentos: pesquisa bibliográfica, questionário e uma atividade propositiva. Em linhas gerais, a investigação percorre alguns caminhos para mostrar a importância da percepção e representação do aluno em relação à cidade, como contribuição à aprendizagem e à formação de uma consciência crítica e cidadã nas aulas de Geografia.

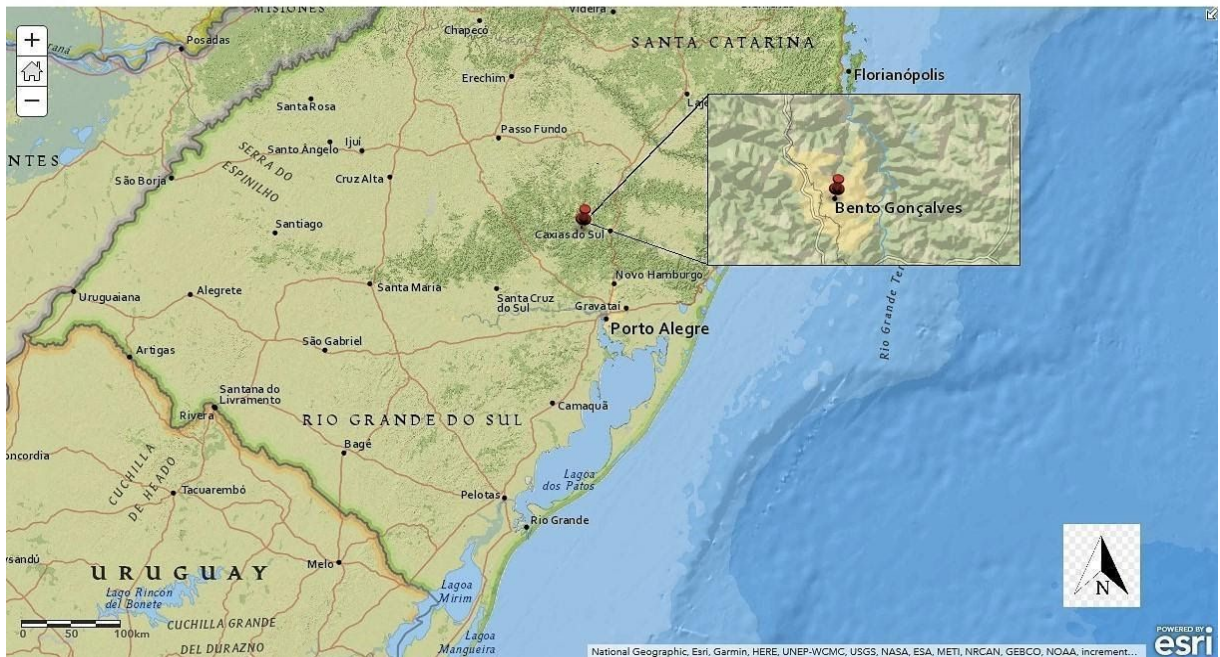
1 BENTO GONÇALVES A PARTIR DE SEUS ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

Apesar de Bento Gonçalves não ser o meu objeto de estudo direto, mas sim como a cidade se constitui em pensamentos nos sujeitos da pesquisa, disponho do texto a seguir no intuito de situar o leitor em termos geográficos e históricos. A história de uma cidade representa o entendimento de um conjunto de tempos sobre um espaço, por isso, temporalizar Bento Gonçalves neste trabalho fará com que o leitor compreenda como, quando e por que alguns aspectos sobre a verticalização, o turismo e a segurança pública que tanto me incomodam emergiram no espaço da cidade.

1.1 OS ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Bento Gonçalves é um município localizado no Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil (figura 2). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua área é de 274 km² e está a 124 km da capital do estado, Porto Alegre. Faz divisa com os municípios de Veranópolis ao norte, Pinto Bandeira a leste, Farroupilha a sudeste, Garibaldi ao sul, Santa Tereza a sudoeste, Monte Belo do Sul a oeste e Cotiporã a noroeste.

FIGURA 2 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DE BENTO GONÇALVES (RS)



Elaborado pelo autor a partir do portal ArcGIS (2019).

Em termos de geografia física, situa-se na Encosta Superior do Nordeste, a uma altitude de 618 metros, sendo um dos municípios mais elevados da Serra Gaúcha e do estado do Rio Grande do Sul. Seu relevo é bastante acidentado, definido por escarpas, vales e uma rica rede hidrográfica – tendo como principal rio o Rio das Antas. Os cursos de água que cortam este tipo de relevo favorecem a produção de energia elétrica por meio de usinas hidrelétricas. No caso de Bento Gonçalves, o abastecimento elétrico se dá pelas Usina 14 de Julho, Usina Hidrelétrica Castro Alves e Usina Hidrelétrica Monte Claro. (CERAN).

Quanto ao clima, “é classificado como subtropical de altitude, e as temperaturas variam entre -4°C e 36°C , com uma precipitação pluviométrica média anual de 1.500mm”. (BRANDÃO E AHLERT, 2009, p.1). Em termos gerais é caracterizado por invernos frios e verões quentes, com grande amplitude térmica, chuvas bem distribuídas ao longo do ano, e ocasionalmente há queda de granizo e neve.

Em se tratando de demografia, Bento Gonçalves é um polo de atração migratória da região. Em 2019 a população total chegou a 120.454 habitantes, com uma densidade demográfica de 439,6 hab/km² (ao término deste trabalho o site do IBGE apresentava como

280,86 hab/km², para fins de informação o dado encontrava-se desatualizado). O IDH é de 0,778, ocupando a 154ª posição entre os municípios brasileiros e a 18ª posição no estado. (IBGE).

A combinação entre os fatores relevo, solo e clima permitiu ao colono italiano, aqui chegado por volta de 1875, desenvolver o cultivo de videiras, uma das grandes expressões da município. O aprimoramento desta prática tornou Bento Gonçalves conhecida como a ‘Capital Brasileira da Uva e do Vinho’. A partir daí, a força da sua economia só aumentou, transformando-se num pólo moveleiro e vitivinícola conhecido nacional e internacionalmente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES). É, ainda, uma importante região industrial e turística do sul do Brasil. Todos esses atributos colocaram o nome de Bento Gonçalves nos “quatro cantos” do mundo.

1.2 DA COLÔNIA DONA ISABEL À BENTO GONÇALVES

A história que envolve a construção e o desenvolvimento deste município remonta ao ano de 1870, quando foi criada a Colônia Dona Isabel. Por volta de 1875 começaram a chegar os primeiros grupos de imigrantes italianos na região serrana do Rio Grande do Sul, originando as Colônias de Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde D’Eu (hoje Garibaldi) e Nova Palmira (hoje Caxias do Sul). A Colônia Dona Isabel, também conhecida como a região de Cruzinha – primeiro nome de Bento Gonçalves – era local de passagem para a comercialização de produtos entre os Campos de Vacaria, Montenegro ou a Capital. (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 29).

Para entender um pouco a trajetória do povo originário, é válido considerar o contexto da época. Ao final do século XIX, não apenas os italianos deixavam o seu país, mas também outros povos europeus emigravam para fugir da crise econômica e social pela qual o velho continente passava. Dentre os principais motivos destaca-se a Revolução Industrial, responsável por gerar mão de obra excedente e não qualificada, aliada à miséria, ao esgotamento de terras e às crises agrícolas. (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 13). Assim, “a emigração transatlântica em massa corroborou decisivamente para descomprimir na Europa as tensões entre as elites e as classes subalternas” (SCHROEDER; VOGT, 2015, p. 268).

Se lá ocorria um “expurgo” populacional, este lado do oceano atlântico cobijava descaradamente tal contingente. Durante boa parte dos séculos XIX e XX, o Brasil disseminou propagandas mostrando-se terra promissora para que imigrantes europeus se interessassem pelo país. Além do governo, a iniciativa privada também participou promovendo uma massiva imigração para o território nacional. As questões envolvidas diziam respeito ao fator econômico e ao ideal de branqueamento da população brasileira, presente entre a elite política, econômica e cultural do país. (SCHROEDER; VOGT, 2015).

Ainda conforme Schroeder e Vogt (2015), a maior parte dos imigrantes atraídos destinava-se a trabalhos relacionados à cafeicultura paulista, já que naquele momento discutia-se a suspensão do tráfico negreiro e a abolição da escravidão – substituindo gradualmente o trabalho compulsório pelo do imigrante assalariado. Quanto à parcela minoritária não alocada em São Paulo para a atividade cafeeira, foi encaminhada para algumas regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de ocupar áreas de planície, serra e principalmente de mata “fechada”, ignoradas pelos fazendeiros criadores de gado. Desta forma,

[...] para que ocorresse o povoamento e a colonização. Nessas áreas, os imigrantes e seus descendentes desenvolveram explorações agrícolas relativamente independentes da economia cafeeira, mediante a intensiva utilização da força de trabalho da unidade produtiva familiar. (SCHROEDER; VOGT, 2015).

Assim, mais precisamente em 24 de dezembro de 1875, chegou o primeiro grupo na localidade que deu origem à Bento Gonçalves, aproximadamente 790 pessoas, a maioria oriunda da Itália (DE PARIS et al., 2013, p. 37). Esses migrantes receberam alguns lotes na região sob a promessa de uma vida melhor. Esta localidade é nomeada como Colônia Dona Isabel, e chegou a ser distrito de Montenegro por um determinado tempo. Porém, foi oficialmente desmembrada em 11 de outubro de 1890 pelo ‘Acto’ 474, assinado por Cândido Costa, que constituiu o município de Bento Gonçalves. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES). Criado o então município, recebe o nome dado em homenagem ao general Bento Gonçalves da Silva, chefe da Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul de 1835 a 1845.

Quanto ao desenvolvimento econômico da região, aconteceu de forma lenta e gradativa, isso em função de uma série de contratempos encontrados pelas pessoas que aqui chegaram. Dentre deles pode-se elencar o relevo acidentado, o desconhecimento de técnicas agrícolas para alguns produtos, e o fato de muitos imigrantes não serem agricultores – mesmo assim o progresso chega à pequena localidade (CAPRARA; LUCHESE, 2005). Não obstante, quando a produção artesanal começa a gerar excedentes, aparecem outras dificuldades, por exemplo, o deslocamento entre as localidades para a realização do comércio, conforme relatam De Paris et al. (2013, p. 37):

As primeiras indústrias artesanais, com características domésticas, utilizavam somente a mão de obra familiar. A troca, compra e venda de produtos veio com a produção de excedentes agrícolas e a criação de animais, que eram realizadas na sede da Colônia, após longas caminhadas por estreitas trilhas demarcadas pelos próprios imigrantes.

Segundo a historiadora Assunta De Paris, a vinda da agência do Banco Nacional do Comércio e do Banco de Pelotas foi um passo importante para o desenvolvimento do município. Contribuíram, também, a instalação da luz elétrica, da estação transformadora e da rede de distribuição, bem como a inauguração do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, isso tudo entre os anos de 1919 e 1927.

Pouco a pouco a população foi aumentando, e o progresso continuou. Até então, as principais atividades econômicas eram as do setor agrícola, mas gradativamente a indústria local se diversifica e passa atuar nos ramos de laticínios, acordeões, móveis, curtume, sulfato e vinícolas.

O crescimento econômico da cidade de Bento Gonçalves deu-se de várias formas, seja através de sua agricultura, do seu comércio ou pelo crescimento acelerado das indústrias, mas foi principalmente dos incentivos das autoridades administrativas que este prosperar também foi possível, pois foi através das suas obras e melhorias que colaborou para proporcionar um maior escoamento dos produtos cultivados e produzidos pelos colonos, isso promoveu exportações e como consequência enriquecimento da população local. (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 218).

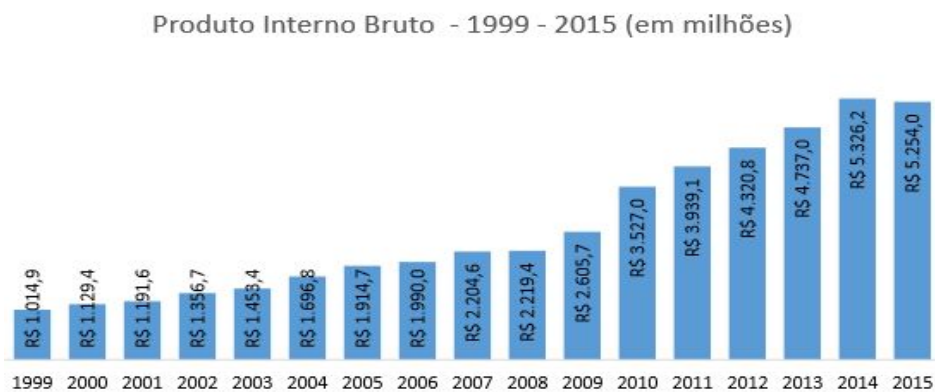
Nos anos 60, Bento Gonçalves começa a receber preparos para expansão. E então “a partir da década de 70, com o asfaltamento da RS 470 e a construção da ponte do Rio das Antas que a cidade tem seu potencial econômico alavancado pela crescente produção

moveleira e pelo forte surgimento da produção metalúrgica” (OLIVEIRA; BAVARESCO, 2011, p. 3). Para tanto, é interessante falar um pouco de alguns elementos que contribuíram e contribuem para a cidade se reorganizar e continuar a receber tal importância econômica.

1.2.1 O TURISMO COMO RACIONALIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL

Como demonstrado, a Bento Gonçalves começou a se revelar apoiada principalmente nos setores vitivinícola e moveleiro, mas recentemente passou a receber importância também no setor turístico. O gráfico a seguir, o qual representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos no recorte temporal de 1999 a 2015, demonstra um pouco desse significativo desempenho.

GRÁFICO 1 – GRÁFICO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE BENTO GONÇALVES (1999-2015) EM MILHÕES DE REAIS



Fonte: SEBRAE/RS.

Nessa comparação, destaco o expressivo aumento dos valores compreendidos entre os anos de 2005-2015. Chamo a atenção para o segmento turístico, que em plena fase de crescimento, tornou-se um contribuinte de peso para os números expostos. Em razão de, nas últimas décadas, esse setor apresentar-se como alternativa ao desenvolvimento de muitas cidades e regiões, o governo local passou a dar uma atenção especial ao turismo. Creio que

não apenas pela oportunidade de criar mais empregos, mas de gerar mais renda a partir do fortalecimento da identidade local. É possível encontrar uma breve noção da evolução da atividade turística bentogonçalvense nos dados a seguir, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR, no plano de turismo de Bento Gonçalves (2015-2018).

QUADRO 1 – DADOS DO TURISMO EM BENTO GONÇALVES (2009-2014)

Ano referência	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de visitantes	582.836	663.434	517.579	677.890	990.686	1.013.457
Ocupação hoteleira	52,21%	52,98%	47,17%	52,48%	52,56%	51,23%
Nº de Leitos	2.580	2.841	2.839	2.882	2794	2794
Nº de Hotéis e Pousadas	31	32	34	35	33	33
Nº de Unidades Habitacionais (UH)	1.135	1.267	1.307	1.277	1235	1235
Nº de Atendimentos nos Centros de Atendimento ao Turista	49.190	23.113	42.022	31.926	40.597	32.764
Total Público nos eventos (Fundaparque)	467.649	329.405	407.512	340.431	325.997	322.529
Nº de Eventos	269	374	293	1.074	828	1.326

Fonte: SHRBS, BCA, Fundaparque e Assoc. de Turismo. Adaptado de SEMTUR (2019).

No quadro fica evidente o acréscimo anual no número de visitantes, cujos fatores que o justificam, para o órgão do governo responsável pela elaboração, são: a localização privilegiada, paisagens, atrativos naturais e culturais, e principalmente os incentivos públicos que são indispensáveis para tal atração (vide o número de eventos realizados na cidade). Arelado a esse conjunto de elementos colocaria ainda as estratégias de *marketing* como importante contribuição para o significativo aumento no número de visitantes recebidos. De acordo com a Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves, em 2019 tal número chegou a 1,7 milhão de visitantes, crescendo 150% nos últimos oito anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES). Certamente os dados impactaram de maneira significativa a economia local, uma vez que os relatórios da secretaria estimam que o gasto médio por turista é de R\$ 875,00.

Ainda dentro dessa lógica, cabe ressaltar que Bento Gonçalves transformou-se em forte referência na produção de uva e vinho, demonstrando sua “vocação natural” para o enoturismo – um tipo de turismo definido pelo deslocamento de pessoas movidas por interesses atrelados ao mundo da uva do vinho (FALCADE, 2004). Nesse cenário se sobressai o roteiro Vale dos Vinhedos, o qual carrega boa parcela do título por estar entre os destinos mais procurados pelos amantes do vinho. O crescimento e o fluxo de turistas na Região do Vale dos Vinhedos permitiram a expansão e o surgimento de diversos tipos de atividades relacionadas ao enoturismo (FALCADE, 2004). Passou-se, assim, a criar condições para que o enoturista consuma não apenas o vinho, mas também a paisagem, a cultura e a identidade da região.

No âmbito do turismo local, o município   enaltecido com base em suas qualidades físicas, mas vale lembrar que esse segmento frequentemente cobra e exige do poder público incentivos financeiros e a revitalização de espaços que irão atender apenas aos seus interesses. Nesse processo, as áreas envolvidas não são destinadas ao gozo público, ou, para ser mais direto,   população local de baixa renda. A finalidade é muito específica: a atração de um público seletivo e a satisfação de uma ínfima parcela de envolvidos.

Para melhor compreender como funciona a indústria do turismo, busco apoio em Carlos (2007, p. 69):

O turismo cria uma idéia de reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas mas não se estabelece uma relação com o lugar, não se descobre seu significado, pois os passos são guiados por rotas, ruas preestabelecidas por roteiros de compras, gastron micos, históricos, virando um ponto de passagem (os passos dos turistas são sempre apressados,   não se fica, só se deixa passar).

Mediante o exposto, notamos que tudo entra nas regras do mercado e vira mercadoria. A indústria do turismo tem o dom da ilusão, ela segrega os lugares, procura mostrar e engrandecer o “bonito”, muitas vezes artificial, e a todo instante afasta o turista da verdadeira realidade (CARLOS, 2007). Quando a cidade entra nesse ciclo, agradar o turista (cliente) passa ser a meta. Para Carlos (2007, p. 69), “a indústria do turismo sabe captar (além de produzir) o desejo transformando tudo que toca em espetáculo controlado, o que transforma o indivíduo num ser reduzido   passividade e ao olhar”. Ou seja, o turista jamais

terá a oportunidade de conhecer de fato o lugar visitado, primeiro porque ele apenas passa e não estabelece contato, e segundo porque ele não enxerga com os seus próprios olhos, mas é conduzido por guias. O fato é que nesse “jogo de faz de conta” o privado devora o público, e quem sai prejudicado é quem vivencia e utiliza cotidianamente a cidade, se deparando a todo o momento com o espaço estranho.

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida (CARLOS, 2007, p. 67).

Certamente, analisar a (des)organização de Bento Gonçalves sob a ótica do turismo ajudou a fundamentar o meu ponto de vista acerca de tal processo, e também possibilitou algumas reflexões, ampliando mais a minha resistência em aceitar essa forma de transformação espacial. A cidade, ao entrar no circuito turístico, precisa constantemente buscar por um lugar privilegiado no “ranking dos melhores destinos”, por isso a preocupação dos gestores se concentra em superficialismos que garantam exclusivamente o aumento dos valores monetários a serem arrecadados. Deixa-se, assim, de pensar definitivamente a cidade para quem a vivencia cotidianamente – de construí-la democraticamente, num sentido mais humano. Imbuídos de ambição, esses poucos que a decidem passam a artificializá-la, multiplicando espaços do vazio apenas para agradar o estrangeiro, que por aqui se encontrará na simples condição de passageiro. Inevitavelmente o turismo, como toda a manifestação capitalista, é perverso em sua essência, uma vez que segrega, exclui e explora.

1.2.2 PARA ALÉM DA MÍDIA, A CIDADE REAL

Em se tratando de qualidade de vida e bem-estar da população e visitantes, Bento Gonçalves possui um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) nacional (0,778). Este índice, elaborado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, considera as dimensões: renda, longevidade e educação. Nesse patamar encontra-se também o grau de

desenvolvimento socioeconômico – classificação disponibilizada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) (tabela 1). Segundo as estimativas da instituição, no ano de 2015, entre os 20 municípios gaúchos que têm mais do que 100 mil habitantes, somente cinco apresentaram índices de alto desenvolvimento (acima de 0,800). E Bento Gonçalves obteve a primeira colocação, com Idese de 0,831, ficando à frente mesmo da capital gaúcha (0,816).

TABELA 1 – RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, SEGUNDO O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (IDESE), TOTAL E POR BLOCOS (RS) – 2015

Ranking dos municípios com mais de 100.000 habitantes, segundo o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), total e por blocos, no Rio Grande do Sul — 2015

MUNICÍPIOS	IDESE	BLOCO EDUCAÇÃO	BLOCO RENDA	BLOCO SAÚDE
Bento Gonçalves	0,831	0,774	0,828	0,892
Porto Alegre	0,816	0,728	0,893	0,829
Erechim	0,811	0,791	0,792	0,850
Santa Cruz do Sul	0,809	0,752	0,835	0,840
Caxias do Sul	0,801	0,722	0,807	0,875
Passo Fundo	0,767	0,689	0,789	0,822
Santa Maria	0,753	0,737	0,699	0,822
Cachoeirinha	0,747	0,667	0,753	0,822
Novo Hamburgo	0,745	0,698	0,732	0,805
Guaíba	0,741	0,680	0,761	0,783
Canoas	0,727	0,640	0,769	0,771
Bagé	0,720	0,716	0,646	0,797
São Leopoldo	0,715	0,648	0,721	0,776
Rio Grande	0,715	0,666	0,710	0,768
Gravataí	0,710	0,644	0,676	0,809
Pelotas	0,691	0,677	0,661	0,735
Sapucaia do Sul	0,679	0,665	0,578	0,795
Uruguaiana	0,670	0,702	0,594	0,714
Viamão	0,617	0,596	0,510	0,746
Alvorada	0,571	0,490	0,464	0,758

Fonte: FEE/CIES/NIS.

Ao comparar analiticamente os municípios com características demográficas similares, é possível observar que, segundo cada bloco do IDESE (educação, renda e saúde), Bento Gonçalves permanece entre os municípios com alto desempenho.

Sim, ao longo da história aquela pequena e precária localidade, originada sob o planalto norte-rio-grandense em meio à densa mata de araucárias, passou a receber notória visibilidade, inclusive a nível internacional.

Contudo, diante desse contexto onde Bento Gonçalves apresenta dados de primor,

cabem algumas indagações: Que realidade tais números estariam representando? Será que de fato refletem a qualidade de vida da população bentogonçalvense? Ou tão somente de uma ínfima parcela dela?

Além de ações direcionadas, o governo, por meio da imprensa local, não tem economizado em reportagens chamativas para promover a cidade, vide algumas: “Bento está entre as 30 melhores cidades do país para investir em negócios” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, 2018), “Bento é a 27ª melhor cidade do Brasil e 3ª do Estado para fazer negócios” (BENTO, 2019). O que tenho notado é que há muito empenho para oferecer uma cidade agradável, só que aos estrangeiros – sejam eles investidores, empreendedores ou turistas. Mas, e a população local, quem se preocupou em lhe oferecer uma Bento Gonçalves agradável? Insisto na questão de que boa parte das realizações não contempla a maioria dos moradores. Parafraseando Jan Ghel (2013), a cidade não está sendo pensada para quem vive nela, as pessoas – com projetos e ações que priorizem a vida pública, o que significa dar condições de caminhar mais, passar mais tempo em espaços públicos e sair dos refúgios privados. Não se privilegia a velocidade em escala humana, como a do pedestre, o portador de deficiência ou ciclista; não há, ainda a título de exemplo, redução da circulação de automóveis em determinadas áreas, a fim de sobrar mais espaços livres às pessoas, impulso do transporte público equitativo, proibição de edifícios altos, dentre outras formas de tornar a cidade mais agradável e segura para aqueles que a habitam.

Neste momento coloco mais alguns contrapontos para refletir, pois muitas das informações e propagandas difundidas pela mídia, as quais exaltam Bento Gonçalves e a qualidade de vida apoiada em dados econômicos, são passíveis de dúvidas e podem não corresponder às circunstâncias reais. De acordo com o IBGE (2016) o seu PIB per capita é de R\$ 47.657,68. O dado até é interessante, mas considerando o nível de desigualdade de renda da sociedade, é possível que reflita a realidade de Bento Gonçalves? E o que dizer, por exemplo, da criminalidade que assola os moradores locais? Numa breve pesquisa em sites de busca, o que não faltam são notícias remetendo à sua segurança. Bento Gonçalves não só figura entre os 20 municípios gaúchos com o maior número de mortes violentas, como se encontra entre os mais violentos do país, de acordo com o Atlas da Violência realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A pesquisa utilizou dados de 2016 e fez um levantamento entre as 309 cidades

brasileiras com mais de 100 mil habitantes, apontando Bento Gonçalves na posição 168. (GAÚCHA ZH, 2018). Em 2018, o município atingiu o recorde de 52 assassinatos no ano. De acordo com o Comando Regional Violência de Policiamento Ostensivo da Serra (CRPO/Serra), cerca de 68% dos homicídios no município estão relacionados com o tráfico de drogas e a conseqüente guerra entre facções pelo domínio de territórios. Isso provocou o aumento de mais de 40% na taxa de mortes violentas em relação ao ano anterior, quando foram registrados 34 assassinatos (PASSARELLA, 2019). A situação manteve-se neste patamar em 2019 (tabela 2).

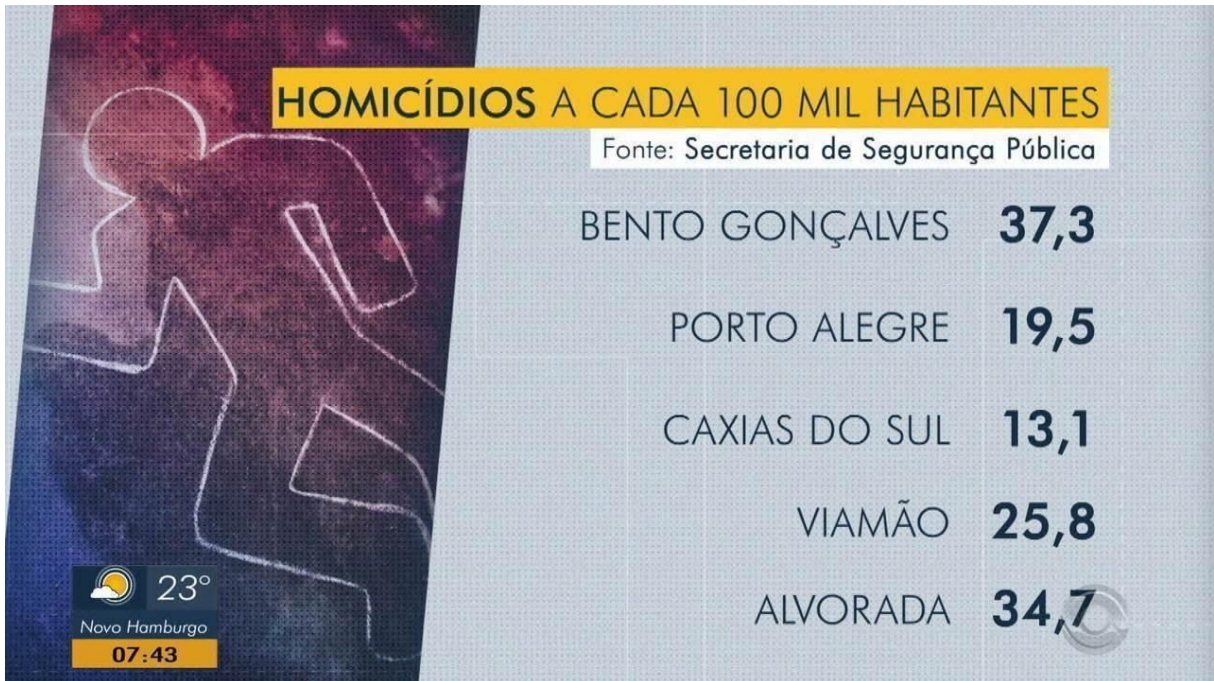
TABELA 2 – ASSASSINATOS POR ANO EM BENTO GONÇALVES

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
16	16	15	20	21	28	34	52	52

Fonte: Banco de dados Pioneiro/Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Considerando a intensidade dos crimes em relação à população absoluta, os dados aqui apresentados merecem uma atenção maior por parte do poder público, mas isso infelizmente parece não acontecer.

FIGURA 3 – BENTO GONÇALVES TEM UMA DAS MAIORES TAXAS DE HOMICÍDIOS NO RS



Fonte: Globoplay (2019).

Não sei se foi o intenso processo de verticalização, a violência urbana ou a lógica do turismo, consequências das leituras e interpretações geográficas subjetivas, que tornaram a Bento Gonçalves vista da janela do meu quarto um não lugar para mim. Por isso, preocupo-me com os aspectos subjetivos da espacialidade diante dos olhares identitários dos sujeitos desta investigação para entender quais os processos que contribuem para transformar Bento Gonçalves em um lugar ou não lugar para eles.

É certo que a forma como nos apropriarmos do espaço não é a mesma. Assim, o fato de nos apropriarmos de forma reflexiva para compor um pensamento construtivo sobre o desenvolvimento de uma cidade deve estar ligada ao sentido de cidadania. Nesse processo, a Geografia tem relevância em decorrência de suas possibilidades de interpretar os espaços, de transformar o aluno num observador que consiga entender, argumentar e reconstruir sua história dentro da cidade.

1.3 UM OLHAR DA JANELA DO MEU QUARTO – QUE CIDADE ESTÁ ALÉM DAS CORTINAS?

FIGURA 4 – VISTA PANORÂMICA DE BENTO GONÇALVES, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL



Fonte: WIKIMEDIA COMMONS (2018).

A metáfora que dá o título a esta seção refere-se à tentativa de mostrar um pouco mais do processo de construção e desenvolvimento de Bento Gonçalves, agora em termos estruturais – e também como a cidade é vista a partir dos meus espaços de vivência e deslocamentos cotidianos. As cortinas são uma alusão à forma de pensar este assunto, basicamente a ideologia utilizada para formar a opinião sobre, que obviamente permite contemplar muitas coisas, e, por certo, invisibilizar tantas outras.

Pois bem, que as cidades se encontram em constante evolução, é inegável. Porém, algumas têm apresentado um rápido e desordenado crescimento, e falar deste assunto significa abordar basicamente dois pontos inseparáveis: população e estrutura física. No campo populacional, a nível de Brasil, as taxas de natalidade se mostram reduzidas. Desse modo, um dos fatores que implica diretamente o crescimento das cidades é o deslocamento de indivíduos pelo território em busca de melhores condições de vida. Este movimento, que muitas vezes é tido como a única alternativa de sobrevivência, indiscutivelmente esvazia determinados espaços, e sobrecarrega outros.

Tomando Bento Gonçalves como exemplo, observa-se que o seu contingente

populacional cresceu significativamente desde a sua criação, mas, sobretudo, a partir de 1980. O quadro 9 ajuda a compreender melhor este gradativo aumento.

QUADRO 9 – QUADRO DO CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DE BENTO GONÇALVES POR DÉCADAS

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2019
Pop.	18.771	24.933	33.956	41.979	58.941	78.694	91.486	107.278	119.049
Tx. Cresc. Absoluto		616,2	902,3	802,3	1.696,2	1.975,3	1.279,2	1.579,2	1.308

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1940 a 2010. Elaborado pelo autor a partir da fonte (2019).

Para esta avaliação, considera-se a variação média do número de indivíduos ano a ano durante cada década, tratando de crescimento absoluto num recorte de setenta e nove anos, compreendidos entre os anos de 1940 a 2019. Dessa forma, é possível verificar que, na década de 1940, Bento Gonçalves tinha anualmente um incremento populacional médio de 616 indivíduos e 79 (setenta e nove) anos mais tarde a ela cresce num ritmo muito superior, atingindo uma média anual quase três vezes maior. Se admitirmos que o ritmo de crescimento se mantiver, seguindo as taxas da década anterior, as quais se encontravam na casa de 17.3% ao ano, por volta do ano de 2050 projeta-se uma população realmente considerável para Bento Gonçalves, algo muito próximo a casa de 200.000 habitantes. Numa projeção dessa magnitude, surgem algumas incertezas quanto à capacidade física para acomodar tal demanda. Estaria o poder público municipal preocupado com essa situação?

A preocupação à qual se refere aqui é em relação à (re)organização da cidade, que significa primeiramente dispor de mais habitação e moradia digna acessível a todo o cidadão. Esse processo consequentemente exigirá mais lotes de terra, ruas, saneamento básico, água potável e encanada, rede elétrica, escolas, sem falar em leitos hospitalares, serviços de saúde e empregos.

Bem, quanto ao posicionamento do poder público em relação à previsão exposta, ainda é cedo para detectar algo mais concreto, mas quanto à euforia dos “visionários” construtores e imobiliários locais, isso sim é possível. Esses, quando se deram conta do

promissor mercado que surgia, não perderam tempo e logo começaram a utilizar as suas “armas”. Sendo os principais produtores do espaço urbano, propuseram uma expansão da cidade, só que a alternativa utilizada foi intensificar a verticalização. Não há dúvidas de que este é um negócio próspero, então se investiu vorazmente, no sentido mais ambicioso da palavra, sobretudo na região central, ofertando prédios e apartamentos para todos os gostos e bolsos. Como a audácia não tinha limites, “choveram” pedidos junto ao poder legislativo para que o plano diretor fosse alterado, permitindo prédios mais altos no centro da cidade. (NOAL, 2017). O fato de ser lucrativo parece ter cegado os responsáveis quanto às consequências. E o gradativo surgimento destes prédios em Bento Gonçalves demonstra as frequentes alterações do espaço geográfico local, tornando cada vez mais invisíveis as áreas verdes na imensidão de concreto. (BORTOLATTO, 2010).

A fim de melhor explicitar e fundamentar este fenômeno, valemo-nos de Carlos (2003) quando diz que a cidade vai crescendo, incorporando novas áreas na periferia, adensando outras, ocupando vazios, verticalizando as áreas centrais. A autora enfatiza que nesse processo o ser humano se esvai, vira multidão ante o cotidiano repetitivo, isso devido à cidade (enquanto construção e uso) não ser mais pensada para o cidadão. (CARLOS, 2003). Nessa lógica, a área central de Bento Gonçalves foi recebendo um considerável adensamento de construções, e aliado a este processo um aumento populacional. Sabe-se que a concentração de pessoas em áreas menores até poderia até ser positiva, uma vez que evitaria o espalhamento da malha urbana sobre as áreas naturais. Claro, isso quando ocorre um planejamento em tal direção; agora, quando o processo é realizado de maneira desordenada e impulsionado pelo apetite insaciável do lucro, pode desencadear sérios transtornos sociais e ambientais, desde questões facilmente identificáveis, até as menos visíveis, porém, perceptíveis.

Dentre algumas consequências, a verticalização contribui para uma maior concentração de pessoas e veículos em menos espaço, elevando principalmente os níveis de poluição atmosférica. (NUNES, 2011). Efeitos como esse passaram a ser constatados na cidade em questão, que enfrenta corriqueiros longos congestionamentos em horários de pico, já que a estrutura viária é praticamente a mesma da época em que a população local não passava a “casa” dos 30 mil habitantes. De lá para cá, implementou-se apenas inversões de sentidos. Agora, com cerca de 120 mil habitantes, a desordem reina à espreita. E os impactos

resultantes não cessam. Ainda há o aumento do consumo de energia, a alteração na ventilação natural, gerando insuficiência vegetal, baixa taxa de evaporação e elevação da temperatura local. (NUNES, 2011). Isso sem falar nas consequências mais comuns, como o acúmulo de lixo e as enchentes a partir da supressão da vegetação, compactação e impermeabilização do solo, sendo até mesmo passível de problemas psicológicos em seus habitantes (SANTOS et al., 2015). Percebe-se então que a forma como a cidade se desenvolve desencadeia uma gama infundável de impactos de ordem ambiental e sobretudo social, afetando toda a dinâmica da sociedade.

Como já mencionado, remodelar o espaço urbano se utilizando do processo de verticalização pode ser interessante – observa-se, no entanto, que “em jogo” encontramos muito mais interesses econômicos do que a preocupação com a qualidade de vida dos moradores, ou mesmo com uma cidade mais sustentável. Isso porque Bento Gonçalves, mesmo sendo adensada em sua área central, continua se espalhando horizontalmente, de maneira descompromissada (figura 5).

FIGURA 5 – AVANÇO DA MALHA URBANA SOBRE A COBERTURA VEGETAL PERIFÉRICA (BENTO GONÇALVES - RS)



Fonte: Imagem do Google Earth. Elaborado pelo autor a partir da fonte (2017).

Vide também o aumento dos “condomínios exclusivos” nas áreas rurais da cidade, onde, sob a influência do medo as famílias mais abastadas buscam refúgio. Convém lembrar que a eliminação de áreas de cobertura vegetal naturalmente compromete o meio ambiente.

Se ao início dos anos 90, eu estivesse postado em meu quarto com o rosto direcionado para o centro da cidade, certamente enxergaria uma Bento Gonçalves muito mais ao nível dos olhos, com pouca verticalização, composta por basicamente edificações de dois ou três andares, e mais, com inúmeros espaços públicos disponíveis à população. Uma cidade nesses moldes pode ser considerada mais agradável aos seus habitantes. Para o arquiteto dinamarquês Jan Gehl (2013), esta seria uma cidade construída dentro da escala humana. Tal denominação refere-se a lugares mais habitáveis e seguros para as pessoas, onde os habitantes possuem um campo de visão sem obstrução por grandes construções, e os pedestres são prioridade, podendo se deslocar de maneira segura em uma velocidade real.

Ao reeducar o meu olhar, percebo que a cidade contemplada do “interior do meu quarto” muitas vezes não corresponde à cidade vista por outros espectadores. Estariam estes olhares tão distintos, naturalizados? Diria que hoje a cidade percebida “além das cortinas” destrói e impede o desenvolvimento de uma cidade mais humana. Por mais que pareça natural, o ser humano não pode ser um convidado inconveniente nos espaços urbanos, pois o corpo se coloca e se expressa nos mais variados territórios, atribuindo-lhes significações. Dessa forma, penso que a cidade não pode ceder à proliferação de espaços vazios, frios, onde o efêmero dita as regras transformando os lugares em não lugares contemporâneos.

2 DA PERCEPÇÃO À REPRESENTAÇÃO

Compreender como percebemos e representamos nossas experiências espaciais, e como se dá em certa medida o conhecimento do mundo exterior, será o intuito maior aqui. A partir da constatação de que duas pessoas podem olhar para um mesmo lugar, e cada uma percebê-lo de maneira diferente, busco aporte em Yi-Fu Tuan, o qual permite ampliar a reflexão sobre os fatores que poderiam influenciar a percepção do meio, ressaltando que ao perceber determinado espaço o sujeito atribui preferência ou não pelo mesmo. Também trago o geógrafo humanista Paulo Cesar da Costa Gomes para este contexto, por tratar da direção do olhar, bem como da interpretação espacial de imagens, que pode depender do lugar do olhar, ou, mais precisamente, do ponto de vista. E por fim, o psicólogo social Serge Moscovici, para falar sobre as representações sociais. Para ele, pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Ou seja, elas não são criadas por um indivíduo isoladamente.

2.1 PERCEBENDO O MUNDO: “ÀS VEZES A CIDADE QUE EU VEJO QUASE NINGUÉM VÊ”

Buscarei, agora, compreender o processo de percepção da cidade a partir dos fatores que o induzem, direcionam o olhar e contribuem para a sua formação. Acredito nesta ordem para que posteriormente a abordagem sobre a representação da cidade tenha condições de ser desenvolvida.

Considerando que a preocupação se concentra em saber como Bento Gonçalves, em seus inúmeros contrastes, é vista pelos alunos da educação básica, mantenho-me inquieto para desbravar a subjetividade nas respostas: Será que ela realmente é uma cidade agradável de se viver? Quais são os seus pontos positivos e negativos? Quais são os sentimentos desenvolvidos em relação a ela? Que valores são comumente atribuídos? Existe uma base comum de ligação entre eles? As respostas emitidas configurarão percepções e representações acerca de uma dentre outras tantas Bento Gonçalves possíveis. Mas, certamente, estarão constituindo uma visão de mundo particular, que em larga medida possui relevância na

construção do conhecimento geográfico em sala de aula.

É comum acontecerem equívocos entre os conceitos de *percepção* e *representação*, pois a linha que os separa é realmente muito sutil. Mesmo merecendo um aprofundamento na discussão dos termos, estabelecerei apenas ligações superficiais entre eles, buscando indícios que os garantam metodologicamente indispensáveis na construção do conhecimento geográfico escolar. Para Tuan (1980, p. 6):

Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura - uma possível perspectiva entre muitas. [...]; e corremos o risco de não notar o fato de que, por mais diversas que sejam às nossas percepções do meio ambiente, como membros da mesma espécie, estamos limitados a ver as coisas de uma certa maneira. Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares.

Confere-se, então, que temos muitas percepções comuns, mas também muitas diferenciadas. Apenas como complemento, a pequena passagem da canção *Quase Sem Querer* (Legião Urbana) “às vezes o que vejo quase ninguém vê” também nos leva a refletir nesse sentido. Ela evidencia que, ao contemplarmos um objeto ou um ambiente, podemos enxergar ou perceber algo que outra pessoa pode não notar. E o contrário também seria verdadeiro: o outro pode perceber algo que os nossos sentidos não detectaram, ou detectaram, mas nossa mente não lhe atribuiu relevância. Mas por que isso acontece?

Tomando o significado da palavra percepção, verifica-se que ela deriva do latim *perceptio.onis* e denota “ação ou efeito de perceber, de compreender o sentido de algo por meio das sensações ou da inteligência” (DICIO, 2019). Ou seja, é a capacidade de apreender por meio dos sentidos ou da mente. Dessa conceituação já se tem uma noção de que a construção do conhecimento no ser humano perpassa inevitavelmente pela visão, audição, olfato, tato e paladar. Em certo grau eles são responsáveis por criar a aparência das coisas que percebemos. Poderia então o tratado dos fenômenos se dar da mesma forma entre os indivíduos? Apesar de terem órgãos sensitivos semelhantes e compartilhar de percepções comuns (TUAN, 1980), o ser humano não compreende e muito menos significa os acontecimentos de igual maneira – isso devido a uma série de fatores. A exemplo, a percepção do meio ambiente, de acordo com Tuan (1980), acontece de forma diferenciada em cada grupo de idade, em cada cultura, entre homens e mulheres, entre os residentes da periferia e

de áreas nobres, entre os diferentes níveis escolares.

Ao entrar em contato com o meio ambiente, as pessoas fazem uso dos cinco sentidos em um processo associado com os mecanismos cognitivos, ou seja, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. (GOIS, 2010, p. 97).

Tudo isso pode, por exemplo, interferir na preferência por espaços da cidade – e para além destes determinantes, é preciso considerar que um sentido pode ser mais apurado em um indivíduo que em outro. Destarte, é conveniente considerar que a capacidade real dos sentidos difere entre os indivíduos, de modo que uma pessoa em determinada cultura pode desenvolver um olfato aguçado para perfumes, enquanto a de outra cultura adquire profunda visão estereoscópica. (TUAN, 1980).

O que percebo pode parecer muito óbvio para mim, e na maioria das vezes fazer sentido apenas à minha pessoa, no contexto ao qual me encontro, mas não à outra – assim, cada indivíduo vai organizar e interpretar as suas impressões sensoriais que vêm do ambiente para atribuir significado ao seu meio. Dito de modo mais simples, a percepção é a função que, por meio dos sentidos, permite ao organismo receber toda a informação que chega do entorno. E assim, “[...] através dos cinco sentidos e da mente, pessoas percebem o espaço à sua volta e interagem com ele tornando-se conscientes do mesmo” (MALANSKI, 2014, p. 33).

De acordo com Merleau-Ponty (1999, p. 6), é possível que “a cada instante também eu fantasio acerca das coisas, imagino objetos ou pessoas cuja presença aqui não é incompatível com o contexto, e, todavia eles não se misturam ao mundo, eles estão adiante do mundo, no teatro do imaginário”. Poderíamos então admitir que a percepção de mundo que temos pode ser distorcida e nem sempre corresponder à realidade física. E que em determinados momentos os sentidos propiciam a visualização de coisas inexistentes. Isso não significa dizer que ela é duvidosa e deve ser ignorada, bastaria apenas compreendê-la como provisória e incompleta. Na compreensão de Tuan (1980, p. 4), a percepção

[...] é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que

estão enraizadas na cultura.

Nesta ocasião, o autor traz um detalhe importante: perceber algo também pode ser uma atividade proposital, intencional. Muitas coisas que enxergamos, as premeditamos, ou melhor, pensamos com antecedência a sua percepção, e assim estaríamos escolhendo o que perceber. Mas como é possível? O urbanista e escritor Kevin Lynch (1960, p. 16), em sua obra *A imagem da cidade*, dá uma breve noção para elucidar esta questão:

As imagens do meio ambiente são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinção e relações, e o observador - com grande adaptação e à luz dos seus objectivos próprios - selecciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê.

Nessa perspectiva, existe o interesse do observador ao olhar determinada paisagem, e a escolha dos elementos para criar a imagem é feita aos poucos, por meio de associações com aquilo a que atribuímos maior relevância. Para complementar, Gomes (2013, p. 32) vai apontar que também existe uma diferença entre olhar e ver, a qual consiste no fato de que “[...] olhar dirige o foco e os ângulos de visão, constrói um campo de visual; ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual construído pelo olhar” (GOMES, 2013, p. 32). Portanto, ao olhar um cenário, estaremos automaticamente elencando os elementos que desejamos enxergar, logicamente de acordo com os interesses, ou com a utilidade que teriam naquele momento. Se assim for, inconscientemente também estaríamos escolhendo o que invisibilizar, deixar de lado, ou, nos dizeres de Tuan, colocar à sombra. Interessar-se por algo pode corresponder ao desinteresse sobre outras tantas coisas potencialmente “visíveis”, que naquele ponto de vista não são vistas (GOMES, 2013). Assim,

[...] quando olhamos uma paisagem escolhemos a posição do nosso olhar e a partir dessa posição, serão determinados o ângulo, a direção, a distância, entre outros atributos que são posicionais, ao assumirmos uma posição estamos sempre privilegiando um campo de observação. (GOMES, 2013, p. 20).

Vejamos, acaba de aparecer outro elemento relevante para esta discussão, o ponto de vista. Frequentemente em debates onde as divergências se afloram empregamos ou mesmo

escutamos a expressão “depende do ponto de vista”, que, neste caso, ocupa o sentido de opinião. Porém, ela também pode ser entendida no sentido da “posição que nos permite ver certas coisas” (GOMES, 2013, p. 20). É frequente nos colocarmos em determinado lugar para realizar a observação de algo, que obviamente poderia ser contemplado a partir de outro ponto, gerando, talvez, outra compreensão. O teólogo Leonardo Boff (In CORTELLA, 2008) resume tal expressão da seguinte forma: “um ponto de vista nada mais é que a vista a partir de um ponto”.

De modo não menos complexo seria como falarmos de beleza e feiúra. Obviamente que sempre existiu um padrão do que é belo, seja em relação a paisagens, imagens ou pessoas, que se alterou ao longo da história humana. A título de exemplo, uma casa construída há 50 anos poderia ter aparência perfeita, harmoniosa e incitar grandeza e admiração na época. Hoje, perante os padrões arquitetônicos atuais, talvez não tenha valor algum, causando apenas medo, repulsa ou indiferença. Trazendo para a temática em questão, o mesmo pode acontecer com a percepção de um espaço urbano ou bairro. Umberto Eco (2007), em seus ensaios sobre a feiúra e a beleza, vai dizer que o feio existe em cada cultura, ao lado daquilo que é tido como belo. Para ele, a beleza é uma obra aberta, e o feio de hoje pode ser o belo de amanhã. Ele nos encaminha para uma importante reflexão: a beleza não é um dado absoluto, mas relativizada pelos valores culturais dos povos e pela geografia. Em uma de suas entrevistas, dá um exemplo fantástico: “Um cirurgião pode abrir uma barriga e dizer: Que beleza de câncer!”. Esta é a vista a partir de um ponto, no caso, a do médico, e que muito provavelmente difere da vista do paciente.

Até agora se falou da posição do observador e seus possíveis movimentos. Contudo, é preciso considerar também a posição do objeto observado, que da mesma forma pode mudar. Falar em ponto de vista é também dizer que “a variação da posição espacial de um objeto, pessoa ou fenômeno altera completamente nossa percepção, nossa apreciação e nosso provável interesse sobre eles” (GOMES, 2013, p. 36). Assim, uma coisa pode saltar-nos aos olhos devido à posição que ocupa no espaço. Imagine um morador de rua faminto, adoentado, jogado sobre a calçada em um cenário urbano, cinzento e caótico. Por ser uma cena quase que corriqueira nas grandes cidades, na maior parte do tempo ele passará despercebido aos olhos das pessoas que circulam por aquele espaço. Agora, suponhamos que este mesmo morador de rua apareça deitado à porta de um clube elitizado durante uma festa de luxo – certamente

ocuparia um lugar de destaque, impactando e causando os mais variados tipos de sentimentos e sensações aos participantes, e, óbvio, a si próprio. O que mudou? Simples, a posição do “objeto”, estando agora posto em um contexto diferenciado.

As colocações anteriores buscam iluminar o ato de perceber, seja um objeto ou um cenário, como se pode ver quando se trata de perceber a cidade – a atividade imprime uma certa complexidade:

[...] es una realidad mental individual de cada ser humano, difícilmente analizable y representable, debido a su proyección mental variable y dinámica, no se puede afirmar con exactitud cómo se perciben los espacios urbanos, llenos de múltiples matices, tantas variables internas y externas, un mismo sujeto puede tener miles de percepciones diferentes según la edad, la hora del día, el estado de ánimo, la temperatura ambiental, etc. (AVIDAD, 2010, p. 168).

Enfim, inúmeros são os fatores que envolvem a percepção, e esses, de uma forma ou de outra, culminarão numa realidade subjetiva. Em Malanski (2014, p. 33) reforça-se a ideia de que a percepção é um processo indispensável para a organização do mundo para a pessoa. Nesta perspectiva, ela se torna a principal responsável pela construção do conhecimento espacial individual.

2.2 O QUE AS REPRESENTAÇÕES NOS FALAM

As atividades que visam à representação dos espaços de vivência têm ocupado um papel de destaque no ensino de Geografia, principalmente por permitirem a valorização da relação entre pessoas e espaços. “Dotados de informações perceptivas, sensações e imaginações espaciais, as pessoas são capazes de representar a partir de imagens mentais o espaço percebido ou imaginado” (MALANSKI, 2014, p. 36). Obviamente que a representação da cidade pode ter inúmeras motivações e finalidades, e o professor que desejar utilizá-la em sala de aula poderá obtê-la de diversas formas, seja por entrevistas escritas e faladas, ou ainda por mapas mentais. O mapa mental destaca-se pela intensa presença de figuras, que estabelecem significativo diferencial dos textos escritos. Sobre ele, Pontuschka et al. (2013) corroboram a ideia de ser um instrumento efetivo para compreender os valores que os

indivíduos conferem aos seus lugares.

Pois bem, a representação é uma manifestação imaginária, uma forma de conhecimento em que a função pode ser a materialização de elementos pensados, bem como a comunicação entre os indivíduos. Ela é “responsável por dar significado ao algo percebido, representando fenômenos naturais e sociais, para a compreensão de acontecimentos ditos sobrenaturais e, principalmente, para perpetuar a consciência humana de mundo” (MALANSKI, 2014, p. 36). É por ela que se busca dispor o que se aprende dentro do que já se sabe, criando na mente uma imagem daquilo que muitas vezes não está presente.

A construção das representações imagéticas do mundo acontece principalmente a partir das percepções que o indivíduo possui do lugar em que vive e das relações que estabelece. Assim, as vivências e memórias as quais praticamente constituem a base delas têm fundamental relevância na formação do saber geográfico. Nesta lógica, permeio a discussão expondo algumas percepções e representações de Bento Gonçalves, a partir das minhas vivências cotidianas em determinados espaços da cidade. Procuo contemplá-la sob diferentes perspectivas, mas frequentemente alguns elementos se sobressaem perante a minha percepção: é o caso da verticalização, que didaticamente definiria como construção insana de enormes gaveteiros, feitos para confinar humanos. Cisma? Talvez, mas com certeza inquietação provocada por circunstâncias injustas. Por que a cidade precisa crescer “pra cima”? Por que as pessoas não são convidadas a participar do planejamento e das decisões da cidade? Ressalta-se aqui que a palavra pessoas é empregada no sentido de cidadãos “comuns”, que não necessariamente tenham conhecimento técnico (urbano), mas diariamente experienciam a cidade das mais variadas formas, o que certamente lhes confere condições para tratar do assunto. Martinez (2012, p. 2) assevera que:

En el planeamiento urbano de una ciudad, tradicionalmente se ha actuado sin tener consideración de los ciudadanos, los cuales tienen una serie de sentimientos y experiencias del lugar que habitan y son los que en última instancia van a desarrollar su vida en la ciudad.

Ou seja, quem de fato está “habilitado” a falar da cidade não é convidado para tal. Não se trata de desmerecer ou descartar o olhar técnico do assunto, mas sim propor um trabalho em conjunto para que os conflitos espaciais sejam atenuados. Como já posto, ao direcionar o olhar para a área central de Bento Gonçalves, nota-se que ela foi adensada

verticalmente a ponto de extirpar toda e qualquer possibilidade de se tornar um espaço agradável às pessoas que a frequentam. Porém, quem decidiu que deveria ser desse jeito? Esta era a melhor maneira de construir e remodelar este espaço? Poderia ter sido de outra forma? O que pensam os cidadãos “comuns” desta cidade? Se “sobre el espacio se crean una serie de conductas y sentimientos según experiencias sensoriales, memorias, idealizaciones, etc. y se percibe de distinto modo según clase social, edad, sexo, puesto laboral” (MARTINEZ, 2012, p. 7), então, para simplificar, penso que tais elementos urbanos construídos pelo livre-arbítrio da principal parte interessada não passam de empecilhos que furtam os espaços de sociabilidade, que obstruem o olhar para o horizonte, que impedem o contemplar do nascer e do pôr do sol, que bloqueiam o brilho das estrelas, que ocasionam trocas bruscas de temperatura, que causam desconforto, incômodo e impedem o desenvolver de uma cidade agradável. Já do ponto de vista do construtor, do agente imobiliário e do político que também tem interesse em tal processo, possivelmente não passam de oportunidades para engordar seus bolsos e satisfazer temporariamente suas ganâncias, sob o pretexto de mais moradias à população. Quando as pessoas não participam e não são pensadas no desenvolvimento da cidade, “el resultado es el surgimiento de nuevos espacios en la ciudad creados por actores políticos o económicos” (MARTÍNEZ, 2012, p. 2), que se tornam estranhos à população. É claro, neste jogo capitalista, o objetivo será muito mais o lucro do que o bem-estar do cidadão.

O relato que precede ilustra um pouco como caracterizo Bento Gonçalves a partir das experiências diárias e da posição do olhar. Nesta breve narrativa enfatizei a aversão principalmente à forma de remodelação de determinados espaços, o que não significa dizer que tal sentimento se dá pela cidade como um todo. Com apoio de Serpa (2005, p. 1), é possível compreender melhor esta questão:

Todos os habitantes do espaço urbano tem seu sistema de significações ao nível ecológico, expressão de suas passividades e de suas atividades. Já os arquitetos (paisagistas e urbanistas) parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, elaboradas não a partir do percebido e do vivido pelos habitantes da cidade, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado.

De fato, a relação entre o ser humano e o espaço vivido é permeada por uma série de perturbações, embates e sentimentos. Para o autor supracitado, toda a diversidade envolvida

fará com que essa desarmonia apareça na própria representação:

Se os espaços de representação contêm os espaços percebidos e vividos dos diferentes grupos e classes sociais, é certo que eles contêm e expressam também as lutas e os conflitos dos diferentes grupos e classes pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços. (SERPA, 2005, p. 1).

O geógrafo Yi-Fu Tuan (1980) se empenhou na temática que diz respeito à relação das pessoas com lugares, seus comportamentos e sentimentos. Neste aspecto, cunhou os termos *Topofilia*, o qual remete ao sentimento de apego ao lugar, e *Topofobia*, que denota aversão, repugnância a um lugar, podendo, em alguns momentos, ser traduzido como lugar do medo. Por mais que a cidade tenha sido construída com o ideal de ordem e segurança, muitos dos seus espaços podem gerar sentimentos de medo, insegurança e repulsa.

É uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa parecer um lugar assustador. Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesma se transforma em um meio ambiente físico desorientador, no qual os prédios de apartamentos desabam sobre seus habitantes, ocorrem incêndios e o trânsito ameaça a vida e mutila as pessoas. Apesar de cada rua e prédio – e na verdade todos os seus tijolos e blocos de pedra – serem sem dúvida os produtos de planejamento e reflexão, o resultado final pode ser um imenso labirinto desordenado. (TUAN, 2005, p. 234).

Essas questões poderiam ser compreendidas no âmbito da representação individual. Moscovici, porém, nos adverte, dizendo que representação não é um produto único, contendo também a participação coletiva:

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. (MOSCOVICI, 2007, p. 41).

O autor trabalha com a ideia de representação social, mostrando que, ao participar de uma coletividade, o indivíduo é afetado em algum grau, e dessa maneira a sua representação jamais será exclusiva.

[...] as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações. (MOSCOVICI, 2007 p. 40).

Nessa perspectiva, a representação é construída a partir da interação social, passando pelo processo cognitivo e comunicada via símbolos. Ao se colocar um signo convencional na realidade, o que nós percebemos e imaginamos, essas criaturas do pensamento, que são as representações, terminam por se constituir em um ambiente real, concreto. (MOSCOVICI, 2007). Ainda, “[...] sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*” (MOSCOVICI, 2007 p. 41). Em sua essência, a teoria das representações sociais leva em conta o conhecimento do senso comum, e este conhecimento nos interessa, pois valorizá-lo em sala de aula é mais que uma possibilidade de identificar práticas cotidianas; é compreender questões que ajudam a formar a visão de mundo.

A partir de diversos estudos de consagrados autores da Geografia da Percepção, encontramos em Martinez (2012, p. 6) que “[...] los lugares geográficos no solamente están fuera de nosotros con una existencia física que les pertenece, sino también están dentro de nuestras mentes”. Se assim for, o exercício de representação permite explorar a existência mental dos espaços de vivência, espaços estes constituídos no campo do imaginário. (MERLEAU-PONTY, 1999). Ao expressá-los espontaneamente, estaremos confidenciando mesclas de experiências passadas, revelando, muitas vezes, o que de fato estabelece conexão entre o sujeito e o lugar, bem como aquilo que pode romper, impedir ou dificultar uma ligação afetiva com o espaço. Conforme Kozel (2010), “a representação não substitui o objeto, mas seleciona determinados detalhes do objeto que se fazem a partir de uma concepção ou escala de valores que o emissor da representação tem do objeto representado”. Assim, o algo percebido será criado a partir das relações espaciais e sociais, mesclando as experiências individuais e coletivas.

Por isso, as representações têm caráter indispensável no “fazer pedagógico”, pois além de darem um significado diferente nas relações das pessoas com o espaço geográfico, ainda permitem a formação de cidadãos mais comprometidos. (KOZEL, 2008). Desenvolver em sala de aula a prática de reconhecer e representar o espaço subjetivo na hora de analisar

um território é muito importante para o professor e para o aluno, uma vez que

[...] fomentan en el alumno la capacidad de pensamiento crítico al reconocer, por sí mismo, las deficiencias de unas áreas, próximas o no, con respecto a otras. [...] Al mismo tiempo le facilitan la posibilidad de contrastar sus propias opiniones con los conocimientos de los expertos (explicaciones magistrales y/o lecturas a *posteriori*), adquiriendo, gracias a ello, un protagonismo que sin duda estimula su interés por la disciplina geográfica. (ESCOBAR, 1995, p. 189).

Para este autor, as atividades que permitem ao aluno expor o seu olhar com base em suas vivências, confrontando-as com o saber acadêmico, aumentam a espontaneidade do sujeito e ainda favorecem uma primeira aproximação a conceitos relacionados à qualidade de vida, à segregação social, à funcionalidade do espaço, ao desenvolvimento urbano, à legibilidade da paisagem, dentre outros.

Conclui-se, desta forma, que a percepção é um processo cognitivo o qual detecta estímulos externos, e a representação caracteriza-se como uma forma de conhecimento, direcionando-se ao interior do sujeito. A percepção pode ser entendida no âmbito individual, por exemplo quando olho a cidade e penso sobre ela; a representação estende-se ao social, quando evoco outras concepções, sentimentos, para entender de forma mais coletiva a percepção. Passamos o tempo todo percebendo, contudo, não significa que estaremos representando, mas em alguns momentos uma complementa a outra. E assim, em breves palavras, o espaço construído pelas pessoas contempla ações de diversas subjetividades, as quais perpassam por percepções e representações individuais e sociais.

3 ENSINO DE GEOGRAFIA E ALGUMAS INTERFACES

Neste capítulo busco refletir sobre a construção do conhecimento e o ensino de Geografia. Mesmo que seja algo intrínseco à Geografia, faço questão de conduzir o estudo reconhecendo o potencial desta ciência em construir noções de consciência crítica e cidadania. Reforço ainda a ideia de que o ato de professá-la em sala de aula não se transforme em algo vazio, mas objetive de fato a construção do conhecimento. Neste processo destaca-se a importância do lugar para constituir a visão de mundo.

3.1 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NOS SUJEITOS DA PESQUISA

Em minha caminhada docente, uma das principais angústias tem sido a aprendizagem em sala de aula: como ela acontece, que caminhos se deve percorrer, e assim por diante. Pretendendo conhecer, e do mesmo modo, refletir sobre como os alunos, sujeitos desta pesquisa, poderiam pensar a cidade, busquei entender como se dá o desenvolvimento cognitivo humano – que, a propósito, não se constitui em uma área de estudos própria da Geografia, e sim da Psicologia. Foi ela quem procurou desenvolver teorias para compreender os processos de pensamento do ser humano desde o seu nascimento até o seu mais completo grau de maturidade. Sendo assim, algumas inquietações desta pesquisa extrapolam a alçada da ciência geográfica, necessitando que o conhecimento seja “bebido” em outras fontes.

Para esta incumbência destaca-se Jean Piaget, considerado um dos mais importantes autores da Psicologia, que também ganhou notoriedade em outras áreas, dentre as quais a Educação. Vale ressaltar que o título se dá pelo volume e consistência da sua obra em relação ao desenvolvimento da inteligência e a construção do conhecimento. Abordar a teoria piagetiana, mesmo que de forma superficial, é uma tarefa um tanto quanto difícil, todavia, me aventurarei.

Foi tentando entender como as crianças reagem e interagem com ambiente de acordo com cada fase da sua vida que o autor desenvolveu a teoria do desenvolvimento cognitivo infantil. Para ele, o desenvolvimento irá seguir basicamente as seguintes etapas, as quais

denominou de estádios: sensório-motor (0 aos 2 anos); pré-operatório (2 aos 7 anos); operatório concreto (7 aos 11 anos) e operatório formal (aproximadamente dos 11 anos em diante), caracterizadas pela aparição de estruturas originais e de uma determinada forma de equilíbrio, que dependem das construções anteriores, mas dela se distinguem. (RAPPAPORT, 1981).

Diante das fases citadas, interessa-me adentrar mais especificamente a última fase, a das operações formais porque ela abrange a faixa etária dos sujeitos que serão estudados nesta pesquisa. Porém, para que seja mais bem compreendida, convém uma breve “pincelada” na fase que a antecede, a das operações concretas.

Se no período das operações concretas a inteligência da criança manifesta progresso notável, apresenta, por outro lado, ainda algumas limitações. Talvez a principal delas está implícita no próprio nome, relaciona-se ao fato de que tanto os esquemas conceituais como as mentais realizadas se referem a objetos ou situações que existem concretamente na realidade. (RAPPAPORT, 1981, p. 74).

Ou seja, aqui a criança faz uso da capacidade operatória sobre objetos que ela consegue perceber e/ou manipular. Já no período das operações formais, esta limitação quase desaparece, e o sujeito passa a ter condições de formar esquemas conceituais mais abstratos, conceituando palavras como amor, justiça e democracia, e a partir dali elaborar operações mentais que permitam aumentar o seu repertório de conteúdos e pensamentos. (RAPPAPORT, 1981).

Considerando que os sujeitos desta pesquisa possuem idade entre 13 e 16 anos, a partir de Piaget é possível inferir que eles estariam entrando no mundo da abstração. Ademais, é provável que já consigam formar operações mais complexas. Neste estágio a criança

[...] adquire novos códigos de conduta; discute os valores morais de seus pais e constrói os seus próprios (adquirindo, portanto, autonomia); torna-se capaz de aceitar suposições pelo gosto da discussão, faz sucessão de hipóteses que expressa em proposições para depois testá-las, [...], os seus conhecimentos espaciais podem ir além do tangível finito e conhecido para conceber o infinitamente grande ou infinitamente pequeno, torna-se consciente do seu próprio pensamento, refletindo sobre ele a fim de oferecer justificações lógicas para os julgamentos que faz [...]. (RAPPAPORT, 1984).

Do ponto de vista piagetiano, pode-se dizer que, ao desenvolver as capacidades

acima mencionadas, o indivíduo atinge sua forma final de equilíbrio. Diante disso, Piaget ressalta que a compreensão do processo de inteligência perpassa pelo entendimento de alguns conceitos essenciais, como: adaptação, assimilação e acomodação.

Em sua ambiência, a criança tem o seu estado de equilíbrio mental rompido constantemente, e ao entrar em contato com um objeto novo, pode entrar em conflito, ou mesmo ser desequilibrada. Isso porque cada objeto possui características peculiares, que muitas vezes dificultam o seu conhecimento. Assim, as novas questões que vão surgindo obrigam o organismo a resolvê-las, reorganizando-se e adaptando-se. Este movimento denominado adaptação consiste em utilizar as estruturas mentais já existentes, e quando ineficientes, são modificadas no intuito de encontrar uma forma mais apropriada para lidar com a situação. (RAPPAPORT, 1981).

Nesta lógica, assimilação e acomodação estariam implicadas na adaptação. A *assimilação* refere-se à tentativa de o sujeito solucionar determinados problemas utilizando sua estrutura mental (RAPPAPORT, 1981). Não dando conta da tarefa, ele vai modificar a sua estrutura antiga a fim de solucionar o novo problema. Quando dominada esta nova exigência, Piaget denomina esta etapa de *acomodação*. Em suma, a assimilação ocorre quando o sujeito entra em contato com o objeto de conhecimento, então retira algumas informações e, de acordo com a sua organização mental, tenta “levá-las para dentro de si”. Conforme a sua percepção, escolhe determinadas situações, ao passo que descarta outras. Já na acomodação, a organização mental dele se modifica para dar conta do objeto observado. Assim, conhecer e interpretar o mundo é, antes de mais nada, assimilá-lo.

Dentro deste processo que é a construção de estruturas, que é a própria construção do conhecimento, temos no processo de abstração o ponto primordial para a compreensão de como o sujeito cresce cognitivamente, ou seja, passa de um conhecimento “x” para um conhecimento “x+1”. (SANTOS; COSTELLA, 2016, p. 166).

A partir das noções fornecidas por Piaget quanto ao processo de construção do conhecimento e de como ele ocorre em cada faixa etária, buscarei compreender como os alunos (nossos entrevistados) podem pensar a cidade. O pensar a cidade dentro do operatório formal seguramente poderia se ampliar, no sentido de se desprender dos arredores, do “palpável”, realizando-se num nível maior de abstração. Infere-se, assim, que nesta etapa já

seja possível construir um pensamento mais elaborado, em outras palavras, imaginar o resultado de uma ação sem que esta tenha se realizado. No caso, os alunos sujeitos da pesquisa teoricamente teriam saído da fase onde o entendimento acontece necessariamente por meio de comparações, daquilo que é aprendido pelo conhecido ou fisicamente visualizado. Teriam, também, passado pela faixa de transição, onde é possível que ocorra uma intersecção entre o operatório concreto com o operatório formal. Claro, poderiam ficar resquícios onde raciocinar de forma lógica, e executar ações mentalmente se refere a objetos ou situações passíveis de serem manipuladas de forma concreta. Mas, com o passar do tempo, a tendência é de que a capacidade de reflexão vá se aperfeiçoando, desprendendo-se das situações concretas e lógicas para poder acontecer. E as características do pensamento abstrato vão surgindo, como formular raciocínios e chegar a conclusões sobre supostas situações que envolvem abstrações de objetos.

Nesta investigação, na qual busco analisar a percepção e representação da cidade em alunos do 9º ano do EF, será exigido, em dada medida, que o entrevistado realize operações mentais acerca dos espaços vividos, projetando-os mentalmente para possíveis sugestões e debates. O questionário aplicado conduz os estudantes ao movimento de abstração ao solicitar respostas acerca do que é cidade, quem tem direito a ela, quais os lugares em que mais gostam de estar, motivos que os levam a ter certas preferências, quais os que menos gostam, motivos que os levam a ter aversão, e, principalmente na atividade propositiva, quando solicitado um exercício de imaginação sobre transformações para uma cidade melhor.

Com base nos autores abordados e contextualizados até o momento, tem-se noção de que muitos são os determinantes que colaboram na percepção do espaço – seja a própria faixa etária que permite, aos poucos, que tenhamos uma abertura para o mundo, desprendendo-se dos arredores; a cultura, a qual influencia a direção do olhar; o papel dos sexos, onde homens e mulheres olharão diferentes aspectos do espaço; o fato de residirem em áreas nobres ou periféricas; a escolaridade; o interesse; a posição do olhar, dentre outros.

Cada individuo o grupo social tiene una percepción sesgada de la realidad objetiva, pues esta realidad se ve condicionada por sus valores culturales, sus experiencias, sus aspiraciones, etc., es decir, una serie de características que conducen al ser humano a crear su propio universo que se organiza concéntricamente sobre él y que tiene un espacio inmediato que es el medio donde habita, espacio con una información personal y directa. (MARTÍNEZ, 2012, p. 6).

Atualmente, perante o intenso processo internacional de integração econômica, cultural, social e política, a valorização das relações entre pessoas e lugares vai inevitavelmente cedendo espaço à homogeneização, destruindo as especificidades locais. Por isso, o interesse em valorizar e entender o aluno, se aproximar de suas memórias, de suas maneiras de perceber e representar o espaço vivido se dá pensando na contribuição dessas manifestações para a construção do conhecimento geográfico em sala de aula e na tomada de consciência quanto às contradições que envolvem as sociedades e a perversidade implicada nos usos e apropriações dos solos.

Entende-se a cidade não apenas como construção física, mas também constituída no campo imaginário, percebida e representada a partir dos espaços vivenciados cotidianamente, como ruas e bairros em que normalmente transitamos para trabalhar, estudar e outros afazeres. Seguindo essa lógica no processo de percepção e representação da cidade, quantas outras Bento Gonçalves poderiam existir? É possível existir cidade no “ponto cego” do observador? A cidade não percebida no meio do caminho pode ser traduzida em não cidade? Espaços e elementos não percebidos se devem à sua não utilização? Então não necessitariam existir? De fato, cada sujeito vai se relacionar de modo diferente com o espaço físico, e a partir das suas relações sociais construir mentalmente a sua cidade – despertando sensações e reações diversas e peculiares ante aos signos que se apresentam. Assim, muitos objetos poderão se sobressair, ou mesmo solicitarão mais atenção em função da sua posição espacial, ao passo que outros tantos serão invisibilizados. Se adicionarmos à discussão o direito à cidade, convém nos questionarmos a respeito de quem é a cidade, a quem ela pertence, quem a constrói, quem decide seus rumos, e, sobretudo, onde as crianças e adolescentes entram neste processo.

Penso que o exercício de percepção, representação e imaginação em torno do objeto cidade é uma forma de fazer com que o aluno aperfeiçoe a capacidade de reflexão. E esse movimento dará condições para que ele se veja como um elemento importante na construção e transformação do espaço a que pertence.

3.2 NOS CAMINHOS DO ENSINO GEOGRÁFICO – A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES

Ao longo da minha vivência escolar, refiro-me aqui à passagem pela educação básica como aluno, recordo-me de não ter muito nítido o motivo de estar frequentando a escola. Aliás, frequentemente essa questão surgia no meio familiar ou na roda de amigos, e sempre aparecia alguém com a resposta na “ponta da língua”: “Vamos à escola para aprender!”. Não é preciso dizer que, para aquele momento, a resposta dava conta da tal dúvida. Mas, com o passar do tempo, principalmente pela escolha profissional realizada, a questão ressuscita com muito mais vigor e torna-se inquietação. Agora, ao invés de aceitar aquela modesta resposta, inúmeras outras indagações passaram a ser geradas a partir dela: Aprender o quê? Se tem alguém que aprende, tem alguém que ensina? O professor é quem ensina e o aluno é quem aprende? O professor detém o conhecimento e o aluno é uma tábula rasa? Levando a discussão para o âmbito desta pesquisa, indagamos: a Geografia ensina alguma coisa na escola? Qual a importância dela na vida do sujeito-aluno? Aliás, parafraseando o geógrafo francês Yves Lacoste (1988), para que serve a Geografia?

Se não é mais possível satisfazer-se com a ideia de que a “Geografia serve para legitimar os Estados-Nacionais” ou “legitimar a ação das classes dominantes detentoras do poder econômico e/ou político” (KAERCHER, 2007), ela teria alguma utilidade na escola? Esse autor, em tom provocador, e para além do exposto, começa a questionar o sentido da disciplina no currículo. Para ele, a Geografia tem pés de barro, aludindo à fragilidade, com epistemologia pobre e pedagogia confusa, com uma prática pedagógica carregada de conteúdos, mas pouca reflexão. (KAERCHER, 2007). Em outras palavras, nem o próprio professor de Geografia saberia significar a importância desta área do conhecimento para a formação do sujeito-aluno. E talvez uma pequena parcela que se arriscasse a tal tarefa a justificasse por ser algo abrangente, que compreende o planeta ou o universo. Bradar aos ventos que a Geografia é tudo e está em todo o lugar pode ser, inegavelmente, embaraçoso.

Ousaria dizer que, mesmo sendo árdua a tarefa, deve ser incansável a luta pela existência de um ensino de Geografia libertador, que instigue e traga liberdade para a reflexão dos fenômenos que nos rodeiam. Ao professor é preciso sentir-se diariamente motivado a buscar meios para auxiliar o aluno em sua aprendizagem, sem amarras ou qualquer tipo de coerção. Acredita-se, aqui, que tal propósito é possível, mas obterá êxito com a renovação do professor a Geografia em sala de aula, uma vez que ela possui “ferramentas” demasiadamente poderosas para promover a fuga de um dos mais cruéis regimes totalitários do século XXI, o

ensino pobre e desestimulante, o qual tortura crianças e adolescentes em suas “prisões” escolares.

A tarefa do professor talvez consista em educar um jovem ou um adulto para não se deixar enganar, para não se deixar enganar não apenas pela televisão, rádio, jornais, cinema, também pelos aparatos ditos educativos ou culturais que podem inculcar de forma eficaz mentiras disfarçadas com o manto de realidade. O que para nós professores está em pauta é como o trabalho pedagógico de Geografia contribui para tornar nossos estudantes menos ingênuos diante daquilo que chamamos de realidade. (PONTUSCHKA, 2000, p. 145).

Reforçando a ideia supracitada, a Geografia pode ser um potente instrumento para a conscientização das responsabilidades e direitos sociais, e pode contribuir significativamente para uma transformação social por trazer, por meio de suas diversas temáticas, a possibilidade de novos caminhos à construção do conhecimento. A partir dela os alunos têm a possibilidade de pensar o encanto, a insignificância, e principalmente a complexidade da existência humana. (KAERCHER, 2003).

Sem a pretensão de definir o professor ideal de Geografia, ou ainda submetê-lo ao suplício da cruz, levanta-se a hipótese de que comportamentos apáticos ou lamentos por não obter a devida “atenção” dos alunos em sala de aula não podem ser fomentados, uma vez que depauperaram a imagem desta ciência. Por isso, a reflexão das práticas educacionais precisa ser algo costumeiro entre os próprios professores, bem como a flexibilidade para adoção de novas posturas em relação à forma de desenvolver o trabalho pedagógico, caso necessário for.

O ensino de Geografia em nada tem a ver com a transmissão de programas prontos e compartimentados. Assim fosse, “[...] a inclusão da Geografia no currículo seria desnecessária. No limite, não há necessidade de um geógrafo educador como professor, basta alguém que saiba ler e não necessariamente que tenha uma formação específica” (PONTUSCHKA, 2000, p. 151). Sem falar no fracasso a que pode levar a prática de transmitir sem refletir:

O conteúdo trabalhado em quantidades, muitas vezes, superiores ao tempo de reflexão não representa o verdadeiro papel social da escola e escraviza professores e alunos num contexto de passar e repassar, num jogo sem regras e sem ações

reflexivas. (COSTELLA, 2012, p. 89).

Por esse motivo, a busca constante por alternativas à prática pedagógica parece ser imprescindível. A ideia não é apontar tudo como tradicional e abrir mão de recursos didáticos clássicos, julgando-os ultrapassados, mas procurar estabelecer aulas menos fatigantes.

Então, como realizar um trabalho pedagógico relevante para o aluno? Sabe-se que não é tarefa fácil, uma vez que fora do espaço escolar tudo parece ser muito mais interessante. Mesmo assim, insistimos em elevar a importância e difundir a beleza da Geografia, afinal, ela tem como objetivo compreender a vida de cada um de nós desvendando os sentidos, os porquês das paisagens em que vivemos e vemos serem como são. (KAERCHER, 1996, p. 111). Assim, ao passar pelas aulas de Geografia, o aluno não deve apenas se apropriar ou decorar o vocabulário específico, mas sim estar capacitado a ler-entender o espaço geográfico próximo ou distante. (KAERCHER, 1996, p. 111).

Nesse sentido, parece-me interessante frisar que o próprio professor passe por uma reciclagem, desconstruindo algumas concepções preestabelecidas, diga-se de passagem, impostas por instituições formadoras de docentes. Retoma-se o exemplo: pensar que para se tornar um professor revolucionário é preciso renunciar aos recursos clássicos seria enganar-se por completo. Kaercher (2007) chama a atenção para este risco, pois ao se buscar uma Geografia diferenciada, muitas vezes se perdem recursos importantes como o mapa e o quadro, e algumas habilidades básicas, como escrever no caderno, observar e descrever paisagens. Ao invés de descartá-los, talvez o melhor a fazer seria aproveitá-los, quem sabe relacionando-os aos fenômenos reais, próximos ao cotidiano do aluno, a fim de facilitar a compreensão dos conteúdos propostos no currículo. É preciso estimular desafios cognitivos nos educandos e estreitar cada vez mais os assuntos trabalhados na escola com a vida fora dela. (KAERCHER, 2003). Esse é um bom ponto de partida: levar para a sala de aula as vivências dos alunos, buscando essa interação aos conteúdos curriculares, visando, assim, a aulas mais significativas para o estudante.

Os professores, em geral, e o de Geografia em particular precisam ter como ponto de partida as representações e os saberes que os alunos trazem para o espaço escolar. Não pode existir um vácuo entre o saber escolar [...] e as múltiplas representações sociais que os jovens construíram no caminhar de sua existência. O aluno vive o espaço geográfico de diferentes maneiras, em diferentes lugares, mas muitas vezes não tem consciência desse espaço e de suas contradições. (PONTUSCHKA, 2000, p.

151).

As reflexões até aqui desenvolvidas podem, porventura, dar respaldo ao professor de Geografia em determinadas situações. Ter o referido entendimento, todavia, pode não ser condição suficiente para obter êxito no trabalho escolar. Talvez seja necessário ir um pouco mais além e conhecer como o aluno aprende. Em outras palavras, apenas reconhecer o potencial desta ciência e ter os seus conteúdos precisamente decorados não garantem o resultado final. Em vista disso, Costella chama atenção, sobretudo, para que o próprio professor realize periodicamente uma autoavaliação quanto à sua conduta e seu trabalho.

[...] temos que ter o conhecimento de adultos e de profissionais em educação, mais a memória de alunos, sentimento próximo a eles. Precisamos olhar para nossas aulas e enxergar nossos alunos e não nossas universidades e nossos professores. Dar excelentes aulas para nós mesmos não significa dar boas aulas para quem precisa aprender. (COSTELLA, 2015, p. 32).

Motivado pela leitura dos textos da autora, sigo elaborando minhas inquietações: Em que medida as aulas preparadas por mim contribuem para o entendimento de mundo do aluno? A forma com que abordo os conteúdos tem alguma importância na vida dele? Muitas vezes, ao entrar em sala, o professor mantém-se concentrado e focado em deter os conteúdos devidamente estruturados e os conceitos impecavelmente sabidos na “ponta da língua”. No entanto, será que, ao proferir uma aula nestes moldes, é possível que o aluno seja tocado? Refiro-me aqui no sentido de o aluno compreender de fato aquele vocabulário técnico e conseguir relacioná-lo às suas vivências. Em outras palavras, será que realmente está ocorrendo a aprendizagem?

Quando o professor preocupa-se apenas com a sua aula, se acontecerá da forma planejada e se não esquecerá nenhuma vírgula do seu discurso, estaria seguramente adentrando o caminho da alienação, pois a sua preocupação está voltada somente a uma parte do processo. Ao surgir este tipo de preocupação egoísta, onde a riqueza do aluno não entra em “jogo”, perigamos cair em um ensino inútil (SANTOS; COSTELLA, 2016). É preciso voltar-se para o aluno e “aprendê-lo” – pensar em como aproximar o que está sendo abordado em aula à sua realidade, dar sentido, significar o conteúdo (COSTELLA, 2015). Para a autora, o conteúdo precisa ser digno de leitura, tornado legível no contexto de alunos e professores, num lugar que é mágico, a escola. Ainda, “[...] é possível despertar a inquietação, a vontade

de aprender, atingindo, às vezes, a alunos que nunca sonhávamos atingir, se formos capazes de significar o conhecimento e prestar mais atenção no aluno que está a nossa frente” (COSTELLA, 2015, p. 38).

Prestar atenção significa voltar-se para “aqueles sujeitos” que se encontram sentados num banco escolar durante – no mínimo – quatro horas diárias e preocupar-se com a construção do conhecimento individual. É debruçar-se sobre a cultura da comunidade que circunda o espaço escolar, e levantar as questões mais pertinentes para tentar uma aproximação aos conteúdos geográficos. É esforçar-se constantemente na busca de meios e alternativas que permitam abordar os conteúdos escolares de forma que façam sentido ao aluno. É dirigir atenção especial a estes indivíduos, contribuindo para que atinjam uma autonomia digna de atuação em escala local. Em síntese, “a responsabilidade de fazer com que o aluno reflita sobre o espaço onde está inserido recai sobre o professor, que deve estar sempre atento às organizações dos lugares de origem dos educandos” (COSTELLA, 2003, p. 132).

Sabe-se que inúmeras problemáticas em escala mundial perpassam em algum grau pelo cotidiano do aluno, como a remodelação do espaço urbano, a escassez dos recursos naturais, o crescimento desordenado da população, a intensidade dos impactos antrópicos sobre a natureza, a situação desequilibrada e insustentável dos sistemas econômico e natural, dentre outras. Logo, quando o professor e o aluno compreendem e relacionam a constituição desses saberes geográficos ao espaço do vivido, não apenas constataam a singularidade do lugar, mas abrem caminhos à formação prática da cidadania. Ainda, considerar as particularidades dos diferentes lugares é um passo relevante ao encontro da construção dos conhecimentos. Ou seja, para que o conhecimento seja construído é preciso que o próprio ser humano e o seu universo de experiência sejam o ponto de partida (SANTOS; COSTELLA, 2016). Outra contribuição importante vem de Castrogiovanni, em sua crítica contra homogeneização dos lugares perante a globalização:

O processo de aprendizagem deve possibilitar que o aluno construa não apenas conceitos e categorias já elaboradas socialmente, mas que (re)signifique tais instrumentais a partir da compreensão do particular, do poder ser diferente nas interpretações e mesmo assim fazer parte do contexto. (CASTROGIOVANNI, 1999, p. 83).

Portanto, a valorização das vivências do sujeito, que indiscutivelmente se dá no espaço vivido, ocorre sobremaneira por compreendermos que a construção do conhecimento perpassa pela capacidade de perceber o lugar, que é subjetivo. Torna-se extremamente relevante notar a sua importância para o desenvolvimento da vida, e pela possibilidade que este oferece de construir as condições necessárias para transformar sujeitos “inertes” em autônomos e atuantes na realidade a que pertencem. Para ser mais preciso, a aprendizagem depende de uma aproximação entre o falado e o vivido.

3.3 CONSCIENTIZAÇÃO E CIDADANIA, PRIVILÉGIOS DA GEOGRAFIA?

Ter a responsabilidade de construir valores que alcançam um sentido mais amplo de cidadania implica assumir algo que muitas vezes pode não ser atingido. O uso da expressão “formação para a cidadania” é uma prática que “orna” muito bem documentos e propagandas, porém, no dia a dia, parece ser pouco atingível. Mas, afinal, o que vem a ser cidadania? Na visão de Cavalcanti,

A referência à formação da cidadania como uma das tarefas da escola já é uma ideia bastante consolidada e, por isso mesmo, é importante delimitar os significados mais concretos desse conceito. Formar cidadão é um projeto que tem como centro a participação política e coletiva das pessoas nos destinos da sociedade e da cidade. Essa participação está ligada à democracia participativa, ao pertencimento à sociedade. (2012, p. 46).

A noção de cidadania tem a ver com a importância de o indivíduo conhecer o espaço em que está inserido, bem como as relações que nele acontecem, e as consequências a que está sujeito. Tem a ver com a capacidade de nele intervir e transformá-lo em prol de uma outra organização social.

A complexidade da noção requer, pois, que a escola e os professores definam com clareza conteúdos específicos para orientar o projeto educativo dos jovens, organizando ações que propiciem a discussão do conceito e ações que pressuponham o exercício da cidadania no próprio espaço escolar, certamente relacionadas ao cotidiano dos alunos. (CAVALCANTI, 2012, p. 47).

Se, como mencionado pela autora, a formação da cidadania já está fixada como tarefa da escola, sem “sombra” de dúvida a Geografia entra como possibilidade para este ofício. E o trabalho escolar a partir da percepção e representação do espaço é uma alternativa interessantíssima, que auxiliará a conscientização crítica dos processos de construção e transformação do lugar, afastando aos poucos os resquícios de alienação. É por este caminho que perpassa pela construção da identidade cidadã.

A escola, neste sentido, deve preparar o aluno para ler criticamente o lugar em que vive, para que ele (o aluno) estabeleça ponte entre o saber e o saber escolar, para que possa refletir, questionar, debater e elaborar proposições a respeito das relações sociais, culturais, econômicas, política, étnicas, e religiosas, que compõem seu cotidiano. Isso é exercer a cidadania. (BADO, 2009, p. 14).

Ao que tudo indica, a educação é o caminho potente para pensar a cidade como espaço do cidadão. Mas esta preparação para a leitura crítica do espaço em que se vive exige primeiramente que o educador saia da zona de conforto e busque alternativas, repense suas práticas e posteriormente instigue o aluno a também sair do comodismo. Como bem afirmam Costella e Santos (2013), o movimento entre o que está posto nos livros didáticos e o que os alunos enxergam é tarefa do professor de Geografia, é ele quem promoverá este despertar, portanto, precisa estar preparado. Nesta linha de raciocínio, destaca-se o espaço vivido como importante elemento na formação de sujeitos mais críticos e atuantes. Gallo (2008, p. 08) enfatiza que

[...] a aprendizagem escolar ancora-se na percepção da realidade concreta e vivida das relações entre os diversos elementos que compõem o espaço geográfico, buscando soluções para os problemas, atuando ativamente, constituindo-se em cidadãos no meio em que vivem. Uma educação geográfica a partir do espaço vivido.

Se somente a percepção do espaço vivido e a compreensão dos processos ali existentes permitirão atuar, então refletir o lugar e o cotidiano é reconhecer a importância destas relações para a construção da cidadania. Ainda convém lembrar Freire (1980, p. 25), o qual declarou que “quanto mais o homem refletir sobre a realidade, sobre a sua situação concreta, mais emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la”. Esta lógica reforça a presença de uma geografia do espaço vivido para a

formação de uma consciência menos ingênua e mais cidadã.

O homem, inicialmente, ocupa uma posição ingênua diante da realidade observada, e, então, ao adotar uma posição crítica, chega à conscientização. Esta desmascara a essência fenomênica do objeto, trazendo ao homem a possibilidade de apreender e analisar de fato a realidade que para ele se apresenta. Quanto mais conscientização houver, mais nos aproximamos da realidade. (ANDRADE et al., 2009, p. 02).

Nesse sentido, o processo de construção do conhecimento e desenvolvimento da consciência humana contribui para uma nova visão de mundo, a qual resultará em uma nova postura de comportamentos das pessoas, colaborando para uma sociedade melhor. (OLIVEIRA, 2014).

Naturalmente quando o professor se atém apenas ao ato de transmitir conteúdos, desvia severamente as suas aulas da esfera de reflexão, conduzindo-as para o abismo da alienação e aceitação inerte – é necessário romper com esta sistemática. Respeitar a responsabilidade que carrega, preocupando-se em como construir conhecimentos, instigar o espírito crítico e auxiliar o aluno a tornar-se um agente atuante e transformador na realidade a que pertence, decorre principalmente do “conhecer” o próprio espaço. Afinal de contas, este é o caminho que deve ser pensado para a educação geográfica: ir ao encontro de uma formação consciente e cidadã. “Uma cidadania que é global, mas que é muito local também. E não local por limites estabelecidos, mas sim porque é, e são, os lugares onde vivemos e onde construímos as nossas interpretações de mundo” (CALLAI, 2016, p. 9).

Indubitavelmente a Geografia interpreta acontecimentos de maneira interdisciplinar. Assim, entender as relações entre a natureza da cidade, climatologia, geomorfologia, geologia, economia e aspectos sociais conduz a uma maior autonomia em representar o lugar de vivência – explorando inúmeras possibilidades de interpretar o mundo e nele se inserir de maneira consciente e atuante. Evidencia-se mais uma vez, portanto, um fazer pedagógico onde o aluno seja instigado a mostrar como enxerga e vive a cidade, trazendo o que sente nela/sobre ela.

Conforme exposto ao longo deste trabalho, entende-se a Geografia como um potente recurso no combate ao pensamento ingênuo em relação aos fenômenos que nos cercam. Todavia, Kaercher (2003) nos alerta quanto à fragilidade ao professá-la em sala de aula – salientando o excesso de conteúdo seguido pela baixa reflexividade. Por isso, apoiamo-nos

em Costella (2003), quando reforça a importância da construção e da significação do conhecimento. Ou seja, o conteúdo apresentado pelo professor precisa ser trabalhado e refletido, para que o aluno construa o seu conhecimento. Nesta lógica, procura-se no caráter subjetivo de perceber e representar a cidade valorizar as particularidades e experiências individuais para a construção do conhecimento geográfico escolar, e para além, busca-se a formação de uma consciência menos ingênua em sala de aula.

Para compreender esta consciência menos ingênua sugerida para as aulas de Geografia, partimos de Kaercher, o qual destaca que, ao analisar uma determinada paisagem, é preciso problematizá-la para entender a lógica a que está inserida: “Como ela foi construída? Por que ela é assim? Romper com a simples visualização conformista das paisagens” (KAERCHER, 1996, p. 111). Observar algo de maneira resignada sem qualquer questionamento favorece a aceitação pacífica do que se apresenta. Apenas para ilustrar, “é como perante um golpe de Estado, as forças populares devem procurar maneiras de opor-se aos efeitos da reativação da ‘cultura do silêncio’ que, historicamente, deu nascimento à consciência dominada” (FREIRE, 1960, p. 38). Para o autor, a escola tem um objetivo muito claro, que é o de conscientizar o aluno, principalmente aqueles que vivem à margem da sociedade. Assim, “[...] quando se ensina os homens a ler e a escrever, não se trata de um assunto intrascendente de ba, be, bi, bo, bu, da memorização de uma palavra alienada, mas de uma difícil aprendizagem para ‘nomear o mundo’” (FREIRE, 1960, p. 39). Aqui ele traz à tona o conceito de conscientização, que perpassa pelo processo de descortinar a realidade, onde o sujeito consegue se retirar dela e nela se reinserir com uma consciência crítica. (FREIRE, 1960).

No âmbito dessa concepção o professor entra como provocador, gerador de curiosidades, que utiliza práticas pedagógicas não padronizadas. Sabe-se que esse é um desafio constante, talvez não apenas por parte dos alunos, mas pelo professor muitas vezes não estar preparado para tal, incorrendo na velha tática de apenas repassar informações científicas. Práticas que apenas reforçam “[...] a mistificação da realidade, tornando-a opaca e obscurecendo a consciência ‘vazia’ do aluno com inúmeras frases e palavras alienantes” (FREIRE, 1960).

Pelos ideais apresentados até o momento, constata-se que a Geografia tem potencial para construir em sala de aula as noções de consciência crítica e cidadania. Porém, é preciso o

educador sair da neutralidade e assumir uma postura política no processo educacional. (FREIRE, 1960). Se o mundo é dinâmico e estamos submetidos a constantes transformações, a conscientização não pode intentar nenhuma “neutralidade” e muito menos tratar da realidade como estática, fragmentada e previsível. (FREIRE, 1960). E mais, para que o ato de professar a Geografia não se transforme em algo vazio, os temas abordados não podem ser estranhos à experiência existencial dos alunos, é aí que entra a abordagem do lugar, neste caso considerado como o mundo vivido.

3.4 LEITURAS SOBRE O LUGAR

Ao longo do pensamento geográfico o *lugar* foi uma categoria que gerou inúmeros debates e discussões, principalmente por possuir diversos vieses de entendimento. Na Geografia clássica, por exemplo, era compreendido basicamente no sentido de local; já na recente abordagem fenomenológica o lugar passa a ser relacionado à significação e afeto. Assim, com o passar do tempo, podemos dizer que ele se tornou uma categoria indispensável à Geografia, não devendo ser entendido somente como algo basilar, mas essencial especialmente ante o opressivo processo de globalização. Se conforme Milton Santos (2011) considerarmos a lógica de “integração internacional” como totalitária e perversa, é fato que as particularidades do lugar tendem a serem destruídas gradativamente, e junto uma imensurável riqueza subjetiva.

Ao longo de nossas vidas nos estabelecemos em determinados lugares a fim de buscarmos a nossa sobrevivência. Contudo, é inevitável que alguns desses espaços nos marquem mais do que outros, seja em função de uma relação mais íntima ou outros motivos que poderão gerar um sentimento de apego. A questão é que a todo instante nos relacionamos com o espaço próximo, por vezes em maior ou menor intensidade, construindo-o, percebendo-o e vivenciando-o por meio do corpo. Aliás, o homem constrói e se apropria do mundo por meio de seu corpo e de seus sentidos. (CARLOS, 2007). Sendo assim, o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida; é a partir dele que moradores em suas habituais relações e deslocamentos como casa, escola, trabalho, mercado, padaria, farmácia, vão constituir as bases que darão sentido à sua existência. O lugar se apresenta como elo entre a

mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. (CARLOS, 2007). Além da sua importância como espécie de palco para as vivências cotidianas do sujeito, o lugar é onde a reprodução da vida encontra sustentação, e pode ser compreendido com base na tríade habitante - identidade – lugar. (CARLOS, 2007). Nesse entendimento, revisitar o lugar no ensino de Geografia e perceber as suas relações internas e externas vem a ser uma possibilidade para que os alunos reconheçam a sua identidade e compreendam o processo de construção desse espaço – importante para o exercício de cidadania. Para Callai;

[...] lugar e cotidiano são abordados no contexto escolar como oportunidade de desenvolver habilidades e competências que contribuem para a formação cidadã e para a construção de conceitos constitutivos da especificidade do conhecimento geográfico e para o estabelecimento das bases da aprendizagem da geografia na escola básica. (CALLAI, 2010, p.25).

Diante de tais conceituações percebe-se o potencial da categoria lugar para além do ensino. “ [...] o lugar onde se vive, deve ser conhecido e reconhecido pelos que ali vivem, pois conhecer o espaço, para saber nele se movimentar, para nele trabalhar e produzir, significa conseguir reproduzir-se também a si próprio, como sujeito (CALLAI, p.1, 2003).

Conforme exposto no início desta seção, o conceito de lugar pode ser compreendido por meio de inúmeras perspectivas, basta optar por uma abordagem. Para a Geografia, Serpa nos apresenta basicamente duas linhas:

[...] ora associado a uma análise marxista, pensando-se os lugares como as distintas versões dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo, ora a uma análise fenomenológica e humanista, entendendo-se o lugar como lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de “cultura”. (SERPA, 2013, p. 131).

Como no cerne desta pesquisa está a dimensão subjetiva, adotei a concepção de lugar formulada na Geografia Humanista, que o compreende segundo “[...] o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experienciado” (CAVALCANTI, 2010, p. 89). Na lógica de que sempre agimos a partir de um lugar (SERPA, 2019), estudá-lo é encontrar marcas e características do grupo que o experiência, das práticas espaciais que culminam no desenvolvimento pleno da vida, e geram em seus ocupantes sentimentos de pertencimento,

apego ou mesmo estranhamento.

Mas se o lugar é o espaço com camadas de significados atribuídos pelas pessoas, encontra-se aqui uma brecha para indagar: O que seria o espaço não dotado de significado? Que não gera um referencial e muito menos identidade? O antropólogo francês Marc Augé, em seus estudos sobre o lugar, identificou a existência de não lugares na cidade. Estes seriam “[...] prometidos à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero” (AUGÉ, 1994, p. 74). Com essas características, o autor cita os aeroportos, supermercados, dentre outros, e salienta que esses espaços podem ser compreendidos como locais onde o indivíduo se experimenta apenas como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente. Exemplifica-se com duas situações: uma em que o sujeito se encontra como turista, ao transitar por locais onde simplesmente aprecia a paisagem superficialmente, sem que aconteça algum envolvimento mais profundo. E outra em que o sujeito pode ser o morador do local transformado em atrativo turístico, o qual muitas vezes passa por uma remodelação tão intensa que o descaracteriza integralmente, fazendo com que o indivíduo “se perca” no desconhecido, e não encontre mais as bases que deram sustentação à produção da sua identidade. Carlos (2007, p. 63) retrata bem esse processo ao dizer que:

[...] cidades inteiras se transformam com o objetivo precípua de atrair turistas, e esse processo provoca de um lado o sentimento de estranhamento – para aqueles que vivem nas áreas que num determinado momento se voltam para a atividade turística – posto que violenta e rapidamente é transformado e, de outro, transforma tudo em espetáculo e o turista em espectador passivo.

Para a autora, o termo “não-lugar” não é entendido no sentido da negatividade, mas no plano das contradições do espaço, como resultado da relação contraditória entre valor e uso. (CARLOS, 2007). Na lógica capitalista, transformar o espaço em mercadoria é uma prática comum, e assim o “lugar” da vida cada vez mais é transformado em espaço do vazio. (CARLOS, 2007). O espaço vendido devora/destrói o espaço do vivido, e conjuntamente a identidade se esvai, as cidades passam a ser cortadas por vias de circulação rápida, que “funcionam” no ritmo dos motores, e os espaços que permitiam a circulação no ritmo “do caminhar” vão desaparecendo aos poucos. Do mesmo modo, os locais públicos que convidam ao descanso, ao lazer e possibilitam as relações sociais, vão dando lugar aos paredões frios dos arranha-céus. A cidade pouco a pouco se rende ao interesse do capital, sendo construída

para poucos, sacrifica a qualidade de vida e o bem-estar da maioria, condenando os direitos mais básicos das pessoas, o direito à cidade.

Com base nas colocações anteriores é possível inferir que a cidade é formada por lugares e não lugares, construídos, vivenciados, percebidos e representados subjetivamente pelos sujeitos-habitantes.

Compreender a lógica da organização deste espaço, permite que se perceba que as formas de organização são decorrentes de uma lógica que perpassa o individual, seja do ponto de vista da cidade como tal, seja das pessoas que ali vivem. E cada lugar responde aos estímulos gerados externamente (globalmente), de acordo com a capacidade de organização das pessoas e dos grupos que ali habitam. Isto tudo permite que cada lugar possua uma identidade, que são as marcas que os caracterizam. A identidade do lugar permite que as pessoas tenham uma identificação com o mesmo, mas acima de tudo é necessário que cada sujeito construa a sua identidade singular. (CALLAI, 2003, p. 3).

Contudo, a cidade não pode ser compreendida como “lugar”, pela razão de que ela só é vivida parcialmente, como no âmbito do bairro, local de realização das relações mais íntimas de vizinhança. (CARLOS, 2007). Tentando estender essa reflexão, diria que a cidade pode não ser compreendida como um lugar propriamente dito, mas é mentalmente constituída quase que em sua totalidade com elementos do plano vivido. Explico: quando falamos da “nossa” cidade ou realizamos a sua construção imagética, é possível que a faremos essencialmente apoiados nas memórias dos espaços vivenciados cotidianamente. Fazer a leitura do lugar e reconhecer o que existe, é um movimento para compreender a realidade. E esta realidade pode ser a cidade, o lugar da vida. (CALLAI, 2005). Portanto, ao representar a cidade, estaremos revelando muito mais das histórias e relações do plano vivido.

Enfim, o estudo do lugar torna-se proposta pertinente no aspecto pedagógico da Geografia, pela oportunidade de compreender a cidade em suas inúmeras formas de representações e desvelar a relação sujeito/parcela da cidade, responsável pela construção da identidade. Nesse sentido, o ensino de Geografia a partir dos olhares e leituras do espaço vivido transforma-se em condição importante para a constituição dos saberes escolares, auxiliando a construção do conhecimento geográfico e a tomada de consciência crítica para uma nova postura perante o mundo.

4 O CAMINHO ESCOLHIDO

A metodologia da presente investigação foi constituída por um levantamento bibliográfico sobre os processos históricos de Bento Gonçalves, sendo que procurei estabelecer uma interação entre a verticalização, a lógica do turismo e a violência urbana. Quanto à abordagem ao material empírico, se deu a partir de entrevistas (questionário), que visaram à identificação das percepções dos alunos. Por fim, realizei uma atividade de imaginação/representação, a qual versa sobre possíveis ações para uma cidade melhor.

Em relação ao objetivo do estudo, classifico-o como pesquisa exploratória, pois o seu propósito é

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (GIL, 2010, p. 27).

Uma pesquisa com esse intuito ajuda o pesquisador a alcançar um número maior de informações e ideias acerca do assunto, abrindo possibilidades para tratá-lo sob novas perspectivas. Enfim, o ato de pesquisar viabiliza não só a aproximação com o objeto, mas uma melhor compreensão da realidade a ser investigada, por isso existem inúmeros tipos de pesquisas, cuja escolha obviamente dependerá do propósito do pesquisador.

Para apresentar os resultados do trabalho, adotei a abordagem qualitativa, pois nesta tipologia o próprio pesquisador é o responsável por realizar a análise das informações coletadas, sendo possível considerar as interpretações de natureza subjetiva. Ela permite que o pesquisador seja ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Ao se utilizar um questionário, é possível pensar sua elaboração permitindo respostas abertas, deixando o sujeito livre para colocar a sua opinião – fato que a torna mais flexível. Sumariamente, podemos dizer que ela ajuda a compreender as razões subentendidas nas respostas do objeto em investigação.

Se a pesquisa qualitativa preocupa-se essencialmente com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), podemos inferir que, ao investigar a percepção e a representação da cidade em alunos do 9º

ano do EF, estaremos também analisando os sentimentos envolvidos na relação destes sujeitos com o espaço, e os motivos que os levam ao interesse ou desinteresse por determinados locais bentogonçalvenses. Essa é a ideia, chegar o mais próximo de como o sujeito pensa a cidade a partir das suas vivências diárias.

A partir deste propósito, de tentar entender como os sujeitos percebem a cidade vivenciada cotidianamente, e da premissa de que tudo o que podemos saber sobre o mundo resume-se aos fenômenos da própria consciência, trago – dentro da abordagem qualitativa – o método fenomenológico. Para melhor compreensão desta perspectiva, é interessante elucidar os conceitos de fenômeno e fenomenologia, estabelecendo uma dada comparação. O fenômeno pode ser compreendido como aquilo que se mostra, ou o que aparece a nós, e a fenomenologia seria a reflexão sobre o que se mostra, traduzindo o fenômeno. (BELLO, 2006). Isso quer dizer que o pesquisador fenomenológico procura dar sentido a aquilo que está observando, e assim entender o que de certa forma se mostra a ele. Dito de outro modo, a sua função seria a de significar o fenômeno. Este movimento de “dar sentido” a um fenômeno é um processo que pressupõe certa complexidade, uma vez que interpretar algo que se apresenta perpassa pelos sentidos, e tudo o que é comunicado por eles pode ser alterado ao tomar-se consciência.

Nesse contexto, ao realizar a interpretação do olhar do aluno em relação à cidade, para além de buscar aquilo que se apresenta ao primeiro olhar, estaria a tentativa de interpretar significados outros, por trás da simbologia e traços que se apresentam propriamente. Em suma, o pesquisador fenomenológico

busca caminhos que o conduzirão mais próximo do sentir e do pensar de quem vivencia uma determinada situação, evidenciando, assim, a condição ontológica do ser humano que está existindo numa experiência mundana e atribuindo-lhe significados. (GRAÇAS, 2000, p. 28).

Como já exposto, se a percepção do investigado é dada segundo uma determinada perspectiva, um ponto de vista, cada perspectiva, embora diga algo do objeto investigado, não o esgota. (PAULO et al., 2010, p. 73). Por conseguinte, um dado fenômeno pode infindáveis possibilidades de compreensão, uma vez que inúmeros caminhos podem ser percorridos para tal. Acreditando na lógica de o que se mostra, mostra-se a alguém, Husserl (2006 in PAULO

et al., 2010, p. 21) ressalta que “[...] quando percebemos um objeto, ele sempre nos é dado segundo um certo modo de doação ou fenômeno. Assim, podemos variar nossas perspectivas sobre esse objeto, mas ele sempre nos será dado segundo um ou outro modo de doação”.

Dessa maneira, no intuito de dar sentido a algo que se apresenta, o método fenomenológico estreita rigorosamente a relação entre o pesquisador e aqueles que, de certo modo, vivenciam as coisas.

4.1 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

Pensar a subjetividade em uma discussão do ponto de vista geográfico-pedagógico não é algo tão simples assim. Para que fosse possível trazer essas manifestações ao âmbito desta investigação, utilizei as seguintes técnicas e procedimentos: pesquisa bibliográfica e questionário, juntamente a uma atividade propositiva, que se desenvolveu a partir de um exercício de imaginação.

A finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183). Para esses autores, ela não deve ser entendida como mera repetição do que já foi produzido a respeito de um tema, mas como um procedimento que favorece a análise dele sob novo enfoque ou abordagem. É nesse sentido que apresento Bento Gonçalves a partir dos seus aspectos geográficos e históricos, disponibilizando alguns acontecimentos para contrapor às informações coletadas. Da mesma forma com o levantamento bibliográfico a respeito dos conceitos de percepção, representação e construção do conhecimento que se deu durante todo o percurso do estudo, e o propósito que consistia não apenas em fundamentá-los teoricamente, mas, sobretudo, articulá-los de modo satisfatório.

Quanto ao questionário, entendido como “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201), pode ser aplicado com ou sem a presença do pesquisador. Sem dúvida esse instrumento inspira alguns cuidados no momento da elaboração, a exemplo: o pesquisador precisa conhecer o assunto, ter cautela na escolha das

questões e disponibilizar instruções. Além desses, poderiam ocorrer outros. Enfim, na abordagem qualitativa o questionário contém perguntas abertas, em que o pesquisador as elabora, e as respostas são dadas pelo entrevistado, ficando à vontade para respondê-las com base naquilo que sente e pensa. Como no cerne desta investigação é primordial fazer com que a subjetividade seja manifestada, o modelo aberto atende perfeitamente ao seu propósito, permitindo que o entrevistado construa um discurso livre sobre as perguntas realizadas.

Sobre a atividade de imaginação intitulada “Imagina Bento, Propondo a Nossa Cidade”, foi desenvolvida com base em trabalhos do Professor Luca Mori, doutor em Estudos Filosóficos. Ele tem elaborado atividades com crianças acerca do experimento mental da utopia, apresentando observações sobre o papel das experiências de pensamento tanto na filosofia quanto nas ciências naturais. Para ele, “é apenas por meio do exercício da fantasia e da imaginação que conseguimos perceber o que está ao nosso redor, e até mesmo o que está debaixo do nosso nariz, de modo ligeiramente melhor do que o que fazemos habitualmente” (MORI, 2016, p. 126). Nessa perspectiva, entende-se que as experiências de pensamento em relação à cidade, quando realizadas em sala de aula, por exemplo, poderão possuir também um viés político, na medida em que se trata de pensar o espaço de vivência e suas transformações. Presume-se, assim, que a atividade nesses moldes poderá contribuir não apenas para a construção do conhecimento geográfico em sala de aula, mas também proporcionar momentos de imaginação, problematização e debates sobre iniciativas que podem transformar a cidade em um espaço de todos, para todos. Essa interação é interessante quando se pretende exercitar a formação de uma consciência menos ingênua e mais cidadã durante as aulas de Geografia.

4.1.1 A COLETA DE DADOS

Pensando em um nível escolar intermediário, realizou-se o levantamento das informações em turmas do 9º ano do ensino fundamental, considerando como parâmetro uma turma de escola pública e outra de escola particular. Dessa forma, estima-se que sujeitos estão compreendidos na faixa etária entre 13 e 16 anos. O apoio principal para a definição do universo da pesquisa partiu exclusivamente dos dizeres de Tuan (1980) em relação à

percepção. Para ele, a criança vai desprendendo o seu olhar dos arredores com o passar dos anos, por meio do movimento de abertura para o mundo. O autor sugere ainda que diferentes grupos sociais percebem a cidade de diferentes formas. (TUAN, 1980).

A partir daí, interpretei que não apenas a idade, mas o contexto social pode ter forte influência sobre o olhar da cidade. O olhar da cidade oriundo de quem vive nela com um certo conforto é diferente do olhar daqueles que não, mesmo porque, enquanto alguns frequentemente realizam o deslocamento por ela em veículos particulares, outros recorrem ao transporte coletivo, bicicleta ou mesmo a pé. Ainda, o acesso aos bens de consumo e aos espaços de consumo também são diferenciados. Assim, determinados espaços podem ganhar mais importância para determinados indivíduos que para outros. É pela possibilidade de poder constatar de maneira muito próxima como tais elementos influenciam a percepção do sujeito pesquisado, e como a cidade se apresenta diante disso, que se optou pelo método fenomenológico.

Pois bem, a coleta dos dados aconteceu em uma escola pública, a qual, por questões éticas, denominaremos de Escola A, e em uma escola particular, a qual chamaremos de Escola B. Como já posto, o critério para a escolha delas visa à consideração da influência do contexto social sobre o olhar da cidade, e o levantamento da percepção e representação em relação à cidade de Bento Gonçalves propriamente dita se deu por meio de um questionário e uma atividade propositiva de imaginação, aplicados durante as aulas de Geografia. Para a realização da atividade utilizei três períodos de 50 min cada na Escola A e dois períodos na Escola B – ressalta-se que a ideia inicial era realizá-la em cinco períodos, mas em razão da programação e normas internas das escolas, não foi possível obter liberação para tal.

Num primeiro momento fiz uma breve apresentação, bem como foi informado aos alunos que eles faziam parte de um cronograma de atividades pertencente a uma pesquisa acadêmica. Foi ressaltado que não se tratava de uma avaliação, por isso a colaboração voluntária e sincera era indispensável para o bom andamento do estudo. Em seguida foi distribuído o questionário para que os mesmos apresentassem um pouco das suas percepções em relação à cidade.

Após essa etapa, foi passado um videoclipe, intitulado “Como agir? Módulo Como hackear a cidade”, da jornalista Natália Garcia. Nele aparecem exemplos de intervenções urbanas em vários lugares do mundo e dicas para o próprio sujeito montar o seu projeto e

melhorar sua cidade. Também se destacou uma seleção de iniciativas que saíram do papel, encontradas no portal Hypheness: 15 projetos e coletivos inovadores que ajudam a mudar a cara de São Paulo. O intuito foi o de mostrar que é possível pensar a cidade de forma diferente daquela que encontramos habitualmente por meio de ações que antes eram imaginadas e hoje foram concretizadas – buscando sempre despertar e motivar a imaginação dos alunos. Na atividade final, formamos grupos de maneira livre, e os alunos foram convidados a imaginar uma Bento Gonçalves diferente, reinventar os espaços da cidade que achassem necessário. Começando por pensar sobre o dia a dia na cidade, e a partir daí encontrar algo que incomoda, e que poderia ser diferente. No momento posterior da atividade a ideia foi discutir com os colegas e escrever o que fariam para modificar tal situação. Por último, então, mapear as ideias, ou seja, transferi-las para um mapa único (impresso) de Bento Gonçalves, com tamanho aproximado de 1m X 1 m 20 cm, indicando os locais das transformações. Considerando que a construção da cidade acontece por meio da prática cotidiana das pessoas, acredito que a reflexão feita sobre espaço de vivência, além de ser um momento oportuno para a aprendizagem em sala a aula, tem potencial não apenas para imaginar ações em prol de uma cidade melhor, mas, quiçá, em algum momento, torná-las realidade.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta etapa serão apresentados os dados da pesquisa empírica realizada em duas escolas. Essa apresentação é seguida por momentos de interpretação e discussão dos resultados. As respostas dos questionários forneceram os elementos que ajudaram a configurar as ideias-chave, dando embasamento para contextualizar e identificar a influência do espaço vivido no olhar e representação da cidade.

Como o referido instrumento trouxe a subjetividade em aspectos sociais e territoriais, pensou-se em categorizar as informações coletadas, acreditando numa melhor organização dos dados. A seguir, o roteiro que auxiliou análise:

- Identificar elementos comuns nas respostas.
- Classificar e agrupar esses elementos em categorias.
- Interpretar a representação das ideias sugeridas para uma cidade ideal de se viver.
- Construir uma reflexão para entender como a percepção e a representação da cidade contribuem para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã em sala de aula.

5.1 AS ESCOLAS

A Escola A é pertencente à rede de ensino pública municipal, situada em área periférica bastante afastada do centro da cidade. Boa parte da população local encontra-se em condição de vulnerabilidade social, vivendo em meio à situação precária de moradia e saneamento básico. Na turma de 9º ano desta escola foram entrevistados dezesseis estudantes, sendo sete naturais de Bento Gonçalves e nove vindos de outras cidades gaúchas.

A Escola B pertence à rede de ensino privada, situada em área nobre, próxima à região central da cidade. A maior parte dos alunos possui um perfil socioeconômico mais elevado que a escola anterior, o que, por sua vez, caracteriza maior acesso à informação e à cultura. A turma de 9º ano escolhida tem 27 alunos, sendo vinte e dois naturais de Bento

Gonçalves e cinco vindos de outras cidades do Rio Grande do Sul.

5.2 O QUE É CIDADE NA CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES ENTREVISTADOS

A primeira questão busca saber do aluno o que ele entende por cidade, quais palavras ele associa para definir este conceito e quais elementos se destacam ao refletirem sobre ela.

Na avaliação das respostas da Escola A, foi possível criar basicamente duas categorias, uma delas com (75%) alunos que definem a cidade contemplando além dos aspectos materiais, as pessoas e suas questões históricas, familiares e culturais: *“É um lugar que conta histórias, com pessoas, lugares bonitos, comida boa, com muita cultura e ensinamentos”*; *“Uma junção de pessoas unidas por um propósito”* ou, ainda, *“É onde nós habitamos com a nossa família”*. E a outra (25% dos alunos) que a relacionam a apenas aspectos físicos e materiais: *“Cidade é um grupo de carros, prédios, casas, árvores [...]”*, e, em alguns momentos, acrescentando atividades ligadas ao trabalho: *“Cidade é onde existem diversos bairros, várias pessoas, empresas, lojas, hospitais etc.”*.

Quanto às respostas dos alunos da Escola B, de igual modo surgiram essas duas categorias. 80% das respostas associam a cidade a um lugar para pessoas, onde diariamente desenvolvem suas vidas, um lugar de memórias: *“Uma área com culturas e lembranças históricas, de diversas moradias, lojas, restaurantes e lugares vividos para o entretenimento ou vendas, onde as pessoas moram, convivem, criam laços, fazem coisas cotidianas e vivem sua vida”*. Ainda, *“É um lugar aconchegante, um lugar para residir”*; *“Um lugar onde as pessoas moram e constroem as suas vidas”*; *“[...] é um lugar que podemos nos sentir bem. É um lugar para todos”*; *“Um aglomerado de pessoas que se organizam em forma de sociedade”*. Quanto à outra categoria, 20% dos alunos a relacionam somente aos aspectos físicos, materiais e atividades ligadas ao trabalho: *“Um lugar com comércio e moradias”*, ou *“Um conjunto de ruas, bairros, avenidas, lojas, casas, prédios”*.

Sim, existem inúmeras formas de compreender a cidade, de enxergá-la, talvez tantas quantas o número de habitantes, e ainda diversos são os fatores que influenciam essa percepção. Conforme Tuan (1980, p. 6), *“duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente”*. Isso sem falar

que a concepção de cidade foi mudando ao longo do tempo, basta pensar na antiga cidade da Babilônia ou na cidade perdida dos Incas. Contudo, a cidade atual ganhou características comuns em qualquer parte do mundo, e que obviamente são percebidas independente de gênero, renda ou posição social, porque “todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares” (TUAN, 1980, p. 6). Mas, afinal, o que é cidade? O Dicionário Michaelis a define como “grande aglomeração de pessoas em um área geográfica circunscrita, com inúmeras edificações, que desenvolve atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais, administrativas etc”. Essa definição ressalta elementos como pessoas e aspectos materiais. De uma forma muito parecida, Carlos (2018) apresenta a ideia de que a cidade é associada a “[...] Ruas, prédios, carros, congestionamento, multidão, gente – em mais de 80% dos casos”. Seguindo essa linha de entendimento, verifica-se a presença desses elementos na maior parte das respostas apresentadas pelas duas escolas, demonstrando que os alunos também a compreendem a partir das pessoas e da condição material – corroborando a colocação da autora. Ao que parece, quando o assunto é cidade, os aglomerados humanos e o construído surgem primeiro à nossa percepção visual, direcionando nossa compreensão. E assim, a cidade acaba sendo o que aparece aos nossos olhos, no plano do imediato, do diretamente perceptível, são as formas que dominam e predominam esse entendimento. (CARLOS, 2018). Porém, notei em algumas respostas da escola B, diferentemente da escola A, tentativas de defini-la associando-a ao sentimento de pertencimento, a exemplo: a cidade é um lugar onde as pessoas vivem, constroem suas vidas, criam laços, um lugar aconchegante, para se sentir bem. Essas colocações podem servir ao trabalho escolar como ponto de partida para desenvolver o conceito de cidade mais humana.

Além dos aspectos citados, podemos inferir que algumas respostas apresentam certa influência cultural – atrelando a cidade à imagem de Bento Gonçalves criada pela indústria do turismo local. Essa influência pode acontecer, inclusive, “a própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas” (TUAN, 1980, p. 6). É lógico, não existe uma única maneira de definir a cidade, pois, como exposto, dependerá de uma série de fatores que influenciarão as percepções. Porém, o conjunto de respostas aqui apresentado pareceu-me um pouco fragilizado, com pouca reflexão e muito senso comum. Isso fica evidente quando os alunos conceituam a cidade como um lugar bonito, com muita história, comida boa,

restaurantes etc. Claro, há ainda que se falar na ideia de representação social, pois, ao participar de uma coletividade, o indivíduo é afetado em algum grau, e assim a sua representação de algo jamais será exclusiva. (MOSCOVICI, 2007).

Enfim, se de fato as vivências influenciam as percepções, porque no conceito não apareceram aspectos relacionados aos problemas locais, como é o caso da violência? O que estaria influenciando essas definições “romantizadas”, acríticas? Estaria se sobressaindo nesses sujeitos a imagem da cidade criada para vendê-la no âmbito turístico? Inevitavelmente a cidade é formada por pessoas, então, utilizar o espaço escolar para entender como os alunos a pensam, sentem e experienciam poderá gerar manifestações e debates significativos durante as aulas. E quem sabe resultar na própria intervenção dos espaços vividos. Na próxima questão procuro entender se essa falta de expressões de sentimentos e de um olhar crítico em relação à cidade poderá afetar a questão de pertencimento a ela.

5.3 A QUEM PERTENCE A CIDADE

Na questão dois, sobre a quem pertence a cidade, os alunos da Escola A praticamente foram unânimes em afirmar que ela pertence exclusivamente ao povo, aos cidadãos ou a quem nela habita. Alguns acrescentaram que a cidade também pertence ao governo, já outros destacaram que ela pertence “*aos cidadãos, porém nem sempre podemos opinar*”, explicitando a exclusão do povo nas decisões da cidade.

Para os alunos da Escola B as respostas de igual modo foram unânimes, colocando que cidade pertence ao povo, aos cidadãos ou aos que vivem nela. “*A cidade pertence tanto aos moradores quanto aos vereadores, o prefeito. A cidade pertence a todos que nela habitam*”. Ou, então, ela pertence “*aos habitantes, porém quem a administra é o atual prefeito*”. Quando os alunos colocam que a cidade pertence a todos, as respostas parecem ficar apenas num tipo de repetição sem qualquer reflexão, não demonstrando consciência ou inquietação em relação ao povo participar ou não dos rumos dela.

De modo geral, em ambas as escolas os alunos entendem que sim, a cidade pertence ao povo, ou aos que nela habitam, e, se assim for, é verdade que ela pertence ao vendedor ambulante, ao morador de rua, ao guarda de trânsito, à criança que brinca na praça, à senhora

mal-humorada, ao cãozinho abandonado, ao jornaleiro, ao malabarista do sinal, enfim, a todos que de alguma forma a vivem, e nela sobrevivem. A questão que se leva aqui é que, para alunos de 9º ano, as respostas mais uma vez se apresentam de forma superficial. A cidade pertence a eles, mas parece que eles não se sentem cidadãos, colocam que não podem participar das decisões e dos rumos dela, mas isso parece não os incomodar. Eles se reconhecem “donos” da cidade, mas apontam que nem todos opinam sobre as decisões da mesma, e que tal tarefa é exclusiva do governo, ou daqueles intimamente ligados à administração da cidade. Quer dizer então que, mesmo a cidade pertencendo a nós, não temos direito a ela? Não podemos expressar opiniões sobre as ações desenvolvidas nela? Nessa lógica, como entendem o direito à cidade?

5.4 DIREITO À CIDADE

A questão de número três busca saber qual o entendimento de “direito à cidade” o aluno tem, e o que pensa sobre o direito à sua própria cidade.

Na Escola A 81,5% acreditam terem direito à sua cidade, atribuindo que “direito à cidade” significa poder participar das decisões e poder nela intervir. Ter direito à cidade “*é ter liberdade de tomar decisões importantes ou não para a sua cidade, dentro dela, sem sofrer repressões políticas*”. Ou, ainda, “*ter direito para mim é ter livre acesso a tudo, poder passear livremente, se quiser até mudanças nela. Para mim eu tenho direito à minha, eu só acho que o governo não só da minha, mas de outras, deveria escutar melhor a opinião pública*”. Demonstrem certa noção do que significa ter direito à cidade, apontando que o governo parece não se importar com os moradores, pois não os convida a participar das decisões. Quanto à parcela que acredita não ter direito à cidade, praticamente tem o mesmo entendimento sobre o significado deste direito: “*Ter direito a ajudar nos problemas que a cidade possui e opinar sobre determinadas situações que a cidade enfrenta. Não*”. Estes deixam claro certo pessimismo em relação à possibilidade de sua participação.

Na Escola B 76,5% dos alunos entendem que possuem direito à sua cidade. Contudo, o atribuem a poder morar nela, conviver bem, em segurança e dentro das leis, e ainda poder votar. É “*ter direito de habitar em paz em nossa cidade, sem nenhum conflito*”; “*Significa*

poder conviver e poder fazer o que é certo”. Quanto à parcela que diz não ter direito, o relaciona a alguma forma de poder, alegando, por exemplo, que não tem direito à cidade, pois não tem condições de “[...] *diminuir os impostos*”.

O termo em questão “direito à cidade” possibilita diversas interpretações, contudo, é uma expressão potente porque tem íntima relação com pertencer a um espaço. A exemplo, a Escola A possui um entendimento no sentido de poder atuar e transformar a cidade, já a Escola B parece possuir um entendimento mais passivo, sem maiores reivindicações, e o que interessa é desfrutá-la de forma tranquila, em paz. Guardados os diferentes níveis de necessidades, a noção de direito à cidade remete fortemente à noção de cidadania, e deve ser pensada no âmbito coletivo, por exemplo, em reivindicações por moradia, mobilidade, equipamentos urbanos, transporte público de qualidade, educação etc. Harvey nos contempla com uma noção ainda mais profunda:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (HARVEY, 2012, p. 74).

O direito à cidade não é algo para ser entendido como exclusivo ou particular, é para ser pensado de forma coletiva, até porque frequentemente as remodelações urbanas dependem de um grande número de pessoas para acontecerem. Essa garantia do cidadão poder participar das decisões da cidade vai mais além. Ainda de acordo com o autor, construir a cidade é, antes de tudo, reconstruir a si mesmo. É poder transformá-la em prol das pessoas e não dos interesses do capital. Como o próprio Harvey destaca, essa acaba por ser uma luta contra o capital. Se a cidade é construída para pessoas, deve também ser pensada pelas pessoas. Penso que a cidade não pode parecer estranha ao cidadão comum. E o direito a ela é o cidadão ter o tempo necessário para entendê-la, adaptar-se e modificá-la. O direito à cidade tem a ver com toda a cidade para todos, muito diferente do que determinados espaços serem privilégio apenas para alguns. Diante das respostas apresentadas nesta questão, qual seria o entendimento de cidadão para estes alunos? Será que se sentem cidadãos?

5.5 SOBRE SE CONSIDERAR CIDADÃO OU NÃO

A questão quatro busca saber se o entrevistado se considera cidadão e quais as suas razões. Nesta questão todos os alunos da Escola A responderam que sim, se consideram cidadãos. A maioria deles ressalta que se considera cidadão pelo fato de apenas residir na cidade: *“Sim, porque eu moro na cidade e automaticamente sou um cidadão de BG”*; *“Sim, porque eu moro aqui”*. As respostas desses alunos demonstram um entendimento um tanto quanto limitado, e, ao que parece, eles não se enxergam como integrantes fundamentais na construção da cidade. Numa situação dessas, o sujeito deixa de ser protagonista do processo, relegando a terceiros as decisões mais importantes do espaço a que pertence.

A Escola B também teve 100% das respostas positivas. Todos se consideram cidadãos pelo fato de terem nascido em Bento Gonçalves: *“[...] eu nasci aqui, vivo aqui convivo principalmente com família e amigos que também moram aqui e gosto da cidade. E acredito que para ser cidadão alguns desses quesitos são necessários [...]”*. Contudo, nesta escola algumas respostas trouxeram um algo a mais, por exemplo: *“[...] a partir do momento em que eu participo de coisas que ocorrem, ou mesmo vivo em uma cidade, eu considero ser um cidadão”*. Ainda, *“[...] além de habitar a cidade eu posso/deveria participar de seu meio, suas escolhas”*. Verifiquei que a noção de cidadão vai um pouco mais além, buscando ligação com a participação do sujeito nas decisões da cidade.

Para complementar esta discussão, apresento uma breve definição de cidadão trazida pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC do Paraná;

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranqüila.

É evidente que boa parte do que se encontra neste texto não é assegurado à ampla maioria das pessoas. Ser cidadão transpassa qualquer definição apresentada, inclusive o entendimento prestado pela maioria dos alunos, de que basta residir ou ter nascido em uma cidade para receber tal “título”. Diria que, de uma forma ou outra, por um motivo ou outro,

todos recebemos o título de cidadão, mas como se sentir cidadão se não exercemos plenamente os direitos mais básicos que correspondem a tal? Aqui entra o direito à cidade. Como se sentir cidadão se frequentemente vê-se o direito à cidade sendo entregue aos interesses do capital, como privatização dos serviços públicos e especulação do mercado imobiliário? Harvey (2012) expõe que a cidade é mundo que as pessoas criam, e assim o mundo onde estão sentenciadas a viver. Por isso coloca-se que ser cidadão também é lutar para exercer o direito de ter uma cidade que contribua para o bem de todos, onde o senso de pertencimento seja elevado ao nível máximo, e a cidade não seja estranha aos seus habitantes.

A construção da cidade está intimamente vinculada à construção do próprio habitante enquanto indivíduo; ela é ou deveria ser o reflexo do seu cidadão – é por isso que ser cidadão é ter como direito garantido a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos. (HARVEY, 2012). Mesmo se visto como uma utopia, indiscutivelmente pensar cidade é pensar pessoas.

No geral, os alunos da pesquisa estão findando o Ensino Fundamental. Aqueles que não fizeram a Educação Infantil já estão na escola há 9 anos e os que fizeram há 14 anos aproximadamente. E o que aprenderam sobre a sua cidade, sobre a cidadania? Conteúdos que referendam a cidade pelos manuais de modo geral só aparecem no 3º ano do ensino fundamental e nunca mais voltam no componente curricular da Geografia. A História já trabalhou com estes alunos o surgimento das cidades antigas, o sentido da democracia nas cidades. Diante disso, noto que os referidos conceitos ainda precisam ser mais bem explorados, pois

os temas da cidade e do urbano são conteúdos educativos que propiciam aos alunos possibilidades de confronto entre as diferentes imagens da cidade, as cotidianas e as científicas. O tratamento desses temas permite ao professor explorar concepções, valores, comportamentos dos alunos em relação ao espaço vivido, além de permitir também analisar a gestão da cidade a partir da experiência dos alunos; permite ainda trabalhar com o objetivo de se garantir o direito à cidade. (CAVALCANTI, 2002, p. 16-17).

Sendo a cidade uma forma de materialização humana, é preciso repensar algumas práticas pedagógicas no ensino de Geografia, considerando valorizar mais as vivências e experiências cotidianas não apenas para a construção de saberes escolares, mas para formar cidadãos mais ativos, conhecedores do seu papel na sociedade. É claro, para um professor, ser

cidadão numa determinada cidade pode não ser para o outro, na mesma cidade. Para mim, por exemplo, ser cidadão é poder participar de alguma forma da construção da cidade onde moro. Do mesmo modo, a cidadania é ter o direito de pensá-la. Se eu for trabalhar com os meus alunos com essa pré-concepção de cidadania, tendo a certeza de que todos pensam assim, estaremos falando linguagens diferentes, sem ter a ideia do que realmente este aluno necessita desconstruir ou construir a partir da criticidade desenvolvida. Refletir a cidade, para estes alunos é crucial, mas a reflexão deve partir das construções que os mesmos trazem e não das minhas construções.

5.6 MEIO DE LOCOMOÇÃO MAIS UTILIZADO

Para termos uma noção pouco mais ampla de como os alunos vivenciam a cidade, passamos agora a alguns questionamentos voltados ao dia a dia deles. A questão de número cinco visa à sondagem de como os alunos costumam se deslocar pela cidade cotidianamente.

Na turma da Escola A, três dos alunos normalmente vão a pé para os seus afazeres diários, como à escola ou à casa dos amigos. Os demais costumam utilizar o transporte coletivo: *“Bom, eu me locomovo [...] de transporte coletivo, poderia utilizar outro meio, porém não tenho condições”*; *“Transporte coletivo, poderia usar outros meios, mas prefiro esse”*.

Similarmente, na turma da Escola B três dos alunos costumam ir a pé para escola, por residirem próximos a ela: *“[...] Porque moro perto da escola e posso ir a pé”*. Diferente da escola anterior, a qual prioriza o transporte coletivo na maioria dos deslocamentos, os demais alunos (equivalente a 88,9%) costumam utilizar o carro para os seus deslocamentos cotidianos: *“De carro, pois prefiro utilizar o automóvel para me locomover e não gosto dos outros meios citados. Não utilizaria, pois acho que o transporte coletivo precisa ser reformulado”*; *“Carro. [...] é mais prático ir de carro e dependendo da situação leva menos tempo”*.

Os alunos da Escola A, talvez em razão do próprio contexto social em que estão inseridos, apresentam uma relação mais próxima com as formas alternativas de mobilidade.

Ao passo que, na Escola B, os alunos demonstram uma relação muito mais íntima e preferencial com o automóvel em detrimento a outros meios.

Sem sombra de dúvida, o debate sobre as formas de locomoção na cidade é um debate pertinente. Na análise das respostas de ambas as escolas percebo um panorama muito próximo ao da realidade nacional, onde infelizmente os meios de transporte coletivo e alternativos ficam relegados às massas populares, e para aqueles com maiores condições financeiras prevalece a cultura do automóvel. Essa cultura remete a um certo egoísmo em relação ao mundo. Em uma entrevista dada ao SESCSP (2017), a professora Ana Fani fala sobre o assunto e ressalta que vivemos em uma sociedade individualista, em que há mais dificuldade em enxergar o outro. A urbanidade hoje apaga o sujeito da relação, assim, as pessoas não se preocupam com o vizinho.

A grande questão é que não existe mais espaço para se alimentar este modelo de urbanismo atrelado ao automóvel, afinal, é o carro quem ocupa a maior parte dos espaços da cidade.

Temos uma tradição de produzir a cidade para o automóvel. A partir do momento em que se produz uma cidade para a indústria automobilística, se produz uma ideologia de que o automóvel é tão importante quanto a roupa que a gente veste, e que o cidadão só é cidadão quando tem acesso a um carro, em detrimento do transporte público. O nosso modelo é um modelo que vem dos Estados Unidos, da cidade que se produz para o automóvel, e que são cidades desumanas. (CARLOS, 2017, p. 2).

Atentar a essa questão amplia as possibilidades de uso da cidade e, portanto, de exercício da cidadania. Contudo, a responsabilidade não é exclusiva do cidadão comum. Infelizmente, existe todo um movimento poderoso para perpetuar o uso popular do carro e desencorajar a utilização de qualquer alternativa que envolve desde políticos, indústria automobilística, de minérios, petrolíferas, grandes empreiteiras, concessionárias de pedágios, e assim diante. É uma relação da cidade voltada para o mercado.

Esse é um debate que precisa ir para a escola, é lá que serão construídas noções de consciência acerca da problemática que se impõe. É lá que poderão ser discutidas questões como a qualidade e o custo das tarifas do transporte público coletivo no âmbito local. Por exemplo: Por que Bento Gonçalves, com 274 km² (IBGE, 2019), possui uma tarifa de ônibus

(R\$ 4,25) (NOAL, 2019) equivalente a de São Paulo (R\$ 4,40) (G1 SP, 2020), que tem uma área territorial de 1.521 km² (IBGE, 2019)? Quais são os critérios utilizados para definir o preço? Por que Bento Gonçalves ainda não possui todas as localidades compreendidas nos itinerários de ônibus? E por que os horários são tão espaçados? Sabendo que a política do transporte coletivo perpassa pelo município, por que não se acaba com o monopólio das duas únicas empresas que sempre operaram o transporte coletivo em Bento? O que leva Bento Gonçalves, com pouco mais de 120.000 habitantes, ter uma frota de 86.730 veículos? Quase um automóvel por pessoa (DENATRAN, 2019). Que mensagem o poder público municipal pretende passar à população quando anuncia um pacote de obras, com mais de 50% delas voltadas à circulação de automóveis? Dentre elas, destaca-se principalmente a pavimentação basáltica e revitalização de rótulas (NB NOTÍCIAS, 2019).

Aqui entra novamente a questão de cidadania, a qual relaciono ao conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo na sociedade em que vive. No conjunto de respostas dadas pelos alunos foi o primeiro momento em que eles se colocaram realmente na cidade e não atribuíram a cidadania a outro. Porém, não há uma discussão mais política, eles somente constataam. Mesmo sem provocar a discussão, poderiam aparecer respostas mais críticas e reflexivas. Deduzo que as escolas podem ter falado ao longo dos conteúdos sobre o tema, mas provavelmente não houve maior desenvolvimentos sobre o assunto, pois os alunos não refletem sobre ele. Se os conteúdos são meios para construir capacidades como a reflexão, criticidade, interpretação, talvez seja necessário apenas que o professor/mediador ajuste a sua metodologia para que aconteça a comunicação com o aluno e a aula se torne de fato um momento propício à aprendizagem.

5.7 COMO É BENTO GONÇALVES PARA VOCÊ?

Na questão seis, busquei saber como é Bento Gonçalves para o aluno. No entendimento dele, o que ela oferece de bom e no que ela deixa a desejar. Para todos os entrevistados da Escola A, Bento Gonçalves é uma cidade agradável, boa de se viver, e muitos a citam como positiva por ser uma cidade turística, destacando a maioria dos lugares como bonitos. Contudo, ressaltam a violência e a criminalidade como ponto negativo: “*Uma*

cidade turística e boa para viver. Existe muita violência [...]”. “Bento Gonçalves é um lugar bom para viver, o que eu não gosto é do lixo no centro e as muitas mortes que estão aumentando cada vez mais”. “[...] é uma cidade de oportunidades, turismo e lugares bonitos de se vê. Mas o emprego para os jovens não tá fácil, e lixo na cidade, e mortes entre traficantes isso não me agrada”.

Na escola B também se destacaram respostas que colocam Bento Gonçalves como uma cidade turística, boa de se viver, calma e com lugares bonitos, e em muitos momentos citaram a falta de segurança. *“É uma cidade muito tranquila mas com uma criminalidade forte [...]”. “Uma cidade bonita e turística, ela oferece muitos lugares bonitos [...] mas deixa a desejar na questão da violência”. “É uma cidade ‘pequena’ mas bem desenvolvida. Me agrada ser tudo perto [...]. Falha na segurança, acho isso em Bento muito ruim [...]”.* Algumas respostas apresentam desejos individuais, como a falta de lugares para consumo: *“[...] é uma cidade muito bonita. Bento não tem muito lugar para ir, tipo só tem o shopping de interessante e não tem muitas lojas de roupa [...]”, é “uma cidade turística, [...] falha nos recurso e no comércio”.*

Dividi as respostas para melhor analisá-las e compreendê-las. 1) De forma unânime, os alunos, em ambas as escolas, colocam Bento Gonçalves como uma cidade boa de se viver e associam-na a uma cidade turística com belas paisagens. Essas opiniões nos remetem às representações sociais de Moscovici (2007). Ou seja, é um conjunto de explicações para um dado objeto/acontecimento, construídas num âmbito social e comuns a determinado grupo. (MOSCOVICI, 2007). Além de resultarem de uma interação social, há que se evocar ainda o grau de influência da mídia local atrelada à indústria do turismo. Mas até que ponto uma representação construída num contexto social contém traços da individualidade do sujeito? 2) No segundo momento, destaco o contraponto feito pela maioria dos alunos, em que ressaltam que Bento é uma cidade boa de se morar, mas há falha na segurança, há muitas mortes entre traficantes. Essas observações nos encaminham para reflexões interessantes: Seriam elas apenas percepções individuais ou representações sociais? Por que esse sentimento de medo e insegurança se a cidade é boa de se viver? Como uma cidade pode ser boa de se viver, se o seus habitantes são acometidos por um sentimento de desamparo?

Se eu fosse responder a esta pergunta, diria que para mim, esta cidade é o que não era quando vivia há tempos atrás nela. Hoje ela é um emaranhado de prédios, cujas sombras me

incomodam. Parece que foi tirado desta cidade o que mais me encantava – a minha presença em suas ruas mais calmas, a sensação da horizontalidade e a identidade interiorana.

5.8 O LUGAR PREFERIDO

A questão de número sete tem como intuito sondar por qual lugar da cidade o entrevistado nutre maior preferência, ou mais gosta de estar/frequentar.

De acordo com as respostas da escola A, a grande maioria dos alunos coloca o próprio bairro ou a casa como locais preferidos: *“Minha casa, porque gosto de estar com a minha família e com os meus amigos”*; *“Em casa me sinto confortável”*. Já 27,8% destacam os locais ao ar livre, como: *“Na praça, porque lá vejo uma paisagem linda da cidade e me sinto muito bem”*, *“[...] gosto de lugares onde contém árvores, gosto de olhar pro céu, respirar fundo, escutar uma boa música e Bento me propõe muito esses momentos”*. Muito próximo a esta porcentagem se encontram os alunos que preferem o Centro da cidade: *“No centro da cidade, pois ele é muito bonito e tem vários lugares legais de passeio e muito mais”*; *“Eu gosto muito de ir no centro, porque me sinto bem”*. Apenas três dos entrevistados colocaram locais fechados aleatórios como preferência. Dentre eles está a escola *“[...] pois tem gente que me respeita e eu aprendo com os outros”*, o local de trabalho *“[...] porque gosto muito de estar lá”*, e a igreja *“[...] é o lugar que eu esqueço das coisas”*.

Na Escola B a maior parte dos alunos também tem preferência por espaços ao ar livre e locais que permitam desfrutar de lindas paisagens, sobressaindo-se as rotas turísticas (quase 50%): *“No Vale dos Vinhedos, pois é um lugar calmo, tranquilo e com espaço agradável de convivência”*; *“Vale dos Vinhedos, possui ótimos lugares para comer, diversos pontos turísticos”*; *“Vale dos Vinhedos, Vale Aurora, acredito que estes lugares trazem paz por estar no meio da natureza”*. E ainda, locais que permitam a prática de esportes: *“[...] Campus da Fervi, praticar esportes, momentos de lazer”*. 28% deles preferem o próprio bairro ou a própria casa, isso por questões de conforto e segurança: *“No bairro em que eu vivo (Santa Rita), porque é um lugar tranquilo e tem a maioria das coisas necessárias para viver bem”*; *“[...] minha casa, é lá que me sinto muito bem [...]”*. Outros locais que aparecem em menor proporção são o Centro da cidade, em função das possibilidades de consumo: *“Eu*

gosto mais do centro da cidade pois tem muitas variedades de lojas”; “o shopping, [...] pois tem variedades de coisas (comida, roupa, mesas, maquiagem, cinema etc.)”, ou a escola como lugar de refúgio e aceitação: “[...] Porque é o lugar que eu aprendo coisas novas e que eu sei que não serei julgada pelo que sou, e sou muito respeitada”.

Sabe-se que no bairro, sobretudo nos populares, a maior parte da população vive em casas e não em prédios, ou seja, a verticalização praticamente inexistente. O que pretendo destacar é que, nessa condição, a lógica do condomínio não se impõe, pois, inevitavelmente, a situação proporciona um ambiente residencial muito mais interativo entre os vizinhos. Além disso, é onde acontece uma maior relação das pessoas com o próprio espaço – é lá onde ainda se dá o uso da rua e dos espaços públicos para brincadeiras, festas e rodas de conversas. Essas relações não só garantem, mas potencializam o sentimento de pertencimento e apego ao lugar. O lugar tem uma função importante na construção da identidade do sujeito, é nele ou a partir dele que buscamos diariamente nossa sobrevivência. O lugar é onde a reprodução da vida encontra sustentação. (CARLOS, 2007). A partir das falas dos alunos, principalmente na Escola A, foi possível perceber uma relação topofílica com o espaço vivido, que, conforme Tuan (1980), tem a ver com o lugar onde o sujeito se sente bem, confortável e gosta de estar. Para esses alunos o bairro ou a própria casa possuem um grande significado em razão dos laços familiares e de amigos que ali são constituídos. Já na Escola B observei um certo desprendimento do bairro enquanto lugar preferido, surgindo, por exemplo, pontos turísticos da cidade, como o Vale do Vinhedos. Essa relação topofílica com espaços além do entorno talvez só seja possível para aqueles que possuem condições de se deslocar e ampliar o repertório de lugares conhecidos e visitados. De qualquer forma, os sujeitos percebem a realidade a partir de seus sentidos, que sofrem influência da cultura. (TUAN, 1980). A partir daí constroem uma visão de mundo que impactará as suas relações sociais e com o meio.

Gostaria de ressaltar aqui que, aos poucos, vai acontecendo um afastamento entre como eu, enquanto professor, vejo Bento Gonçalves, e como os alunos a enxergam. No geral, eles reforçam muito a ideia de que é uma cidade bonita, contemplada com lindas paisagens naturais, e ainda apresentam uma variedade de opções como lugares preferidos.

5.9 O LUGAR QUE NÃO AGRADA

A questão oito solicita do entrevistado o local da cidade de que menos gosta ou evita frequentar. Nesta questão a maior parte dos alunos da escola A diz não ter um local de que tenham aversão: “[...] *na minha opinião Bento não tem um local que eu não visitaria*”. Já 27,8% colocam a praça do próprio bairro como um local de medo e insegurança: “*Praça CEU, muita gente drogada [...]*”; “*Praça CEO por motivos de drogas e demais coisas*”. O mesmo número de alunos demonstra aversão a outros bairros periféricos de mesmo padrão: “*A Vila Eucaliptos, porque já fui lá, porém não gostei achei muito violenta e não é um lugar confortável de estar*”, ou a “*Vila do Sapo eu não iria entrar porque já tentaram me assaltar aí não volto mais lá*”. E dois alunos colocaram a parada de ônibus como um local de que não gostam: “*Bom eu não gosto das paradas de ônibus, pois estão sempre assaltando*”.

Na escola B curiosamente surgiram outras categorias. Dentre elas, a principal contempla 44% das opiniões, que apontam os bairros populares como locais de aversão: “*Os bairros populares como as vilas, porque pode ser perigoso*”; “*Infelizmente a periferia de Bento Gonçalves apresenta certa criminalidade, então não apenas não gostaria de estar lá, mas me sinto muito mal pelos habitantes [...]*”. Já 16% deles colocam o Centro da cidade: “*Eu não gosto do centro devido à quantidade de pessoas que tem [...]*”; “[...] *centro devido à intensa movimentação diária, pouco espaço e o barulho*”. Outros 16% dos alunos associam lugares que não gostam na cidade à insegurança: “*Acho que não existe um lugar que não goste de frequentar, apenas se estiver segura e não sofrer nenhum assalto*”, ressaltando aversão aos “*locais onde a segurança é precária*”.

Quando estabeleço um contraponto entre as duas maiores categorias de respostas que surgiram nas duas escolas, constato que, para a maioria dos alunos da Escola A, a cidade praticamente não oferece lugares de aversão, e as exceções ficam mais restritas ao próprio bairro, como a praça que, muitas vezes, é utilizada para o consumo de drogas. Já para os alunos da Escola B, os bairros populares e as vilas são tidos como espaços topofóbicos. Lugares topofóbicos são lugares pelos quais, por algum motivo, o sujeito demonstra aversão ou medo. (TUAN, 1980). No caso em análise, o sentimento de topofobia em relação aos bairros populares parece advir basicamente da estigmatização social do lugar, sendo que os

bairros populares são associados à violência, pobreza, criminalidade, prostituição, tráfico e consumo de drogas.

Em suma, pouco a pouco a análise das respostas foi revelando um distanciamento no modo como professor e aluno pensam e enxergam a cidade. Os elementos que tanto me incomodam praticamente não apareceram nas respostas dos alunos de ambas as escolas. E mais, os espaços de aversão no meu modo de ver a cidade para muitos dos alunos são espaços topofílicos, pelos quais demonstram maior preferência. Assim, concordo com Tuan (1980) quando diz que inúmeros são os fatores que influenciam a percepção do meio ambiente, que acontecerá de forma diferenciada em cada grupo de idade, em cada cultura, entre homens e mulheres, entre os residentes da periferia e de áreas nobres, estabelecendo, desta forma, a preferência ou repulsa por determinados espaços da cidade.

5.10 “IMAGINA BENTO, PROPONDO A NOSSA CIDADE”

A partir do *slogan* “Imagina Bento, Propondo a Nossa Cidade”, foi apresentada a atividade em grupo, onde a ideia era pensar em formas de intervenções urbanas para melhorar a própria cidade, e o intuito principal estimular a imaginação e a reflexão política dos alunos. O trabalho proporcionou momentos de debates, discussões e sugestões de melhorias, oportunidade em que os alunos puderam ensinar uns aos outros, refletindo coletivamente sobre alguns processos da cidade. As propostas construídas em ambas as escolas foram transcritas para um mapa (único) impresso da cidade.

A realização da atividade se deu a partir de um mapa impresso de Bento Gonçalves, com tamanho aproximado de 1m X 1 m 20 cm (figura 6). Para que fosse possível aos alunos riscar e pintar as propostas, fiz uma cópia (xerox) do mesmo. Dessa forma, um único mapa foi utilizado em ambas as escolas.

A atividade contou com a participação de 16 alunos na Escola A e 27 na Escola B. Quanto ao desenvolvimento dela, pedi inicialmente para que formassem grupos de maneira livre, e logo após os convidei para imaginar uma Bento Gonçalves diferente, pensando em maneiras para reinventar os espaços da cidade que achassem necessário. Começando por pensar sobre o dia a dia na cidade, e a partir daí encontrar algo que incomoda, e que poderia

ser diferente. No momento posterior da atividade o intuito foi discutir com os colegas e escrever o que faria para modificar tal situação. O último momento, então, consistiria no mapeamento das ideias, transferindo-as para o mapa impresso de Bento Gonçalves, no qual seriam indicados os locais das possíveis transformações (figura 6). Na Escola A o tempo da atividade foi de aproximadamente dois períodos, de 50 minutos cada, ao passo que na Escola B durou um período.

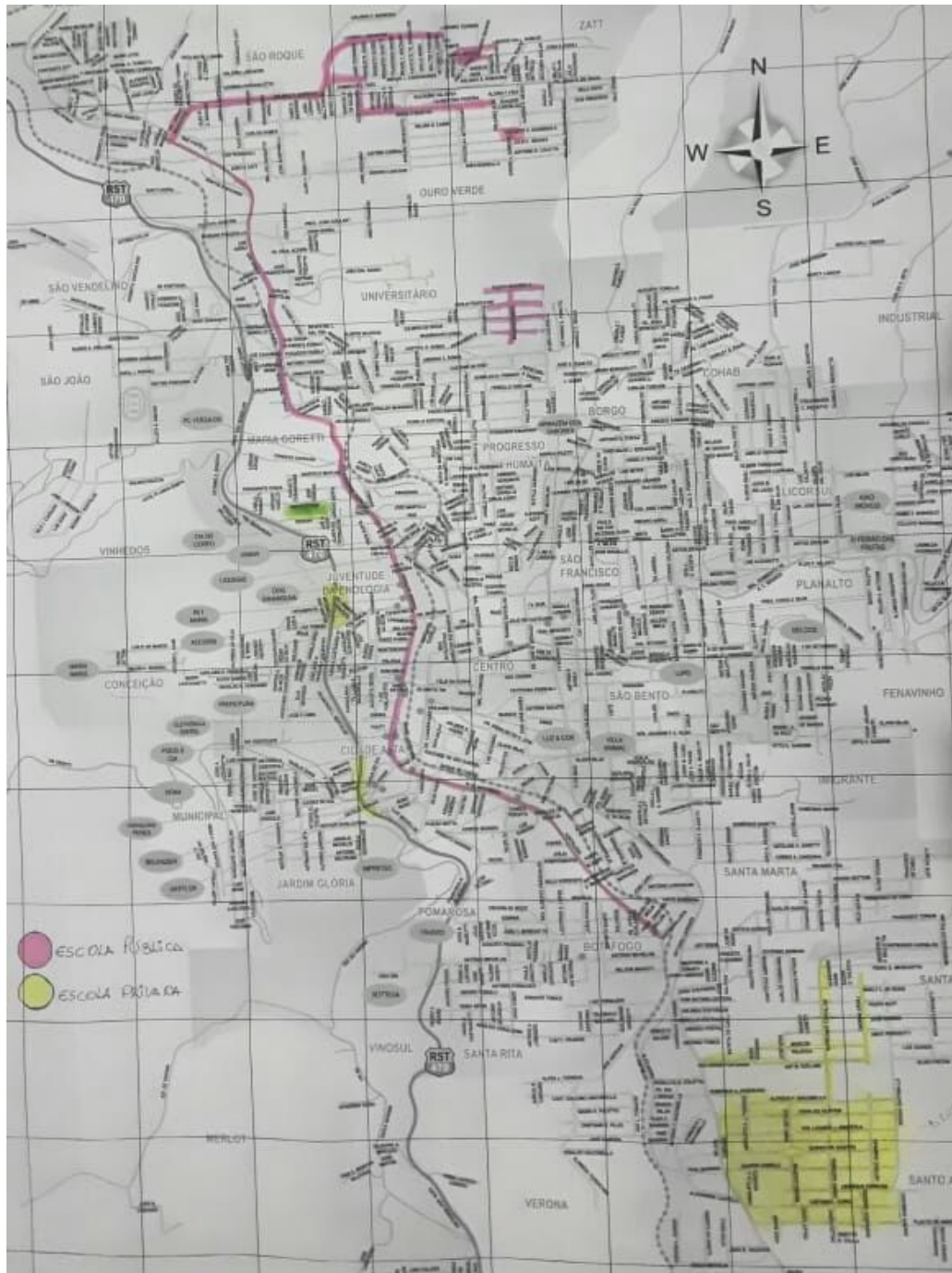
FIGURA 6 – MAPA IMPRESSO DE BENTO GONÇALVES - RS



As sugestões dos alunos culminaram na produção de um mapa híbrido da cidade – onde a representação cartográfica formal recebeu elementos imaginários e resultantes de

debates e reflexões com um teor mais político, que correspondem a Bento Gonçalves ideal para esses alunos (figura 7).

FIGURA 7 – REPRESENTAÇÃO CONTENDO AS PROPOSTAS PARA UMA CIDADE MELHOR



Como já discutido, geralmente as políticas públicas da cidade parecem atender muito mais aos interesses privados em detrimento aos da população como um todo. Por isso, procurei instigar a imaginação política dos alunos por meio de uma proposta um tanto quanto utópica. Utópica por se tratar de algo que ainda não existe ou não aconteceu, porém se deseja, como uma cidade melhor para todos, onde todos possam participar mais ativamente da gestão pública, exercendo a cidadania. O exercício da fantasia e da imaginação permite perceber melhor o entorno, e aquilo que normalmente passa despercebido. (MORI, 2016). Nesse entorno, acredita-se que poderá existir um mundo de oportunidades educativas, mas, para isso, o exercício imaginário precisa estar atrelado à reflexão política, a um posicionamento mais crítico. A seguir, as transformações idealizadas pelos alunos:

5.10.1 ESCOLA A

Os alunos desta escola trouxeram um elemento significativo, que é a ciclovia. Eles idealizaram a construção dela ligando o seu próprio bairro ao bairro vizinho: “*Poderíamos ter uma ciclovia do Zatt (ponto alto) até o São Roque*”, e ainda conectando a zona norte da cidade à zona sul, “*Fazer uma ciclovia da zona norte até a zona sul, proibir os carros nos finais de semana*”. Neste grupo a discussão se estendeu à reivindicação de mais espaços para lazer. Na mesma linha de pensamento o grupo seguinte também se ateve a ações ligadas ao lazer e à interação das pessoas: “*Reformar o areião perto da minha casa, [...] colocar bancos para a comunidade se integrar*”. Outras solicitações agregaram ações variadas, como “*criar uma ciclovia. Se reunir e limpar o bairro da escola*”, “*criar uma ciclovia. [...] Projeto social que reúna as pessoas para que elas não tenham tempo de pensar em usar drogas ilícitas ou qualquer tipo de droga*”. Para esses alunos a razão de reivindicar uma ciclovia se dá em função de a bicicleta ser uma alternativa de mobilidade a baixo custo, que está ao seu alcance financeiro. Para eles, a ciclovia traria maior facilidade e segurança aos deslocamentos. As demais demandas surgiram em relação às ruas do próprio bairro: “*Calçar o morro do Zatt. Construir atalhos*”, “*Reformar buraco no Ouro Verde*”, e também sobre a “*[...] pouca iluminação dos postes. Para melhorar esta situação acho que o prefeito deveria revisar mais os bairros e consertar os defeitos*”.

No geral, percebe-se nestes alunos uma forte presença do velho pensamento de esperar pelo poder público. Conversamos um pouco no início da atividade sobre a população começar a agir, “colocar a mão na massa”, pensar em iniciativas que estão ao alcance, onde ela mesma possa participar, intervir, mudar e transformar – essa era a proposta aos alunos. Mas parece que é algo natural atribuir quaisquer mudanças na cidade aos governantes, pelo menos é a tendência que prevalece. Talvez essa forma de pensar custe um pouco para ser desconstruída, mas precisa começar, e essa atividade tem um pouco desse ímpeto.

5.10.2 ESCOLA B

Na Escola B as ideias surgiram de formas mais diversificadas e descentralizadas do entorno escolar. Um dos motivos é que, diferente da Escola A, a maioria dos alunos reside em outros bairros espalhados pela cidade. Por exemplo, este grupo reivindica *“Para os bairros Santo Antônio, parte do Santa Helena e Botafogo [...] asfaltamento em áreas de paralelepípedos e após montagem ciclovias, [...] na semana para o trânsito corriqueiro e nos finais de semana para lazer”*. Tal ação depende exclusivamente do poder público. Porém, surgiram ideias que poderiam se concretizar a partir de uma organização da própria população, *“uma praça no bairro Maria Goretti, que precisa de mais bancos e reformar os brinquedos em geral. Poderia ser feito uma vaquinha”*, ou ainda quanto

[...] à acumulação de lixo em alguns lugares. Ex: RS 470 embaixo da ponte do Juventude. A limpeza/coleta do lixo já foi realizada, porém os seus moradores continuam a jogar lixo no local, o ensino de reciclagem pode ser aplicado ou poderíamos construir um belo jardim para preservar o local e deixá-lo mais bonito, para que as pessoas prestem atenção no mesmo.

Contudo, um dos grupos trouxe uma ideia um tanto quanto inovadora, que requer um nível de investimento maior, por isso sugere parcerias privadas; *“[...] consertar, pintar, modernizar e adicionar recursos básicos nas paradas de ônibus. Tentar mobilizar uma empresa para arrecadar fundos com fins de adicionar: Entradas USB (carregar telefone), pequenas estantes com livros para leituras, placas informativas sobre a cidade e mapa da cidade”*, e o último grupo então pensou em inovar um pouco a questão da *“Separação do lixo:*

lixeiros em todos os bairros, mas trazer tecnologias novas de outros países, sair do padrão [...]”.

Curiosamente não aparecem sugestões ou soluções para os problemas apontados na entrevista, como é o caso da violência urbana, e também não mencionam o centro da cidade que normalmente é um local de grande circulação de pessoas, porém surge um novo elemento, a ciclovia. Penso que mesmo a cidade possuindo um relevo bastante acidentado, o que dificultaria o deslocamento de bicicleta por alguns locais, a sugestão de uma ciclovia ligando a zona norte ao sul é pertinente, inclusive ligando a outros pontos da cidade. As ciclovias são uma tendência no mundo todo; preocupar-se com elas demonstra uma consciência com meios de transportes mais sustentáveis.

Enfim, as transformações idealizadas e apresentadas por ambas as escolas são extremamente significativas, uma vez que revelam as angústias e desejos que muitas vezes não encontram espaços para se manifestar. Existe uma diferença quanto ao foco dessas proposições, a exemplo: a escola A direcionou ações para o próprio bairro, demonstrando preocupação com o entorno, ou seja, com o espaço em que a maior parte das experiências de vida acontece. Ao passo que a Escola B possui uma abrangência maior, direcionando-se para uma escala mais ampla, que contempla diversos bairros da cidade. Como já exposto, essa amplitude do olhar pode estar relacionada à questão de os alunos não residirem no bairro da escola, talvez também pela condição de se deslocar mais pelo espaço urbano em relação ao outro grupo.

Em suma, com base no trabalho do Professor Luca Mori, busquei, nessa espécie de experimento mental em sala de aula, ativar o imaginário político dos alunos em relação à cidade, fazendo com que apresentassem problemas e discutissem formas de intervenções e transformações a partir dos espaços de vivência. A ideia inicial da atividade era fazê-los pensar em inquietações e soluções que eles próprios pudessem realizar por meio de coletivos. Ações que não dependessem do poder público ou da iniciativa privada, mas que tivessem condições de acontecer a partir da própria população. Porém, foram poucas as manifestações nesse sentido. Constata-se, ainda, certa dificuldade em desconstruir a ideia de atribuir a terceiros as soluções pertinentes ao nosso espaço. Assim sendo, atividade se desenhou com proposições apoiadas principalmente no poder público e na iniciativa privada. De qualquer forma, dar voz ao aluno é uma forma de fazer com ele seja sujeito ativo no processo de

aprendizagem, e mesmo que eles não tenham se enxergado como agentes importantes na transformação da cidade, opinando mais em resoluções individualistas do que coletivas, certamente esse foi um momento oportuno para a construção de saberes e, mais ainda, elevar o nível das discussões a posicionamentos mais reflexivos.

6 PARA (NÃO) CONCLUIR

*Os homens são porque estão em situação. E serão
Tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar,
mas criticamente atuem sobre a situação em que estão.*

(FREIRE, 1987)

Neste momento busco fazer uma síntese interpretativa da trajetória investigativa e das experiências proporcionadas para compreender como os alunos da educação básica percebem e representam a cidade. A pesquisa partiu basicamente de uma inquietação relacionada à verticalização da cidade, e de como um processo tão intenso e descontrolado poderia ser utilizado na construção do conhecimento durante as aulas de Geografia. Após longa reflexão sobre a questão, estabeleci como objetivo geral a análise da percepção e da representação da cidade em alunos do 9º ano do ensino fundamental, a fim de identificar a contribuição destas manifestações para o ensino de Geografia.

Em termos estruturais, iniciei o trabalho apresentando Bento Gonçalves a partir dos seus aspectos geográficos e históricos, disponibilizando alguns fatos para contrapor as informações coletadas. Neste levantamento ficou nítido que muitas vezes reproduzimos discursos intencionalmente elaborados, ou carregados de interesses que não dizem respeito aos desejos da maioria – refiro-me aos apelos feitos pela indústria do turismo. A crítica aqui não é sobre o que ela pretende enaltecer, no caso, paisagens naturais, gastronomia e vinícolas com a finalidade de alavancar a economia local, mas sim ao que está sendo invisibilizado a partir do seu discurso, como as demandas coletivas para uma cidade melhor. Pergunto-me se esse tipo de conduta poderia se caracterizar como afronta aos direitos elementares do cidadão, pois se discursos são elaborados e disseminados num âmbito social, de forma ingênua ou irrefletida, um sujeito “comum” poderia abrir mão dos seus interesses para reproduzir algo que não condiz com a sua realidade, e assim mascarar as suas necessidades mais básicas.

A pesquisa demonstra que o exercício de percepção e representação se coloca como relevante atividade no fazer pedagógico, uma vez que auxilia não apenas a identificar como os alunos pensam o objeto a ser estudado, mas ajuda a explorar os mundos constituídos mentalmente pelos sujeitos. Numa análise ampla, a percepção constitui-se como a função que permite compreender toda a informação que chega do entorno, ocorre de forma diferenciada

em cada sujeito, e sob a influência de muitos fatores, dentre eles se constatou o contexto social. Nesse sentido, parece-me inevitável falar que, para o conhecimento ser construído no ser humano, precisa passar pela percepção, que inicia na interação do sujeito com o mundo, o qual posteriormente tentará levar o que deseja apreender para “dentro de si” – assimilar e acomodar internamente. Com efeito, a noção de mundo passa a ser construída a partir da reflexão que o sujeito faz das suas próprias vivências, assim, o seu universo de experiência é fundamental como ponto de partida para a aprendizagem.

Entendendo a cidade como um constructo coletivo, exploramos algumas possibilidades para trabalhá-la a partir da Geografia. Para tanto, foi preciso compreender como os alunos a enxergam. Eles demonstraram que podem e devem pensar a cidade – afinal, todos temos condições e um pouco a contribuir para a sua construção. Feita a pesquisa, para a minha surpresa, o tal elemento “verticalização”, que tanto me inquieta, sequer apareceu como incômodo aos alunos pesquisados. Outras tantas questões, no entanto, se sobressaíram, nas quais eu sequer eu havia pensado. Diante disso, é preciso frisar que, no âmbito escolar, a cidade não pode ser trabalhada como um conceito engessado, visto que contempla a ação de diversas subjetividades, as quais perpassam por percepções e representações individuais e sociais. Assim, conceder espaço para que o aluno exponha como a percebe e a representa, e quais transformações idealiza para uma cidade melhor, é uma singela forma de ativar o seu imaginário político em prol de um coletivo.

O fio condutor da investigação tem sido tentar entender como os alunos em diferentes contextos sociais percebem e representam cidade, e qual a contribuição dessas manifestações para Geografia escolar. Essa jornada revelou alguns pontos significativos à educação Geográfica. Coloco em primeiro plano a produção de um rico material para as aulas, afinal de contas, os alunos são dotados de histórias, culturas e experiências valiosas. Ainda, as diferentes perspectivas trazidas por eles podem gerar bons e profundos debates, que, dependendo de como forem conduzidos, permitem formar um posicionamento crítico acerca do fenômeno. A prática ainda auxilia o sujeito a se perceber na realidade a que pertence, movimento importante para o exercício da cidadania. E por último, mas não menos importante, a atividade possibilita conhecer um pouco mais do aluno e seu espaço de vivência, e, para além disso, dá voz ao aluno; isso é valorizá-lo ao invés de negá-lo, colocando-o como sujeito ativo na construção do conhecimento.

Ser professor em pleno século XXI tornou-se uma tarefa difícil. O mundo é tecnológico, e diante desse contexto o que teria o professor de Geografia para oferecer ao aluno, que ele já não tenha acesso? Creio que não seja preciso inventar a roda, nem é aconselhável, mas talvez repensar como aproveitar as “ferramentas” de que já dispomos. Este trabalho foi uma modesta tentativa de mostrar que a Geografia tem muito a contribuir com a educação, comprometendo-se com a realização plena da cidadania, e mostrando que conhecer algo é muito mais do que a reprodução irrefletida do fenômeno, é posicionar-se consciente do processo por inteiro, para ter condições de transformá-lo.

Por todos os aspectos observados, penso que a grande contribuição, aqui, seja algo talvez já sabido por muitos, mas que normalmente nos passa despercebido. Existe um distanciamento no pensar do professor e no pensar do aluno – ficou nítido na forma de pensar a cidade, mas poderia se encaixar em outros tantos temas. Nesse raciocínio, é útil destacar ao docente que, antes de abordar o seu conteúdo, reflita em como trabalhá-lo diante de olhares tão distintos, e analise se de fato é possível trabalhar da mesma forma com escolas em contextos sociais diferenciados. Por conseguinte, pensar sobre a importância de buscar no aluno o início de tudo, planejar ações pedagógicas que priorizem os seus espaços de vivência e interações entre aluno-aluno e aluno-professor ajudará o professor não apenas a ensinar cidade, mas tudo em Geografia ou em qualquer outra matéria.

A intenção agora é retornar às escolas para compartilhar o resultado da pesquisa, e buscar um espaço para conversar com os docentes de Geografia sobre a importância de considerar o aluno a origem das aulas, partir dele, pensar que ele não enxerga a mesma coisa entre eles em diferentes contextos e entre o professor. Mostrar que é possível territorializar os conteúdos, independente do ano escolar que estudem, a fim de dar significado ao tema a ser abordado. Por exemplo, trazer Bento Gonçalves quando se ensina sobre vulcão, sabendo que a natureza que eles enxergam está ligada a este conteúdo. Buscar Bento Gonçalves quando se trabalha conceitos demográficos, como população relativa e absoluta, quando se trabalha indústria, comércio, violência – se partir da cidade, os conceitos ficarão mais claros. Enfim, partir da cidade para o entendimento do mundo e explorar o olhar do aluno acerca do conteúdo a ser tratado em aula é muito mais do que permitir que ele exponha uma opinião, é conceder espaço para que ele construa um posicionamento crítico, aprofunde as noções de cidadania, intervenha e seja protagonista em seu processo de aprendizagem. Na sala de aula

existe um conjunto de histórias, cada qual contada e vivida a partir de si e conjugada com outras, configurando-se as subjetividades. Os alunos, ao se depararem a primeira vez com questões que envolvam os seus lugares de vivência vão, certamente, partir deles mesmos. Para que consigamos construir junto aos alunos a autonomia em pensar a Geografia, não podemos invisibilizar o que os mesmos trazem das suas geografias. Diria até que a construção do conhecimento, em suas inúmeras formas de acontecer, residirá em grande medida na capacidade que o professor tem de aproveitar as diferentes experiências e olhares dos alunos sobre o objeto.

Escrevo este penúltimo parágrafo da dissertação voltando a ideia principal do primeiro parágrafo escrito: “[...] Mas, antes desta tarefa, apresento um pouco da trajetória de pensamentos e inquietações que antecedem a investigação. Basicamente eu estabeleceria duas variáveis como motivações para o desenvolvimento do trabalho: A quem pertence a cidade? e Como se dá a aprendizagem no aluno? É essa interação que buscarei estabelecer ao longo do texto”. Vejam que, antes de tudo, senti a necessidade de falar o que antecedeu na minha investigação. Esta minha participação inicial me tornou um pouco autor, antes mesmo da autoria.

Por fim, conteúdos difíceis ou não, com alunos grandes ou pequenos, sempre é preciso começar por eles, os alunos, não há outro começo. A exemplo da cidade, cada um tem o direito de manifestar-se sobre qual enxerga de sua própria janela e qual gostaria de enxergar. Por isso, o estudo dela não deve ficar confinado aos anos iniciais do ensino fundamental, como acontece em muitos currículos; precisa acompanhar o aluno a sua vida escolar inteira, só assim refletirá de forma consciente e crítica sobre o lugar em que vive e o lugar em que gostaria de viver.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Cristhiane. O porquê da educação ambiental? *ADM – Artigo de Divulgação na Mídia*, Corumbá, EMBRAPA Pantanal, n. 109, 2005. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM83>>. Acesso em: out. 2018.

ANDRADE, Bárbara X. de et al. Educação e Consciência em Freire. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO. 2009, Maceió. *Anais...*

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria L Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

AVIDAD, Elena González. Representación y percepción de la ciudad de Granada. *Revista de Expression Grafica Arquitectonica*, Universidad Politécnica de Valencia, v. 15, n. 16, 2010.

BADO, Sandra R. de L. *Desafios da Geografia: A cidade como conteúdo escolar no ensino médio*. 2009. 166f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BENTO. Capital do Vinho. Coração da Serra Gaúcha. *Bento é a 27ª melhor cidade do Brasil e 3ª do Estado para fazer negócios*, 04 jan. 2019. Disponível em: <<https://bento.tur.br/bento-e-a-27a-melhor-cidade-do-brasil-e-3a-do-estado-para-fazer-negocios/>>. Acesso em: junho.19.

BELLO, Ângela Ales. *Introdução à Fenomenologia*. Bauru: EdUSC, 2006.

BORTOLATTO, Glauco R. O processo de verticalização no centro do município de Bento Gonçalves. In: XVI ENG. 2010, Porto Alegre. *Anais...*

BRANDÃO, Elisandra Radaelli. AHLERT, Siclério. A identidade dos espaços públicos na cidade de Bento Gonçalves. 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/47.pdf>>. Acesso em: junho.20.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: agosto.19.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? *Rev. Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p.133-152, 2001.

_____. Estudar o lugar para estudar o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). *Ensino de geografia, práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 83-134.

_____. O estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem. *Espaços da Escola*, Ijuí, v.12, n. 47, jan./mar. 2003.

_____. Prefácio. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; TONINI, I. M.; KAERCHER, Nestor A.; CAPRARA, Bernardete S.; LUCHESE, Terciane. *Da Colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930*. Porto Alegre: Visograf, 2005.

_____. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedex**, Campinas, v.25, n. 66, p. 227-247, 2005.

_____. Escola, cotidiano e lugar. In: *Geografia : ensino fundamental /* Coordenação, Marísia Margarida; Santiago Buitoni . Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 25 - 42.

CARLOS, Ana Fani A (Org.). *A geografia na sala de aula*. 5ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTROGIOVANNI, A. C. E agora, como fica o ensino da geografia com a globalização? In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. 2ª ed. UFRGS/AGB. Porto Alegre, 1999.

CAVALCANTI, Lana S. *Geografia e Práticas de Ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. *Geografia, escola e construção de conhecimento*. Campinas: Papyrus, 2010.

_____. *O ensino de Geografia na escola*. Campinas: Papyrus, 2012. p. 45-47.

CERAN. *Usina Monte Claro*. Disponível em: <http://www.ceran.com.br/session/viewPage/pageId/61/language/pt_BR/>. Acesso em: dez. 2018.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Qual é a tua obra?: Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTELLA, Roselane Z. Como a ambiência reflete na construção de maquetes. In: REGO, Nelson et al. *Um pouco do mundo cabe nas mãos: Geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003. p. 131-150.

_____. *O significado da Construção do Conhecimento Geográfico gerado por vivências e representações espaciais*. 2008. Tese (Doutorado em Geociências) – UFRGS, Porto Alegre.

_____. Escola: espaço de responsabilidade social. *Rev. Traj. Mult.*, XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, ano 3, n. 7, 2012.

_____. Para onde foi a Geografia que penso ter aprendido. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; TONINI, I. M.; KAERCHER, N. A.; COSTELLA, R. Z. (Orgs.). *Movimentos para ensinar geografia – Rompendo rotações*. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 29-40.

COSTELLA, Roselane Z.; SANTOS, Leonardo P. dos. A construção do conhecimento em Jean Piaget e os mapas mentais: A leitura de alunos em diferentes realidades. *Revista FSA*, Teresina, v. 10, n. 3, p. 80-96, 2013.

COSTELLA, Roselane Zordan; SHAFFER, Neiva Otero. *A geografia em projetos curriculares: ler o lugar e compreender o mundo*. Erechim: Edelbra, 2012.

DEDIHC. O que é ser cidadão. *Afinal, o que é ser cidadão?* Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, [s.d.].

DENATRAN, 2019. Frota de Veículos - 2019. Disponível em: <<https://infraestrutura.gov.br/component/content/article/115-portal-denatran/8559-frota-de-veiculos-2019.html>>. Acesso em: junho.2020.

DE PARIS, Assunta et al. *Século XX: memórias de Bento Gonçalves*. São Paulo: Auana,

2013.

DICIO. 2019. *Percepção*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/percepcao/>>. Acesso em: dezembro.2019.

DICIONÁRIO MICHAELIS. *Cidade*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=cidade>>. Acesso em: jan.2020.

ECO, Umberto. *História da feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ESCOBAR, Francisco J. *La Ciudad Real y La Imaginada*. Becario de Investigación. Dpto. de Geografía, Universidad de Alcalá de Henares, 1995. Disponível em: <<https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/6806/Ciudad%20Real.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: dez. 2018.

FALCADE, Ivanira. *O espaço rural e a vitivinicultura nas regiões Serra Gaúcha e Vale dos Vinhedos (Brasil)*, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9702.pdf>>. Acesso em: jan. 2019.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

G1 SP. *Ato contra o aumento da tarifa do transporte público em SP termina em confusão no Metrô e com 30 detidos*, 07 jan. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/07/manifestantes-fazem-ato-contr-o-aumento-da-tarifa-do-transporte-publico-em-sp.ghtml>>. Acesso em: jan. 2020.

GALLO, Sandra. *Cidade e Ensino De Geografia: Contribuição a uma Educação Geográfica da e para a cidade*. 2008. 228f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

GARCIA, Natália. *Como agir? Módulo Como hackear a cidade*. 2014. (4m48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FS3-5VEJOnA&list=PLhkWZx0gxkbhmRvhfBh4kucz2L3xD8-5D&index=4>>. Acesso em: ago. 2019.

GAÚCHA ZH. *Atlas da violência: saiba quais são as cidades com maior números de homicídios no RS*, 15 jun. 2018. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/06/atlas-da-violencia-saiba-quais-sa-o-as-cidades-com-maior-numero-de-homicidios-no-rs-cjig9h9qp0dl401panyqfius8.html>>. Acesso em: jun. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTI, Eduardo Donizeti et al. Escola, geografia e desigualdade: O caso do programa de ensino integral do estado de São Paulo. In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS CIENCIAS SOCIALES Y LA EDIFICACIÓN DE UNA SOCIEDAD POST-CAPITALISTA. 2018, Barcelona, *Anais...*

GIROUX, Henry A. *Los profesores como intelectuales: Hacia una pedagogía crítica del aprendizaje*. Barcelona: Paidós, 1990.

GHEL, Jan. *Cidades para Pessoas*. Tradução de Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GLOBOPLAY. *Pesquisa aponta que Bento Gonçalves tem uma das maiores taxas de homicídios no RS*, 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8194986/>>. Acesso em: jan. 2020.

GOIS, Rubia Weyrich de. et al. *Uma abordagem de relacionamento no ensino de biologia com as questões ambientais meio ambiente e os efeitos sobre o corpo humano*. 2010. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – UFSM, Santa Maria. *Rev. Eletr. do PPGEAmb-CCR/UFSM*, vol.(1), nº1, p. 96 – 107, 2010.

GOMES, Paulo César da Costa. *O lugar do olhar: Elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GRAÇAS, Elizabeth M. das. Pesquisa Qualitativa e a Perspectiva Fenomenológica: Fundamentos que norteiam sua trajetória. *Rev. Min. Enf.*, v. 4, n. 1/2, p. 28-33, jan./dez. 2000.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

IBGE. Panorama. *Bento Gonçalves*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bento-goncalves/panorama>>. Acesso em: dez. 2018.

IBGE. Cidades e Estados. *Bento Gonçalves*, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/bento-goncalves.html>>.

KAERCHER, Nestor André. A geografia é nosso dia-a-dia. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 21, p. 109-116, ago. 1996.

_____. A geografia é o nosso dia a dia. In: CASTROGIOVANNI, Antônio C. et al. *Geografia em sala de aula, práticas e reflexões*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

_____. *Desafios e Utopias no Ensino de Geografia*. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2003.

_____. *A geografia escolar: Gigante de pés de barro comendo pastel de vento num fast-food?*. Rev. Terra Livre, ano 23, v.1, n. 28, p 27-44. 2007.

_____. *Geografia: práticas pedagógicas para o Ensino Médio*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. Quando a Geografia Crítica é um pastel de vento e nós, seus professores, midas. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007, Porto Alegre. *Anais...*
KOZEL, Salete.; NOGUEIRA, Amélia R. B. A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 13, p. 239-257, 1999.

KOZEL, Salete. Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, Salete; COSTA SILVA, Josué; GIL FILHO, Sylvio F. (Orgs.). *Da Percepção e cognição à representação: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Margem, 2007. p. 114-138.

KOZEL, Salete. Representação e ensino: aguçando o olhar geográfico para os aspectos didáticos pedagógicos. In: SERPA, Ângelo (Org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 69-89.

_____. Representação do espaço sob a ótica, dos conceitos: Mundo vivido e dialogismo. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS – ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DE COLETIVOS. 2010, Porto Alegre. *Anais...*

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra. Tradução Maria Cecília França – Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

MALANSKI, Lawrence Mayer. Geografia Humanista: Percepção e Representação Espacial. *Revista Geográfica de América Central*, n. 52, p. 29-50, 2014.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINEZ, Magdalena Villena. Percepción y espacio urbano: el comportamiento de los habitantes del barrio María Auxiliadora de Novelda (Alicante). *Revista Digital para Estudiantes de Geografía y Ciencias Sociales*, 2012.

MENDES, Cesar M.; TOWNS, Ricardo L. O estudo da verticalização urbana como objeto da Geografia, enfoque e perspectivas metodológicas. In: I SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS, 2011, Campo Mourão. *Anais...*

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1999.

MORI, Luca. O que torna filosófica uma conversa – Anotações sobre método para a filosofia com as crianças. Tradução de Benedetta Bisol. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 4, n. 2, 2016.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NB NOTÍCIAS. *Prefeito quer transformar Bento em um canteiro de obras em 2019*, 05 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.noticiasdebento.com.br/noticias/geral/prefeito-quer-transformar-bento-em-canteiro-de-obras-em-2019>>. Acesso em: jan. 2020.

NOAL, Flavia. Proposta de plano diretor de Bento prevê prédios mais altos no centro e em outros seis bairros. *Gaúcha ZH*, 19 set. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/09/proposta-de-plano-diretor-de-bento-para-erigir-predios-mais-altos-no-centro-e-em-outros-seis-bairros-cj7tkdq18000ad8j0menq1ftd.html>>. Acesso em: jun. 2019.

NOAL, Flavia. Preço da passagem de ônibus terá reajuste em Bento Gonçalves. *Pioneiro*, 28 dez. 2019. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2019/12/preco-da-passagem-de-onibus-tera-reajuste-em-bento-goncalves-11892759.html>>. Acesso em: jan. 2020.

NUCCI, João C. *Análise sistêmica do ambiente urbano, adensamento e qualidade ambiental*. Revista Ciências Biológicas e do Ambiente, São Paulo, PUC-SP, v. 1, n. 1, p. 73-88, 1999.

NUNES, Brunella. *Seleção Hypeness: 15 projetos e coletivos inovadores que ajudam a mudar a cara de SP*. 2015. Hypeness. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2015/04/15-projetos-e-coletivos-inovadores-que-ajudam-a-mudar-a-cara-da-cidade/>> Acesso em: ago. 2018.

NUNES, Nilo. Gestão Ambiental Urbana: Planejar Antes de Verticalizar. *Revista Complexus*, Instituto Superior de Engenharia Arquitetura e Design – CEUNSP, Santos- SP, ano 2, n. 3, 2011.

OLIVEIRA, Jucineia Alegre de. *Consciência Crítica na Educação*, 2014. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/consciencia-critica-na-educacao/58343>>. Acesso em: dez. 2018.

OLIVEIRA, Darlan N.; BAVARESCO, Delair. A evolução socioeconômica e as implicações nas características culturais de Bento Gonçalves. In: I SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – IFRS, 2011, Bento Gonçalves. *Anais...*

PASSARELLA, Marcelo. Taxa de assassinatos por 100 mil habitantes em Bento Gonçalves é o dobro de índice de Caxias. *Pioneiro*, 03 jan. 2019. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2019/01/taxa-de-assassinatos-por-100-mil-habitantes-em-bento-goncalves-e-o-dobro-de-indice-de-caxias-10687837.html>>. Acesso em: jun. 2019.

PAULO, Rosa M. et al. A pesquisa na perspectiva fenomenológica: explicitando uma possibilidade de compreensão do ser professor de matemática. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 10, n. 3, 2010.

PEREIRA, Robson da Silva. *Geografia*. São Paulo: Blucher, 2012. (CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Coord.). Coleção – A reflexão e a prática no ensino)

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 145-154, 2000.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. Para Ensinar e Aprender Geografia. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. Agenda de Notícias. *Bento Gonçalves recebeu cerca de 1,7 milhão de visitantes em 2019*. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/bento-goncalves-recebeu-cerca-de-17-milhao-de-visitantes-em-2019>>. Acesso em: jan. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. Agenda de Notícias. *Bento está entre as 30 melhores cidades do país para se investir em negócios*, 30 out. 2018. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/bento-esta-entre-as-30-melhores-cidades-do-pais-para-investir-em-negocios>>. Acesso em: dez. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. Bento Gonçalves (RS). *História do município de Bento Gonçalves*. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/historico>>. Acesso em: dez. 2018.

RAPPAPORT, Clara R. Modelo piagetiano. In: RAPPAPORT, Clara R. et al. *Psicologia do Desenvolvimento – Teorias do desenvolvimento – Conceitos fundamentais*. São Paulo: EPU, 1981. p. 51-75.

REGO, Nelson. Geração de ambiências: três conceitos articuladores. *Educação, Revista Eletrônica PUCRS*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2010.

SANTOS, Leilson Alves dos et al. Impactos socioambientais resultados do processo de verticalização. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL. 2015, Porto Alegre. *Anais...*

SANTOS, Leonardo P; COSTELLA, Roselane Z. Jean Piaget e a construção do conhecimento: o mito da caverna. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. et al. (Orgs.). *Movimentos para ensinar geografia – Oscilações*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 157-168.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SCHROEDER, Tauane; VOGT, Olgário P. Vogt. Colonizar não é somente povoar o solo: o PRR e a política de colonização com imigrantes na República Velha, no RS. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania (Orgs.). *140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EdUCS, 2015.

SERPA, Angelo. Por uma Geografia das Representações Sociais. *OLAM – Ciência & Tecnologia*, Rio Claro, v. 5, 2005.

_____. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma Geografia Humana dos espaços vividos. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 33, p. 168- 185, 2013.

_____. Por uma Geografia dos espaços vividos: Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SESCSP. Entrevista com a Profª Ana Fani Alessandri Carlos. 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/10926_ANA+FANI+ALESSANDRI+CARLOS>. Acesso em: nov.2019.

TORRES, Rozalia B.; CAPRARA, Bernardete S. Os papéis dos agentes econômicos, políticos e religiosos na evolução urbana de Bento Gonçalves. *BGG*, Porto Alegre, n. 37, p. 85-101, 2011.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: EdUNESP, 2005. [1979]

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *Leitura Crítica Da Paisagem: A Geografia e a Leitura do Mundo*. In: Seminário de Estudos Urbanos e Regionais, 2010. Pelotas. *Anais...*

VILLA-LOBOS, Dado; RUSSO, Renato. *Quase Sem Querer*. In: Banda Legião Urbana. **Dois** (álbum), 1987.

WIKIMEDIA COMMONS. *Panorâmica Bento Gonçalves*, 2018. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Panor%C3%A2mica_Bento_Gon%C3%A7alves.jpg>. Acesso em: dez. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO DA CIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PESQUISA SOBRE PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA CIDADE

ESCOLA: _____

SÉRIE: _____

IDADE: _____

SEXO: _____

BAIRRO (RESIDE) _____

CIDADE NATAL: _____

1 - Para você, o que é cidade?

2 - A quem pertence a cidade?

3 - O que significa ter “direito à cidade”? Você tem direito à sua cidade?

4 - Você se considera um cidadão? Por quê? Quais as suas razões?

5 - Normalmente como você se locomove até a escola, ou à casa dos amigos? (a pé, de carro, bicicleta, transporte coletivo? Poderia utilizar outro meio? Qual o motivo de não o fazer?)

6 - Como é Bento Gonçalves para você? O que ela te oferece que te agrada, e no que ela falha ou deixa a desejar?

7 - Qual é o lugar em Bento Gonçalves que você mais gosta de estar, que mais se sente bem? Justifique a sua resposta.

8 - Qual é o local de Bento Gonçalves de que você não gosta, não se sente bem ou se puder

não frequenta ou não frequentará? Justifique a sua resposta.

9 - Agora vamos realizar uma atividade em grupo, onde a ideia é pensar em formas de intervenções urbanas para melhorar a nossa cidade.

“Imagina Bento, Propondo a Nossa Cidade”

a) Pense sobre o seu dia a dia na cidade, encontre algo que não gosta nela, que lhe incomoda e poderia ser diferente.

b) Discuta com seus colegas e **escreva** o que faria para modificar esta situação. Proponha algo simples e possível de se fazer, e diga se pode ser feito pela própria população ou precisa indicar o poder público para isso.

c) Agora, entendendo o mapa como uma representação de diferentes locais, a proposta é **mapear estas ideias**, ou seja, transferi-las para um mapa único (impresso) de Bento Gonçalves, indicando os locais destas transformações.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO

Universidade Federal do Rio grande do Sul
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado em Geografia
Porto Alegre, ___ de _____ de 2019.

Senhora Diretora

Ao cumprimentá-la apresentamos a V.Sa. o aluno **Leandro Bussolotto**, regularmente matriculado no curso de Pós-Graduação (Mestrado) Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e ao mesmo tempo solicitamos permissão para que possa realizar uma pesquisa nesta instituição de ensino.

Tal trabalho visa fundamentalmente à coleta de dados junto aos **alunos do 9º ano do Ensino Fundamental**, referentes ao ensino da ciência geográfica. Vale mencionar que o comprometimento tanto da instituição como do aluno que ora se apresenta é de respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de trabalho. Desta forma, informamos que quaisquer dados obtidos junto a esta instituição estarão sob sigilo ético.

Considerando a importância desta oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa no campo da educação, esperamos contar com a disponibilidade desta instituição para a concretização desta proposta de trabalho.

Desde já agradecemos sua atenção e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos e eventuais dúvidas.

Cordialmente,



Roselane Zordan Costella
Professora
DEC/FACED/UFRGS 181

APÊNDICE C – TERMOS DE CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Dados de Identificação da Instituição

Nome da Instituição: _____
 Nome do/a Diretor/a: _____
 Endereço: RUA AUGUSTO GEBEL, 51
 Bairro: CIDADE ALTA Telefone: 51 9445 1500

Termo de Concordância da Instituição

Através deste termo, informo que o projeto de pesquisa “**Da percepção à representação: Olhares para a cidade de Bento Gonçalves como possibilidade para a construção do conhecimento geográfico em sala de aula**” tem como objetivo desenvolver um estudo sobre a percepção e representação da cidade, com os alunos do 9º ano do ensino fundamental.

A participação no projeto envolve a aplicação de questionário aos alunos, juntamente a uma atividade propositiva intitulada “**Imagina Bento – Propondo a Nossa Cidade**”. Esta atividade consiste em instigar a imaginação política desses sujeitos a partir de mudanças e soluções na cidade. Proporcionando momentos de problematização e debates sobre iniciativas que podem transformar a cidade em um espaço de todos, para todos. Ao final, as ideias sugeridas serão colocadas em um mapa único (impresso), representando a cidade imaginada.

Assim, solicito sua autorização para o uso das informações concedidas pelos alunos desta instituição de ensino, por parte do pesquisador. Fica garantido o bom uso de tais informações para o avanço do conhecimento e o bem-estar das pessoas, assim como a confidencialidade e manutenção do anonimato dos sujeitos entrevistados, na eventual divulgação dos resultados.

Desta forma, a direção fica ciente das condições e encontra-se de acordo para que o aluno **Leandro Bussolotto**, regularmente matriculado no Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da UFRGS, realize sua prática de pesquisa nesta instituição.

imZilva
 Assinatura do(a) Diretor(a)

Data: 25 10 17

Carimbo/Instituição

COLÉGIO
 Ru
 CEP 96700-318 - Bento Gonçalves
 Im

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Dados de Identificação da Instituição

Nome da Instituição: [REDACTED]

Nome do/a Diretor/a: [REDACTED]

Endereço: Rua PaquetaBairro: Zott Telefone: 3451 4078 / 345-8537

Termo de Concordância da Instituição

Através deste termo, informo que o projeto de pesquisa "**Da percepção à representação: Olhares para a cidade de Bento Gonçalves como possibilidade para a construção do conhecimento geográfico em sala de aula**" tem como objetivo desenvolver um estudo sobre a percepção e representação da cidade, com os alunos do 9º ano do ensino fundamental.

A participação no projeto envolve a aplicação de questionário aos alunos, juntamente a uma atividade propositiva intitulada "**Imagina Bento – Propondo a Nossa Cidade**". Esta atividade consiste em instigar a imaginação política desses sujeitos a partir de mudanças e soluções na cidade. Proporcionando momentos de problematização e debates sobre iniciativas que podem transformar a cidade em um espaço de todos, para todos. Ao final, as ideias sugeridas serão colocadas em um mapa único (impresso), representando a cidade imaginada.

Assim, solicito sua autorização para o uso das informações concedidas pelos alunos desta instituição de ensino, por parte do pesquisador. Fica garantido o bom uso de tais informações para o avanço do conhecimento e o bem-estar das pessoas, assim como a confidencialidade e manutenção do anonimato dos sujeitos entrevistados, na eventual divulgação dos resultados.

Desta forma, a direção fica ciente das condições e encontra-se de acordo para que o aluno **Leandro Bussolotto**, regularmente matriculado no Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da UFRGS, realize sua prática de pesquisa nesta instituição.

[REDACTED]

Assinatura do(a) Diretor(a)

Data: 22 / 08 / 2019

Carimbo/Instituição